

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho — Cr\$ 8.500

cadernos do

terceiro mundo

Cr\$ 6.500 • Ano VIII • Nº 81

Zimbábue:
o fortalecimento
de Mugabe

CUBA: A NOVA ETAPA DA REVOLUÇÃO

Angola, terra da liberdade.



Chegada em Luanda:

● sábados às 15 h

Saída do Rio de Janeiro:

● domingos às 10 h

Telefone (RIO): 262.8110



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

Cuba, 26 anos depois

Depois de mais de duas décadas de isolamento, o governo cubano está quebrando as últimas barreiras que o separavam do restante da América Latina. A rigor, hoje apenas os Estados Unidos e as ditaduras de ultradireita permanecem na mesma atitude beligerante que caracterizou a implantação do bloqueio à ilha, no começo dos anos 60. Em todos os demais países, embora a resolução da OEA continue teoricamente de pé, os diplomatas e missões cubanas se movimentam sem maiores problemas. O intercâmbio cultural e comercial é ativo e crescente. Brasil e Uruguai se preparam para restabelecer relações diplomáticas com Havana.

O processo de reaproximação teve um momento importante na guerra das Malvinas, quando Cuba apoiou a reivindicação argentina, num gesto que a colocou do lado dos governos do continente. Mas essa reaproximação se acelerou a partir deste ano, quando Fidel Castro começou a defender a tese de não pagar a dívida externa. Esse problema afeta e preocupa todos os governos latino-americanos e a atitude cubana foi recebida com simpatia em amplos setores. Dado o alto preço que pagou com seu isolamento, o governo cubano está em condições de avaliar muito bem o papel que a unidade continental poderá desempenhar na questão da dívida. Internamente, Cuba se prepara para entrar numa nova etapa, superados os erros e consolidados os acertos dos primeiros 20 anos de revolução.

Tudo isso justifica o tema de capa deste número, onde também são destaques artigos sobre as eleições no Zimbábue, a crescente militarização da Costa Rica e a pressão interna e internacional sobre o regime do *apartheid* na África do Sul. Outro tema importante desta edição é um Especial que dedicamos à Nicarágua.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-Editores: Carlos Castilho (África)

Roberto Remo Bissio

(América Latina)

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro

Juan Somavía

Henry Pease García

Aquino de Bragança

Wilfred Burchett (1911-1983)

Revista mental nº 81

Agosto - 1985

Preço de capa: Cr\$ 5.000

Nºs atrasados: ao preço do último exemplar

Coordenador de Produção

José Carlos Gondim

Redação permanente:

Claudia Neiva, Roberto Bordini, Horacio Castellanos Moya, Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques, Cristina Canoura, Eduardo Varela, Raul Gonçalves

Departamento de Arte:

Sonia Freitas (editor), Miguel Efe, Vanda Freitas

Produção Gráfica: Samara

Centro de Documentação:

Lidia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza

(Brasil), Cristina Assis (Portugal), Sybille Flaschka (México)

Composição:

Ronaldo Fonseca

Colaboradores: Gregorio Selser, César Arias Quincot, Cedric Belfrage, Fernando Molina, Mark Fried, Moacir Werneck de Castro, Eduardo Molina y Vedia, Ash Narain Roy, Alberto B. Marantoni, Maluza Stein, Sol Carvalho, José Monseirrat Filho, Herbert de Souza, Theotonio dos Santos, Ladislau Dowbor, Luis Maira, Roger Rummell, David Fig. A.W. Singham, Alex Mashini, Laurine Platsky, Ana Maria Urbina, Ligia Chaves, Francesca Gargallo, Jim Cason, Sam Ramsamy, Gidviva Kuncar, Hugo Neves, Otoniel Martínez, Deborah Hittington, Alan Nairn, Rodrigo Jauberth, Ezequiel Dias, Alice Nicolau, João Melo, Mía Couto, Luis Moita, Orlando Senna, Rodolfo de Bonis, Ravindran Casinader, Phill Harris, Abdul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Richards, Claude Alvarez, Carlos Núñez, Pablo Marín, Mario de Cautín, Julio Rossiello, Peter Law, Agostinho Jardim Gonçalves, Nils Castro, Octavio Tostes, Ricardo Bueno, M. Venugopala Rao, Narinder Koshla, Nilton Santos

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky

Lavalle 1282 - 1er. piso Of. 12 y 14 - Telef: 35-81-94 -

Buenos Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Matta

Casilla 16637 - Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Ecuador: José Steinsleger

Apartado 8968, suc. 7 - Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado Aéreo 10465 - Telef: 285-66-14 - Bogotá

Nicarágua: Arquiles Morales

Apartado 576 - Manágua

Estados Unidos: Gino Lofredo

1648 Newton St. N.Y. Washington D.C. 20010

Moçambique: Eivaldo Hipólito

Rua de Pina 109, Sommerchild, Maputo

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AJM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzania), WAPA (Palestina) e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ile-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda

Foto de capa: Beatriz Bissio

EDIÇÕES REGIONAIS

• Edições em português

BRASIL

Diretor e Editor:

Neiva Moreira

Sucursais:

Paulo Cannabrava Filho

Caixa Postal 60086 CEP 05033 - São Paulo

Clovis Sena - Brasília

Circulação, Assinaturas e Promoção

Henrique Menezes, Inácio dos Santos, Macário Costa

Fotolito e Impressão

Ébano Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799

Tel.: 580-7171

Editora Terceiro Mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro

RJ - Telef: 242.1957 - Telex: 21-33054 CTMB-BR

ANGOLA, CABO VERDE,

GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL

Editor:

Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro, 10/19 - Lisboa - 1200 - Telef: 32-06-5

Telex: 42720 CTM-TE-P

• Edições em espanhol

MÉXICO, CARIBE, AMÉRICA-CENTRAL

Editor:

Rubén Aguilar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centro-Americano

Roberto Bordini, Horacio Castellanos Moya

Correspondência:

Apartado 20572 - 01000 México, D.F.

Impresso em:

Litográfica Cultural - Isabel la Católica, 922, México, DF

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A - Colonia Parque San Andrés, Coyoacán

Telef: 689-1740 - 04040 México, D.F.

RIO DA PRATA

Diretores:

Gerónimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A.C.U. S/A

Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso - Montevideo, Uruguay

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora

Livreira UEE, Rua da Missão, 107/

111 - Luanda. **BELIZE: Cathedral**

Book Center, Belize City. **BÉLGICA:**

SEUL, Bruxelas. **BOLÍVIA: Tecnolibros**

S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907,

Rio de Janeiro. **CANADÁ: Coop-Books**

Shop, Winnipeg. **COLÔMBIA: Guillermo**

Segovia Mora, Bogotá. **COSTA RICA:**

Centro Popular de Educación "Vecinos",

San José. **EQUADOR: DINACUR,** Quito.

EL SALVADOR: Librería Tercer

Mundo, 1ra. Calle Poniente 1030, San

Salvador. **El Quijote,** Calle Arce 708,

San Salvador. **ESTADOS UNIDOS: Praise**

News Agency, Chicago, Ill. **Bread and**

Rose, San José, CA. **Modern Times,** San

Francisco, CA. **Grass Roots Events,** San

Diego, CA. **Book Center,** San Francisco,

CA. **Librería del Pueblo,** New Orleans,

LA. **New World Resource Center,** Chicago,

Ill. **Food for Thought,** Amherst,

MA. **Dinkytown News,** Minneapolis, MN.

Red and Black, Washington, DC. **Book-**

works, San Francisco, CA. **FRANÇA:**

L'Harmattan Librairie Center. Paris. **Eki-**

nos, Biarritz. **GR-ÉBRETTANHA: Latin**

American Book Shop, 29, Islington

Park Street, Londres. **GUINÉ-BISSAU:**

Departamento de Edição-Difusão do Li-

vro e Disco, Conselho Nacional da Cul-

tura, Bissau. **HOLANDA: Athenaeum**

Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdã. **HON-**

DURAS: Roberto Sosa, Tegucigalpa.

ITÁLIA: Paesi Nuovi, Roma. **MÉXICO:**

Mais de 100 livrarias em todo país. **MO-**

ÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco,

Av. Ho Chi Minh 130, Maputo. **NI-**

CARÁGUA: Imelsa, Manágua. **PANA-**

MÁ: Ediciones C.C.S., Panamá. **PERU:**

Distribuidora Runamarka, Camaná, 878,

Lima 1. **PORTUGAL: Djijomai,** Rua Joa-

quim Antônio de Aguiar, 66, Lisboa.

PORTO RICO: Librería Paliques, Ponce.

La Tertulia, Río Piedras. **REPÚBLICA**

DOMINICANA: Fondo Editorial, São

Domingos. CEDEC, São Domingos. **RE-**

PÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:

Con-Vertrieb, Bremen. **S. TOMÉ E PRIN-**

CIPE: Ministério de Informação e Cultura

Popular. SUÉCIA: Librería Latino-

americana. Estocolmo. **URUGUAI: Heber**

Berriel Y Nery Martínez, Paraná, 750,

Montevideo. **VENEZUELA: Publicacio-**

nes Españolas S.A., Caracas.

Aproveite já!

Nova promoção com mais brindes

VOCÊ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura da revista + 4 semanas de Jornal do País, ou os 4 livros da "Estante do Terceiro Mundo" (veja no verso desta página) + 4 semanas do Jornal do País
2 assinaturas da revista	1 livro da "Estante do Terceiro Mundo" + 4 semanas do Jornal do País
1 assinatura da revista	4 semanas do Jornal do País

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

CUPOM DO BRINDE

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

- () 02 parcelas de Cr\$ 35.000,. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central. (A 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde)
- () A vista, com desconto, por Cr\$ 65.000, enviados juntamente com este cupom por ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal-ag. central ☐

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Profissão: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

- () 02 parcelas de Cr\$ 35.000,. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central. (A 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde)
- () A vista, com desconto, por Cr\$ 65.000, enviados juntamente com este cupom por ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal-ag. central ☐

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Profissão: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

- () 02 parcelas de Cr\$ 35.000,. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central. (A 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde)
- () A vista, com desconto, por Cr\$ 65.000, enviados juntamente com este cupom por ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal-ag. central ☐

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Profissão: Tel.:

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cr\$ em ()
cheque nominal ou () vale postal-ag. central — em nome da Editora Terceiro Mundo
Ltda.
Considerando a eventualidade de alguns dos pedidos serem parcelados, aguardo a reme-
sa do brinde a que tenho direito assim que as assinaturas estiverem quitadas.
Brinde escolhido:

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Tel.:

estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 81, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

● Forte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador: ☐ não-assinante
☐ já assinante
☐ assinante novo:

estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data:/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito ao desconto especial de assinante (até 20%) desta seção.

A HISTÓRIA ME ABSOLVERÁ

Fidel Castro

Discurso de defesa de Fidel ante o tribunal de exceção do governo do Fulgencio Batista, por ocasião do simulacro de julgamento a que foi submetido pela ditadura cubana por ter comandado o assalto ao Quartel Moncada em 26/07/53. É uma vibrante defesa da democracia, uma denúncia contundente da violência policial, da corrupção governamental, do desprezo à lei e à vida humana. 112 pp.

E-61 Cr\$ 14.500



CUBA: ANOTAÇÕES SOBRE UMA REVOLUÇÃO

Eric Nepomuceno

"Nada existe aqui que alimente as chantagens ideológicas destinadas a perpetuar a humilhação de muitos por poucos, mas tampouco são estas as crônicas do Paraíso Terrestre. As onze anotações de Eric Nepomuceno não dão argumentos e desculpas ao egoísmo e à indiferença, nem presenteiam certezas mentirosas para salvar os covardes da dúvida." (Eduardo Galeano). 176 pp.

E-59 Cr\$ 23.000.



CONTRA VENTO E MARÉ

Grupo Arelto

Obra coletiva de 47 jovens cubanos levados para o exílio, por seus familiares, à época da revolução. O livro apresenta a visão dos que, embora vivendo "no meio de uma das comunidades mais reacionárias do mundo", reencontraram-se com suas origens nacionais e culturais e, contra todas as probabilidades, identificaram-se com o processo revolucionário cubano. 204 pp.

E-60 Cr\$ 26.000

O PROBLEMA DA VERDADE - TEORIA DO CONHECIMENTO

Jacob Bazarian

O autor examina a verdade e seu critério (a práxis) à luz do materialismo dialético criativo e — pela primeira vez na história da filosofia — faz uma análise científica do papel da intuição no processo do conhecimento. Apresenta uma teoria original, que chama de intuição heurística, como método para descobrir a verdade e encontrar a solução de problemas pessoais e profissionais de qualquer espécie. 224 pp.

E-62 Cr\$ 29.000





6 *Cartas*

8 *Panorama Tricontinental*

15 *Editorial – A crise da dívida e a união dos devedores*

17 *Matéria de Capa – Cuba 1985, Beatriz Bissio*

18 A nova etapa

30 O pensamento de Fidel

39 O cronista da revolução

42 O poder das bases

44 A Ilha da Juventude

46 “A sociedade está mudando”

49 Uma informática dos “subdesenvolvidos”, *Enrique González Manet*

52 Cuba-Estados Unidos: 25 anos de hostilidades, *Gino Lofredo*

América Latina

59 Costa Rica: A neutralidade perdida, *Sybille Flashka*

63 Equador: “Uma resposta unitária para a dívida”

África

65 Zimbábue: A Zanu consolida o poder

69 África do Sul: O *apartheid* perde o controle, *Carlos Castilho*

73 Angola: Planos para uma guerra prolongada

77 Saara Ocidental: “O tempo corre contra o Marrocos”,

Baptista da Silva e Carolina Quina

81 *Revistas do 3º Mundo*

Cultura

82 “Concerto Carioca”, *Artur José Poerner*

85 Notas

Especial Nicarágua

87 Sergio Ramírez: “Se corres, atiro, se ficas te mato”

93 Contadora: A hora da verdade, *Nils Castro*

96 *Humor*



A consagração de Antonio Callado



ANC: tornar o país ingovernável para o *apartheid*



Sergio Ramírez: o perigo da invasão norte-americana

Sobre o Guia 84/85

Creio que o Guia responderá a uma necessidade sentida não só pelos acadêmicos, mas também por aqueles setores do público que se interessam pela "periferia". Apesar da maciça "contra-informação", um crescente número de pessoas está se dando conta de que os interesses do Sul e do Norte estão em grande medida interligados.

Keith Buchanan — Professor Emeritus — Gwynedd — Wales — Grã-Bretanha.

Meus colegas e eu consideramos uma publicação extremamente útil e valiosa.

Belinda Coote — OXFAM — Londres — Grã-Bretanha.

As reações de nossa equipe foram muito positivas, dado o conteúdo e a perspectiva do Guia 1984-85.

Clare Dixon — Catholic Fund for Overseas Development — Londres — Grã-Bretanha.

O Guia é de grande interesse para a Unctad (...) Está circulando entre as diversas divisões e programas de nosso secretariado. Escreveremos para qualquer sugestão ou comentário construtivo.

I. Dioumoulen — Unidade de Relações — Unctad — Genebra — Suíça.

Creio que o Guia é muito útil para promover os interesses do Terceiro Mundo.

Satish Kumar — Professor de Diplomacia — Jawaharlal Nehru University — Índia.

(...) Desejaria fazer uma reivindicação (e acho que muita gente pensa o mesmo): que o Guia do Terceiro Mundo seja colocado à venda nas bancas e livrarias, para que todos nós adquiramos com maior facilidade, e sem burocracias, essa tão importante fonte de pesquisa.

E. F. — Mossoró — RN — Brasil.

O Guia foi colocado em várias livrarias do país. Infelizmente não foi possível cobrir todo o território nacional. Quanto às bancas, chegamos a fazer um teste que foi auspicioso. Acontece que as duas edições esgotaram-se rapidamente na venda direta e

livrarias e não pudemos efetuar, na época própria, uma colocação nacional em bancas. Fica para o próximo Guia.

Uma visão realista de Angola

Sou leitora dos vossos cadernos e quero vos elogiar pela maneira tão explícita e realista como escrevem sobre o meu país, ajudando-nos a elevar a nossa moral combativa. Felicidade e prosperidade no vosso trabalho! Joana M. C. Victor — Luanda — Angola.

A situação de Burkina Fasso

(...) Consideramos muito importante para ser divulgada a experiência que está sendo desenvolvida num pequeno país da África Ocidental, a qual combina a luta anticapitalista e antifeudal a nível interno, com a luta antiimperialista a nível mundial. Nesse país, Burkina Fasso (ex-Alto Volta), com todas as dificuldades, sem sindicatos e partidos organizados e tradicionais, deu-se um processo revolucionário comandado por militares, que buscam um apoio efetivo das massas. (...) Então achamos importante que se faça uma reportagem sobre esse pequeno país, cuja direção se declara marxista, leninista e pró-soviética, (...) e uma entrevista com o dirigente do país, Thomas Sankara.

Centro de Estudos Universidade Popular (formado por alunos e ex-alunos da Universidade de Brasília) — Brasil

Congresso de exilados do Cone Sul

É uma tarefa urgente e imediata começar a discutir as linhas de um possível programa de ação unitária em todos os níveis e campos para a oposição ao regime fascista instalado em nossa pátria, o Chile. (...) Estamos preparando o 1º Congresso Unitário de Exilados do Cone Sul e para isso, estamos solicitando a colaboração de amigos e organizações populares progressistas. Estamos certos de que a solidariedade é uma conduta que as ditaduras militares fascistas não puderam nem poderão jamais destruir.

Grupo "Espartaco" — Chilenos exilados — Região Sul — Brasil.

Atingir as bases

(...) Aproveito o ensejo para parabenizá-los pela iniciativa, ou melhor, pela continuidade do projeto inicial de vocês. Temos que fazer ainda uma longa caminhada para chegarmos à unidade latino-americana a partir de uma conscientização da realidade do Terceiro Mundo. Que Deus os abençoe e continuem com esta perspectiva. Vejo como necessário atingir também as bases (o povo) com edições até mesmo no estilo de histórias em quadrinhos.

Frei Jorge Geraldo — Curitiba — PR — Brasil.

A deformação das histórias-em-quadrinhos

(...) A contribuição de cadernos tem sido do mais alto valor no que compete à defesa dos direitos inerentes dos povos do Terceiro Mundo. (...) Os Estados Unidos exercem seu imperialismo cultural sobre os países fracos e periféricos das mais variadas formas, e uma delas tem sido esquecida não só por cadernos, mas principalmente pela grande maioria das "colônias". Refiro-me às histórias-em-quadrinhos e fotonovelas. Sugiro que cadernos publique nos números subsequentes matéria relativa ao assunto, enfocando o principal editor e distribuidor dos quadrinhos para o Terceiro Mundo, ou seja, o império da Western Publishing Company.

É preciso mostrar aos povos latino-americanos todo conteúdo de informações que se esconde por detrás dos personagens de tais historietas. Tais revistas têm sido publicadas em mais de 20 idiomas diferentes e distribuídas em 67 países, com uma circulação mensal de 19 milhões de cópias. Faz-se importante divulgar dados detalhados sobre o poder imperial das Produções Walt Disney, mostrando ao leitor todo o perfil ideológico que se esconde por detrás de "inocentes" personagens de histórias-em-quadrinhos.

Antônio J. L. Nogueira — RJ — Brasil

"cadernos" na Guiné-Bissau

"Sou funcionário do PAIGC na região de Quinara (sul do país) e, nes-

se momento, dirijo as obras de construção de uma pequena biblioteca anexa à sede. Estou colecionando jornais e livros para a mesma, sobretudo cadernos (muito apreciados aqui, pela juventude, e não só). (...) O número 66 ("A paranóia nuclear") foi utilizado por professores internacionalistas da República Democrática Alemã e por um professor guineense no Seminário de Superação Político-Ideológica dos Quadros do Partido na região. Queria, assim, dar a conhecer a importância que se atribui a cadernos na pátria de Cabral.

Félix A. Sigá — Secretário-administrativo do Comitê do PAIGC da região de Quínara — Falacunda — Guiné-Bissau.

Discutir a Constituinte

Considero importantíssimos os primeiros passos dados na Nova República, como a eleição direta e por maioria absoluta para presidente da

República, a democratização política que permitiu que todas as correntes ideológicas se organizassem legalmente e debatessem suas propostas e o voto do analfabeto. Agora é aguardar que o povo, organizado em grandes ou pequenas associações, possa propor e discutir a nossa nova Constituição. O povo livre é quem deve escolher o seu destino.

Bruno R. Lavras Anna — Angra dos Reis — RJ — Brasil

Informação versus desinformação

(...) Uma última palavra para falar da imensa alegria que experimento todos os meses ao abrir cadernos, ao encontrar informação construtiva, verdadeiramente oposta à (des) informação que diariamente nos submerge. Tarefa árdua essa que cadernos se propôs a empreender, mas compensadora, quando sabemos tratar-se de uma luta pela justiça. Aliás, vendo o que falta fazer, o que já se

fez e o que está se fazendo, o saldo é deveras encorajante e a minha última palavra é: *esperança*.

Irineu S. Soares — Setúbal — Portugal.

O Nordeste esquecido

(...) Como nordestino, do semi-árido, estudante de agronomia, e reconhecendo o total abandono político e o caos em que vive o povo nordestino, surgiu que cadernos, com a seriedade que lhe é peculiar, abordasse esse tema em uma vasta reportagem. Creio eu que o assunto é merecedor de destaque, principalmente agora, quando essa sofrida e marginalizada região se vê assolada por uma das maiores — senão a maior — enchentes de nossa história, a qual destruiu praticamente metade dessa região, já tão castigada pelas estiagens periódicas.

Exedito N. Filho — Mossoró — RN — Brasil.

Intercâmbio

- **Jorge Barroso Fernandes Júnior**
C. P. 1624 — Dombé Grande — Benguela — Angola
- **Daniel Miranda**
Rua 1º de Janeiro, 130 — Sta. Cruz do Timbó — Porto União — SC — CEP: 89 410 — Brasil
- **Maribel Vidal Cervantes**
San Rafael Vidal 205 — Lugareño — Q.R. Pintó Cam 1 — Cgüey — CEP: 00.001 — Cuba
- **Paulino José Salvador "Lino"**
a/c de Jerônimo José Salvador "Jerô"
C.P. 509 — Luanda — Angola
- **Fárida Monteiro Maciel**
Benjamim Constant, 301 — Centro — Icó — CE — CEP: 63.430 — Brasil
- **Jacinto Allefno Jaci**
C.P. 783 — Notário — Benguela — Angola
- **Carlos Rodrigues**
C.P. 18.212 — São Paulo — SP — CEP: 01.000 — Brasil
- **Adelino José Domingos (Walter)**
C.P. 48 — Ndalatando — Kwanza Norte — Angola
- **Sandro Luis Schlindwein**
Rua Brusque, 1164 — Centro — Guabiruba — SC — CEP: 88.360 — Brasil

- **Manuel Zélia Ramos**
C.P. 3310 — Luanda — Angola
- **Intercâmbio Cultural Pluma**
C.P. 81.962 — Resende — RJ — CEP: 81.962 — Brasil
- **Armando Álvaro**
C.P. 1742 — Benguela — Angola
- **Cintia Izumi Makino**
Rua Baronesa do Cerro Azul, 2870 — Paranaguá — PR — CEP: 83.200 — Brasil
- **Mário Antônio Manuel**
C.P. 3.932 — Luanda — Angola
- **Carlos Manuel Joaquim**
Escola Liceu Sagrada Esperança — C.P. 63 — Malange — Angola
- **Prof. José Wilson Ramos**
Bibliotecário Municipal — Rua Nemer Adas, 35 — C.P. 50 — Ipaussu — SP — CEP: 18.950 — Brasil
- **Bento Antônio de Azevedo (Benny Antelly)**
a/c João Antônio Teixeira
2º Sector Avião — C.T.T.A. — Estação Postal Central — Luanda — Angola
- **Cipriano Neves Roberto**
C.P. 1896 — Benguela — Angola
- **Osorio Garcia**
Rua dos Pandas 484 — Belo Horizonte — MG — CEP: 30.000 — Brasil
- **David Antônio Mateus**

- Rua Guiné Bissau, 75 — C.P. 37 — Viana — Luanda — Angola
- **Faustino António**
Igreja Evangélica de Emanuel — C.P. 233 — Benguela — Angola
- **Vasco Manuel Garcia Rodrigues**
Av. Padre Arlindo Vieira, 1535 c/1 — Jardim Saúde — São Paulo — SP — CEP: 04.166 — Brasil
- **Adolfo Roberto da Silva**
Rua 1 — Travessa 2 — casa Nº 3 — C.P. 1536 — Luanda — Angola
- **Elisabeth Fernandes Culiteva "Betinha"**
C.P. 2054 — Huambo — Angola
- **Paulo Gerônimo César "Elmy"**
Escola Nacional de Aviação Militar Cte. Bula — C.P. 140 — Megage — Angola
- **Edileide Dantas de Moraes**
Av. Sapetuba, 4744 — I tanhaém — S.P. — CEP: 11.740 — Brasil
- **José Francisco Tenente "Bony"**
C.P. 14.496 — Luanda — Angola.
- **Clube de Amigos**
Rua do Ribatejo, casa 186 — Bairro Terra Nova — Luanda — Angola

Pedimos aos leitores interessados em participar do "Intercâmbio" que enviem os nomes e endereços mais legíveis, para evitar erros na sua publicação.

Uganda: Obote outra vez no exílio

□ Pela segunda vez em sua longa carreira política, o doutor Milton Obote foi derrubado do poder, depois de ter sido eleito em duas oportunidades para a chefia do governo de Uganda. O novo golpe contra Obote, a exemplo do anterior, não abriu no entanto perspectivas imediatas para a solução dos graves problemas sociais e econômicos que afetam o país desde a independência. Quando Uganda deixou de ser um protetorado britânico em 1962, o novo governo herdou profundas divisões internas aguçadas pelo colonialismo.

Obote pagou novamente o preço de sua decisão de lutar pela unidade nacional num país onde os 23 anos de independência não conseguiram apagar os regionalismos estimulados pelos ingleses. Uganda está dividida em duas grandes áreas: a dos *baganda*, ao sul, e a dos grupos étnicos do norte. Os *baganda* formam o setor econômica e socialmente mais desenvolvido, tendo sido no passado o grande apoio dos ingleses. São eles que produzem o café e o algodão, os dois principais produtos de exportação do país.

Os grupos do norte sofreram mais duramente a opressão colonial. Foi entre eles que o sentimento nacionalista surgiu com maior força e que a idéia de um estado unitário encontrou maiores adeptos. Mas os nortistas também têm suas divisões. Há os *acholi* e os *lango*. Ambos formam a base principal do Congresso Popular de Uganda (UPC), o partido que levou duas vezes Obote (um *lango*) ao poder através de eleições. Mas apesar da UPC ter tido sempre um maior prestígio popular em função de seu nacionalismo moderado, o



Milton Obote: novamente deposto

partido nunca conseguiu criar bases sólidas no terreno econômico, porque não tinha o controle sobre a burguesia agrícola dos *baganda* ou a elite comercial dominada pelos indianos e asiáticos.

O segundo golpe contra Obote aconteceu depois de quase dois anos de uma violenta campanha de desestabilização promovida pela burguesia *baganda* e também por grupos políticos do norte que não aceitam a liderança populista da UPC. No norte e no centro de Uganda, surgiram três movimentos rebeldes, um dos quais apoiado pelo ex-ditador Idi Amin, autor do primeiro golpe de estado contra Obote. Além da Frente de Salvação Nacional (UNRF), liderada pelo general Moses Ali, ex-ministro de Amin, existem o Exército de Resistência Nacional (NRA), do ex-ministro da Defesa Yoweri Museveni, e o Movimento Federal Democrático (Fedemu), dirigido pelo tenente-coronel George Nkwanga.

A ação desestabilizadora desses três grupos agravou as divergências entre os militares do gru-

po étnico *acholi* e os do grupo *lango*. A indisciplina dentro de várias unidades do exército regular deu origem a massacres e perseguições, a ponto de Obote ter pedido a ajuda de instrutores ingleses e norte-coreanos. A nível político, o Partido Democrático, a organização institucional dos *baganda*, manipulou habilmente os atritos e divisões no sentido de criar uma situação de caos, que acelerou o desgaste do governo.

Quando Obote marcou para o dia 12 de dezembro deste ano as eleições gerais, ficou claro que ele ganharia novamente, já que mesmo desgastado ele ainda é o político mais popular no país. Foi o pretexto para que as conspirações ganhassem maior ímpeto. A nível militar, o principal foco de resistência surgiu entre os oficiais *acholi*, um dos quais, o brigadeiro Basílio Okello, deu o golpe que depois levou ao poder o seu colega Tito Okello.

O sucessor de Obote é um militar de idade avançada e que já estava na lista de aposentadorias desde o ano passado. Ele não terá forças suficientes para manobrar entre as diversas facções do exército e sua única chance de sobrevivência está num acordo com o Partido Democrático ou com o NRA. Em qualquer uma das hipóteses, isso significa uma direitização do governo e o possível início de uma nova fase de autoritarismo.

Num país com tantas divisões, o arbítrio quase sempre degenera em perseguições, como aconteceu com o controverso Idi Amin, cuja ascensão ao poder, em alguns aspectos, seguiu mais ou menos o mesmo padrão do golpe do brigadeiro Okello.

Asas angolanas no Brasil

□ O início dos vôos da Taag para o Brasil foi um acontecimento marcante nas comunicações entre os dois países irmãos. Com essa linha, a empresa angolana deu nova prova de sua capacidade operacional e de condições técnicas.

A chegada do primeiro avião ao Galeão, sob responsabilidade

do comandante Casanova Pinto foi festejada por autoridades da aeronáutica e do governo do estado do Rio de Janeiro e numerosos amigos angolanos e brasileiros. A delegação de Angola que participou do primeiro vôo transatlântico foi chefiada pelo ministro da Indústria, Henrique Santos (Onambwe).

O presidente da Varig Helio Smidt ofereceu um jantar à delegação, no Hotel Méridien, com um grande comparecimento de destacadas personalidades. O diretor da Taag, José Fernandes, agradeceu a saudação que em nome de todos fez o presidente da Varig.

Desde a inauguração, os aviões Taag têm atravessado o Atlântico lotados. Saem aos sábados de Luanda e retornam aos domingos do Rio.



No jantar no Rio (foto acima), o ministro Henrique Santos com o presidente da Varig, Helio Smidt, a editora dos *cadernos*, Beatriz Bissio e o nosso diretor, Neiva Moreira. Na foto ao lado, o comandante Casanova Pinto e sua tripulação



Terceiro Mundo financia déficit dos EUA em 1984

O Terceiro Mundo financiou em 1984 grande parte do enorme déficit externo dos Estados Unidos, por causa da transferência de recursos dos países em vias de desenvolvimento, através do sistema bancário internacional.

O último relatório do Banco de Pagamentos Internacionais (BIS) — o centro de compensação dos bancos centrais ocidentais com sede em Basileia (Suíça) — mostra que os depósitos de nações do Terceiro Mundo nos bancos de 18 países industrializados membros do BIS aumentaram em 34 bilhões de dólares

em 1984, contra novos empréstimos de apenas 16,5 bilhões de dólares recebidos por eles.

Os depósitos da América Latina nos bancos ocidentais totalizaram 11,4 bilhões de dólares em 1984 contra novos empréstimos recebidos de apenas 3,5 bilhões de dólares.

O relatório do BIS destaca que, pelo fato de os Estados Unidos absorverem a maior parte dos empréstimos dos bancos europeus, os fundos dos países endividados foram empregados no financiamento do déficit externo provocado pela rápida reativação econômica.

Por outro lado, o fortaleci-

mento do dólar e a alta das taxas de juros atraíram capitais do sistema financeiro internacional, encarecendo o custo financeiro da dívida dos países em vias de desenvolvimento. Consequentemente, aumentou mais ainda o peso das respectivas dívidas externas em suas economias.

Desta forma, o estudo do BIS confirmou a opinião de muitos economistas, tanto do Terceiro Mundo como dos países industrializados ocidentais, de que a reativação norte-americana foi alimentada pela transferência de recursos dos países em vias de desenvolvimento.

Cabo Verde: incrementar a produção

□ A unificação e estabilização do espaço econômico nacional foram consideradas, pelo governo caboverdeano, condições indispensáveis para o incremento da produção nacional. Assim, e no âmbito do programa de investimentos para o ano passado, foram destinados cerca de 15 milhões de dólares para o setor de Transportes e Comunicações, criando-se uma média mensal de 5.946 postos de trabalho, enquanto que no setor do Comércio se investiram cerca de 900 mil dólares, tendo sido criados 244 empregos. Os investimentos ultrapassaram o dobro, relativamente a 1983, no setor dos Transportes, enquanto o do Comércio registrou uma diminuição de 50%.

No relatório que o governo caboverdeano apresentou no mês de junho passado ao Parlamento, e no qual constam os dados acima referidos, são ainda salientadas as sérias dificuldades que a área dos transportes marítimos tem atravessado, em consequência da crise internacional do setor, o que origina graves problemas de liquidez às empresas públicas do ramo e põe em perigo a sua viabilidade financeira.

No relatório, o governo caboverdeano salienta ainda o bom andamento das obras dos portos da Praia e da Palmeira, bem co-

mo as negociações em curso para o financiamento da construção dos portos do Tarrafal de S. Nicolau e do Sal-Rei.

Por sua vez, os Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV) transportaram uma média de 350 passageiros por dia, o que representa o dobro do volume de 1975. Quanto aos terrestres, o governo salientou como dado positivo a criação da Direção



Cabo Verde se esforça para incrementar a produção nacional

Geral de Transportes Terrestres e a importante participação das empresas privadas no melhoramento da circulação interurbana de passageiros e no transporte de mercadorias. No campo do abastecimento verifica-se uma melhoria considerável dos serviços no seu conjunto.

Em relação à cooperação desenvolvida por Cabo Verde ao longo do ano passado o relatório afirma que a diversificação dos parceiros e a adoção de medidas estruturais a médio e longo prazos, caracterizam a política de cooperação do país. O documento acrescenta que se "procurou melhorar a imagem de Cabo Verde como parceiro útil na procura de soluções para os problemas que afetam o mundo, reforçar e consolidar os laços de amizade já existentes e diversificar as relações internacionais".

Quanto à política de emigração, o texto se refere à criação, em 1984, do Instituto de Apoio ao Emigrante e a autorização concedida ao Banco de Cabo Verde para criar um sistema de poupança/crédito, que permita aos emigrantes a aplicação das suas poupanças no país.

Marrocos: morrem em greve de fome prisioneiros políticos

Cerca de 20 presos políticos confinados nos cárceres marroquinos de Kenitra e Marrakesh fizeram, durante quase dois meses, uma greve de fome em protesto pelas condições carcerárias desumanas a que estão submeti-

dos.

O movimento de protesto nas prisões do Marrocos se intensificou este ano, reivindicando que seja reconhecida a sua qualidade de prisioneiros políticos e permitida a visita de familiares, a entrada da imprensa e de materiais de leitura.

Os defensores dos presos políticos acreditavam que o rei Hassan 2º teria algum gesto de

boa vontade em favor dos grevistas, mas a espera foi frustrada.

O engenheiro Abraham Serfaty, condenado em 1977 à prisão perpétua junto com o seu filho, acusados de desenvolver atividades subversivas, integra o grupo de grevistas e foi ele que dirigiu um documento à opinião pública internacional denunciando a situação.

Peru conclama à união da América Latina contra o FMI

□ "Tudo pode ser negociado, menos as condições econômicas e o destino de nosso povo". A frase de Alan García, ao assumir a presidência do Peru em 28 de julho passado, sintetiza a posição do líder do Apra nas suas relações com o Fundo Monetário Internacional quanto à negociação da dívida externa peruana que alcança 14 bilhões de dólares.

Sua decisão de não destinar mais do que 10% das exportações do país ao pagamento dos juros da dívida surpreendeu os chefes de governo e representantes diplomáticos que assistiram à posse de García em Lima. Não só pela fórmula proposta, mas, fundamentalmente, pelo caráter latino-americanista de sua formulação, que fez muitos observadores políticos recordarem as posições antiimperialistas do Apra na década de 20.

"O conflito da dívida externa ocorre atualmente entre os países pobres e os países ricos, entre nossa região e o Norte imperialista e financeiro", disse o presidente mais jovem (36 anos) da



Alan García: "guerra contra a miséria"

América Latina. Ao descartar o FMI como intermediário ("dialogaremos só com os nossos credores" disse), Alan García se junta aos que sustentam — cada dia com mais convicção — que o problema da dívida é, antes de tudo, político. "A solução histórica e definitiva está no campo político de uma América Latina unida", acrescentou o novo presidente peruano.

Não são poucos os problemas

com que se defronta Alan García: alguns, quase seculares no Peru, e outros, mais recentes, como resultado da herança deixada pela política neoliberal e monetarista de Belaúnde Terry. A dívida externa peruana compromete hoje quase 64% do Produto Interno Bruto (em 1980, o serviço da dívida consumiu 41,9% das exportações). Um por cento da população recebe 30% da renda nacional, enquanto 75% só participam de 5% dessa riqueza. Sesenta por cento dos trabalhadores estão desempregados total ou parcialmente e o salário mínimo (cerca de 28 dólares) cobre apenas 17% da cesta familiar básica, enquanto o salário real médio representa 31% do orçamento familiar.

Para Alan García, essa "guerra contra a miséria e a crise" implica a necessidade de "uma profunda transformação do Peru, através de um governo antiimperialista, soberano e democrático, para chegar a uma sociedade mais justa, livre e culta".

Poucos dias depois, o novo presidente peruano pôs em prática algumas das propostas feitas no seu discurso de posse, decretando uma moratória de seis meses para o pagamento dos serviços da pesada dívida externa do Peru.

A morte do aprendiz de torturador

Um tenente da Força Aérea do Peru morreu em circunstâncias insólitas quando treinava práticas de tortura. O alferes Pietro Cereghino se afogou, quando se encontrava com as mãos algemadas e a cabeça coberta com um capuz.

Os instrutores do curso de contra-insurreição não tinham avisado os seus alunos que os submetidos à prática do "submarino" — como se denomina a imersão da cabeça do torturado em um tanque

de água até a sensação limite de asfixia — devem se abster de ingerir alimentos algumas horas antes.

O oficial peruano, uma espécie de "cobaia" da tortura, tinha almoçado um pouco antes e o mal-estar produzido pela imersão a que foi submetido por seus colegas lhe provocou vômitos, devido aos alimentos que havia ingerido. Afogou-se, sem que os instrutores percebessem, porque tinha a cabeça coberta pelo capuz.

Lesoto: anunciadas eleições

O Lesoto vai realizar de 17 a 18 de setembro próximo, pela primeira vez nos últimos 15 anos, eleições legislativas, segundo anunciou em Maseru a Rádio Lesoto, citando declarações do primeiro-ministro Leabua Jonathan.

Com 70 anos de idade, Leabua Jonathan, que chegou ao poder quando o país obteve a independência, em 1966, tem manifestado desde 1983 a sua intenção de estabelecer um regime democrático.

Argentina: mais recessão

□ O aceleramento da queda do salário real e uma recessão mais acentuada seriam as consequências imediatas do plano econômico posto em andamento pelo governo argentino para controlar o processo inflacionário e facilitar o pagamento da dívida externa.

A Argentina deve cerca de 50 bilhões de dólares ao exterior e, nas últimas semanas, chegou a um princípio de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os credores estrangeiros. O acordo implica, entre

outros pontos, a execução de um rígido plano de ajustamento da economia.

As reformas promovidas em 14 de junho passado pelo governo de Raúl Alfonsín incluem o congelamento de preços, salários e tarifas públicas, e uma drástica redução do déficit fiscal. Desde então, as autoridades econômicas e o próprio presidente argentino se referiram à aplicação de critérios de uma "economia de guerra" e advertiram a população quanto à dureza das linhas do ajuste. Até agora, esses efei-

tos não se fizeram sentir. Os analistas econômicos locais afirmam que, por enquanto, os argentinos só sentiram as benesses das medidas.

Mas existe plena consciência, entre os que orientam a política econômica, de que serão outros os efeitos que se farão sentir a partir de agora. A indústria, depois de um processo de liquidação de estoques iniciado em outubro de 1984, havia começado a renovar suas mercadorias em abril passado, prevendo o brusco crescimento da inflação. Ao interromper-se esse processo com o congelamento dos preços, a tendência se reverte novamente para a liquidação de mercadorias.

Não há créditos disponíveis no mercado financeiro que facilitem o investimento produtivo. A isso deverá somar-se uma queda das vendas, como resultado da diminuição do poder aquisitivo dos salários. A inflação se mantém por inércia, embora em níveis muito mais baixos do que os anteriores a junho. Na administração pública, segundo anunciou o governo, se produziria um corte trimestral de 1% no pessoal, o que significará seis mil funcionários a menos por mês.



As donas-de-casa se mobilizam contra a carestia

Uruguaios e brasileiros se encontram em Porto Alegre

O novo cônsul geral do Uruguai em Porto Alegre, Adolfo J. Donamari, fez uma visita de apresentação ao governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares, e convidou-o a participar do Encontro Binacional que o consulado de seu país vai realizar na capital gaúcha, de 29 de agosto a 2 de setembro. Trata-se de uma promoção que visa a desenvolver o intercâmbio comercial, indus-

trial, cultural e de zonas francas entre o Uruguai e os estados sulinos do Brasil.

Segundo o cônsul Adolfo Donamari, esse encontro realizará, de forma pragmática, os propósitos de intensificação de amizade, que foram objeto das conversações mantidas pelos presidentes José Sarney e Julio María Sanguinetti, em Montevideu. O Encontro Binacional também tem por finalidade a integração do Uruguai às comemorações do sesquicentenário da Revolução Farroupilha, aproveitando, inclusive, a realização da exposição interna-

cional de animais, no Parque Assis Brasil, de Esteio.

Adolfo Donamari, antes de ser designado cônsul geral do seu país em Porto Alegre, atuou como embaixador do Uruguai na Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), que reúne os países do Prata. Ele considera que a rapidez com que o Itamarati expediu as suas credenciais (em apenas cinco dias) representa uma deferência muito especial do governo brasileiro ao seu país, uma vez que tanto o Uruguai como o Brasil estão vivendo tempos de redemocratização.

Timor Leste: Anistia Internacional denuncia Indonésia

□ "As tropas da Indonésia violam sistematicamente os direitos humanos no Timor Leste", denunciou a Anistia Internacional. Num relatório sobre a situação na ilha, a organização defensora dos direitos humanos cita centenas de pessoas que foram sequestradas, torturadas e assassinadas por tropas da Indonésia, desde que este país invadiu e anexou a ex-colônia portuguesa em dezembro de 1975.

O documento denuncia a existência de "uma série de abusos" contra aqueles que se opõem ao domínio de Jacarta e, especialmente, contra a Frente Revolucionária de Timor Leste

Independente (Fretilin). De acordo com o relatório da Anistia Internacional, "o número de pessoas mortas desde a invasão e como consequência direta do conflito armado é de quase 200 mil, o que representa um-terço da população antes da ocupação".

Em particular, a Anistia faz uma análise pormenorizada das condições imperantes na prisão de Camarga, na cidade de Dili, e na ilha de Atauro, ao norte de Timor. Essa ilha é utilizada como lugar de "exílio" e ali foram criadas várias "aldeias de assentamento". "Os prisioneiros, os 'exilados' e os habitantes das

aldeias vivem em condições inadequadas", afirma a Anistia Internacional.

O documento destaca que sua informação sobre o Timor Leste não é completa devido à dificuldade de encontrar fontes independentes. As autoridades indonésias restringiram o acesso de jornalistas e de funcionários de agências internacionais a Timor Leste e impediram, quase completamente, a saída de informações para o exterior.

"As violações descritas neste relatório ocorrem no quadro de uma situação em que as liberdades fundamentais de reunião, movimento e expressão não existem", assinala a Anistia. O documento recomenda que a Indonésia permita um maior acesso aos observadores internacionais, que se inicie uma investigação sobre as violações aos direitos humanos e que se proceda, judicialmente, contra os responsáveis.

Chile: oposição à base dos Estados Unidos na ilha de Páscoa

□ Personalidades políticas chilenas conclamaram a população a se opor a um projeto da Administração Nacional de Aeronáutica e do Espaço (Nasa) dos Estados Unidos para ampliar o aeroporto da ilha de Páscoa para aterrissagens de emergência de ônibus espaciais norte-americanos.

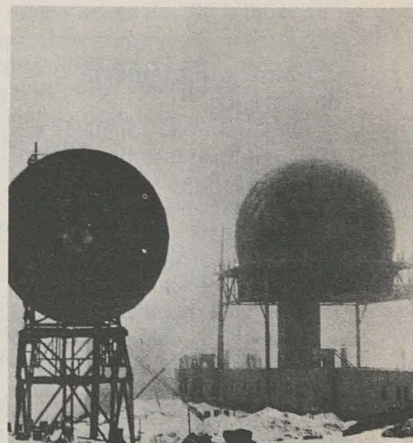
O "Comitê pela Paz e pela Defesa de Pascua" é integrado, entre outras importantes figuras políticas, pelo ex-candidato presidencial democrata-cristão, Radomiro Tomic, o ex-presidente do Senado Hugo Zepeda, o general reformado Guillermo Picering, o cientista Joaquín Luco e o presidente do Comando Metropolitano de Favelados, Eduardo Valencia.

A ampliação do aeroporto, declararam os membros do comitê, poderia fazer do Chile "um alvo direto no caso de uma guerra atômica". O projeto está sendo discutido pelo governo militar chileno e a administração do presidente Ronald Reagan. O ministro de Relações Exteriores de Pinochet, Jaime del Valle, disse que "começamos uma série de negociações para ver se podemos chegar a um acordo". Segundo ele "não será instalada uma base estrangeira na ilha de Páscoa".

O governo norte-americano, através de seu representante diplomático em Santiago do Chile, James Theberge, pressiona os militares para que adotem uma decisão rápida. "Temos outras alternativas na bacia do Pacífico

para pistas de aterrissagem", alega.

O Comitê propõe que não se firmem compromissos de qualquer ordem que reconheçam a países estrangeiros direitos a estabelecer em território chileno instalações suscetíveis de uso bélico, como é o caso do ônibus espacial.



A Nasa poderá usar a ilha de Páscoa

Espionagem internacional

☐ O Movimento de Justiça e Direitos Humanos denunciou a descoberta de uma espionagem feita sobre o exilado político uruguaio Wilson Ferreira Aldunate, em 1983, em território nacional, com a colaboração de policiais brasileiros, gerando grande polêmica entre este órgão e a Polícia Federal no Rio Grande do Sul.

O conselheiro do Movimento, Jair Krischke, expediu correspondência ao governo federal, pedindo que o presidente José Sarney tome medidas enérgicas de punição a esses policiais brasileiros que cederam informações confidenciais a governos estrangeiros.

Krischke lembra que esses policiais infringiram o artigo 13 da Lei de Segurança Nacional, fornecendo material sigiloso, pertencente à União, a país estrangeiro. Enviou anexa a correspondência com farta documentação, inclusive mostrando relatório que envolve a cessão de fichas policiais do gaúcho Regis Ferretti, assessor parlamentar do PMDB na Assembleia Legislativa a militares uruguaios, sendo as mesmas assinadas pelo cônsul uruguaio Raul Liard. O conselheiro

ro solicitou providências cabíveis e pediu a substituição imediata da cúpula da Polícia Federal no estado, como maneira de coibir o abuso à soberania nacional.

Entre março e fevereiro de 1983, o político uruguaio Wilson Ferreira Aldunate foi a Porto Alegre para dirigir uma reunião dos seguidores, à época, do proscrito Partido Nacional. "Ele suspeitava estar sendo vigiado pelos bem-mandados do regime", contou em Montevideu, o agrônomo e jornalista Julian Muguia, do semanário "La Democracia" dirigido por Aldunate, lembrando que acompanhou o político durante reuniões no City Hotel, em Porto Alegre. "Eu estava exilado na capital gaúcha desde que tirei um cientista das prisões uruguaias, ficando impedido de voltar ao meu país, e certa vez surpreendi homens da Polícia Federal recolhendo fichas no hotel. Fiquei surpreso e imaginei que o destino das fichas era a repressão uruguaia". As suas suspeitas só se confirmaram com as denúncias do Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

O atual secretário de Segurança Pública, Augusto Berthier, ao

ser procurado pelos repórteres mandou apenas um modesto recado pelos seus assessores, sugerindo que fossem consultar as autoridades responsáveis pela área policial em 1983.

O ex-secretário de Segurança Pública, coronel João Osvaldo Leivas Job, afirmou duvidar que a ficha do assessor do PMDB na Assembleia, Regis Ferretti, anexada ao relatório, tenha pertencido ao Dops. "Embora não tenha visto a ficha, duvido que ela tenha pertencido ao Dops, apesar de ser óbvio que enquanto existiu, o Dops trocou informações com a comunidade à qual estava ligado." O coronel não quis comentar se isso significaria que algum órgão de posse dessas informações do antigo Dops, tenha fornecido os dados ao cônsul.

A Polícia Federal não tem nada a dizer, por enquanto. Esta é a posição do superintendente de Polícia Federal do Estado, coronel Luiz Mackesen de Castro Rodrigues. O coronel disse que nada tem a declarar sobre o caso de espionagem internacional que envolve vigilância de policiais brasileiros e uruguaios. Como de costume, o superintendente mandou que a delegada Lúcia, sua assessora, apenas dissesse aos jornalistas que não iria comentar o assunto.

Panamá: em memória de Torrijos

Uma multidão calculada em 100 mil panamenhos relembrou a 31 de julho passado, na cidade de Santiago, o quarto aniversário da morte do general Omar Torrijos. Os participantes da concentração exigiram do governo dizer "não às diretrizes do FMI", quando Martín Torrijos, filho do ex-presidente do Panamá, falou sobre "defender a soberania e lutar pelo povo e pela pátria",

como fez o líder militar e político do istmo até a sua morte em um suspeito acidente aéreo em 1981.

O general Torrijos foi o dirigente do chamado "Processo Revolucionário Torrijista" iniciado a 11 de outubro de 1968, quando à frente de um movimento de jovens militares derrubou Arnulfo Arias, que havia sido presidente três vezes. A ação do governo de Torrijos se baseou em um programa de linha nacionalista

objetivando o resgate da soberania sobre o Canal do Panamá, então em poder dos Estados Unidos (desde 1903) e que se tornará totalmente panamenho a partir do ano 2000.

Além disso, o líder panamenho colocou a economia do Estado a serviço dos setores mais pobres da população, deu participação em seu governo aos grupos políticos antes marginalizados e praticou uma política externa de não-alinhamento.

A crise da dívida e a união dos devedores

A dívida externa dos países do Terceiro Mundo não poderá ser paga. São os próprios tecnocratas do Fundo Monetário Internacional e os grandes banqueiros que chegaram a essa conclusão.

Mas admiti-lo publicamente seria aceitar a vitória dos devedores. E os credores, antes de chegar a esse ponto, querem usar todo o poder que lhes resta para obterem dos países subdesenvolvidos o maior número possível de concessões. O que está em jogo hoje é, pois, a forma de negociar o não-pagamento de 700 bilhões de dólares em dívidas acumuladas.

Embora o FMI e os bancos internacionais reconheçam que o limite tolerável de pressão sobre as enfraquecidas economias dos países da Ásia, África e América Latina esteja sendo atingido, insistem na tese de que a dívida terá de ser saldada. Mas como isso faz parte do jogo, eles têm o cuidado de não forçar o confronto porque estão conscientes de que a maioria das nações do Terceiro Mundo iria à falência, caso fosse aplicada ao pé da letra a fria contabilidade do Fundo Monetário.

Por sua vez, os países pobres e endividados estão descobrindo pouco a pouco que, ironicamente, sua força está em sua fraqueza. Que os ricos não têm outra saída senão a negociação e que para negociar

melhor, para salvarem o pouco que ainda lhes resta, a arma mais eficaz é a unidade.

A dívida externa talvez seja, na história recente, o primeiro fenômeno de escala internacional capaz de propiciar a tão desejada unidade dos países do Terceiro Mundo. O problema é complexo pois implica a harmonização de interesses econômicos e políticos entre países extremamente díspares, apesar de seus diversos pontos de identidade. Há nações com uma dívida acima de 100 bilhões de dólares e outras que devem menos de 100 milhões.

Mas há um fator que ajuda o processo: os países subdesenvolvidos têm consciência de que a suspensão individual do pagamento de seus compromissos é inviável.

Independentemente do regime político que os caracteriza, esses governos estão enfrentando a necessidade de negociar. Os mais poderosos e os mais hábeis têm condições de obterem maiores vantagens. Os mais fracos estão negociando em piores condições. Esse é um dos pontos mais cuidadosamente explorados pelos credores, eles sim reunidos há anos em torno de um clube bem estruturado.

Entre as armas de persuasão dos credores — um arsenal forte e variado — encontram-se as ameaças e a chantagem e não faltam as formas mais sutis,

como a barganha e o jogo das cartas de intenção. Os técnicos que participam diretamente das negociações com o Fundo Monetário sabem que os devedores são frequentemente incentivados a se comprometerem com metas inatingíveis, para exigir seu cumprimento e colocar o interlocutor em situação desfavorável.

Nesse contexto, surge a proposta cubana de articular um clube de devedores. Fidel Castro analisou a essência do problema e a acolhida que sua tese recebeu por parte de amplos setores da opinião pública da América Latina — e, inclusive, de muitos chefes de governo — chegando a preocupar seriamente o Departamento de Estado, o Fundo Monetário e os bancos internacionais.

Cuba foi o primeiro país do continente a assumir, a nível oficial, a tese de que a única saída é a união dos devedores. Fidel lançou sua proposta no momento em que o isolamento prolongado imposto pela Casa Branca ao regime de Havana começa a desabar e Cuba se transforma numa presença constante nas grandes decisões latino-americanas. O pouco que resta do bloqueio será superado definitivamente no dia em que um país do peso continental do Brasil anuncie o reatamento de relações diplomáticas com Havana. Entre todos os países latino-americanos, Cuba foi o menos atingido pela crise da dívida, dado seu desenvolvimento econômico peculiar e a sua integração econômica no seio dos países socialistas. Contudo, isso não o exclui das dificuldades por que atravessam seus vizinhos no que diz respeito às questões comerciais e às imposições econômicas de Washington.

A repercussão da proposta cubana nos países ricos, e em particular no Terceiro Mundo, aprofundou as relações do regime de Havana com o resto do continente latino-americano.

16 - terceiro mundo

Pouco depois do pronunciamento de Fidel Castro, o presidente José Sarney declarou o propósito de usar termos mais enérgicos nas negociações com o FMI e mostrou-se aberto às sugestões de uma avaliação conjunta, por parte dos devedores, sobre a situação. Por sua vez, o presidente do Peru, Alan García, anunciava no seu discurso de posse sua decisão de limitar os pagamentos da dívida externa a 10% da receita das exportações de seu país.

O governo mexicano organizou há algum tempo uma reunião de devedores, mantida em sigilo e tornada pública devido às revelações do correspondente do *Wall Street Journal*, que menciona entre os presentes o ex-ministro do Planejamento do general Geisel, Mário Henrique Simonsen.

Quanto maior for a tendência dos principais devedores a se inclinarem pela tese da unidade, maior será o empenho dos banqueiros internacionais e do FMI em vincular o problema da dívida externa ao conflito Leste-Oeste. Portanto, um fato que eles reconhecem ser inquestionável — a falta de condições reais dos países subdesenvolvidos de saldarem seus compromissos — é apresentado por todo o aparelho por eles dominado como uma bandeira a serviço de determinadas ideologias.

Diante da manobra, continua de pé a alternativa da unidade dos devedores. E, nesse aspecto, cabe a maior responsabilidade aos países de economias mais fortes e consolidadas pois as expectativas dos menos favorecidos se dirigem a eles.

O dilema atual do Terceiro Mundo é ceder novamente às pressões e arrepender-se quando for tarde demais e se tenha desperdiçado uma oportunidade histórica, ou abandonar antigos medos e dependências em prol da solidariedade, que é a arma de sua própria sobrevivência. ●

Cuba 1985



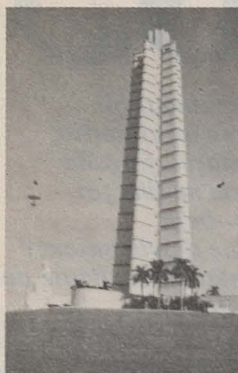
O bloqueio contra o regime cubano foi particularmente rigoroso na área informativa. Durante anos, a falta de informação forçada sobre o que realmente acontecia na ilha foi compensada com campanhas — bem orquestradas e difundidas — que desvirtuavam e manipulavam os fatos, apresentando-os diante da opinião pública sem que esta pudesse compará-los com outras fontes. Este trabalho sobre Cuba reúne informações, entrevistas, dados colhidos em nossa recente viagem e reflexões que amadurecemos também a partir de visitas anteriores. É nosso desejo que se constitua no ponto de partida para que o leitor possa conhecer uma experiência que já se prepara para o desafio do século 21.

Beatriz Bissio



Cuba

A nova etapa



Na segunda metade da década de 80 os cubanos definem as metas para o ano 2000 e se preparam para dar um salto qualitativo na construção do socialismo

Sergei Abreu tem 11 anos. Isis Guillén tem 12. Ele é branco, filho de camponeses. Ela é negra, filha de trabalhadores urbanos. Os dois querem ser médicos quando "forem grandes". Sergei, além disso, gosta muito de trabalhar na horta. Já Isis gosta de declamar e de matemática. "A coisa mais importante é o estudo. Quem não estuda não é um bom pioneiro", me diz Sergei¹. "Me sinto orgulhosa de ser pioneira num país onde não existe racismo e todos têm os mesmos direitos", comenta Isis.

Conheci Sergei em Guínes, durante a visita à Cooperativa de Amizade Cubano-Búlgara, uma cooperativa de produção onde a terra é propriedade social e se produz hortaliças e alimentos em geral. Já Isis, a encontramos num almoço no Parque Lênin, quando recitou alguns belos poemas para as delegadas do Encontro Continental de Mulheres.

trialização.

Nem Sergei nem Isis viveram os problemas da etapa anterior a 1959, quando o desemprego era superior a 16,4% e o subemprego estava em torno de 34,8%. Eles já vieram ao mundo num país de — praticamente — pleno emprego. Também não

Quando eles nasceram, o processo revolucionário de seu país já estava na etapa da institucionalização, iniciada no começo da década de 70². Haviam ficado para trás os anos investidos na superação da herança neocolonial — como alguns cubanos gostam de dizer —, quando os indicadores econômicos da década de 50 começaram a mudar devido às medidas tomadas em relação à propriedade da terra, ao desemprego, à indus-

¹ Em Cuba, como em Angola, denomina-se *pioneiro* a criança ou adolescente militante do processo revolucionário. A Organização de Pioneiros "José Martí" desempenha um papel importante na educação e formação dos jovens cubanos.

² Até o final de 1972, foi reestruturado o Conselho de Ministros e criado o seu Comitê Executivo. Durante 1973, o aparelho do Partido Comunista de Cuba foi reestruturado e o sistema judicial foi reorganizado. Em 1974, houve as primeiras experiências dos órgãos representativos populares e, em 1976, a adoção de uma nova Constituição (fevereiro) e a proclamação da Assembléia do Poder Popular (dezembro).

Os indicadores econômicos anteriores a 1959 mudaram em consequência da reforma agrária e da industrialização



conviveram com as taxas de analfabetismo de 23,6% nem com o sistema escolar que, de 100 crianças matriculadas nas escolas públicas, deixava 94 no meio do caminho, sem terminarem o 6º ano. Hoje, a taxa de analfabetismo não chega a 3%, não existem crianças em idade escolar sem colégio, todos concluem o 6º ano (inclusive os que foram alfabetizados adultos) e se luta agora para conseguir o 9º ano de escolarização para todos.

Nenhum dos dois conheceu o país que concentrava 65% dos médicos nas áreas urbanas, que tinha 70% da indústria farmacêutica controlados por empresas estrangeiras, em que a esperança de vida era de 62 anos e a mortalidade infantil de 40 por mil nascidos vivos, enquanto a mortalidade materna era de 118,2 por 10 mil nascidos vivos.

Hoje, a assistência médica está nacionalizada e mais de 15% dos gastos do Estado se destinam à saúde pública. A indústria farmacêutica também foi nacionalizada e as doenças contagiosas típicas do subdesenvolvimento foram erradicadas (as causas de mortalidade em Cuba são quase as mesmas das dos países industrializados: o coração e o câncer ocupam os dois primeiros lugares). Existe um serviço médico rural e os indicadores de saúde mudaram radicalmente: a esperança de vida é de 73,6 anos, a taxa de mortalidade materna é de 3,3 por 10 mil nascidos vivos, segundo dados de 1983 (e, nos dizia uma dirigente da Federação de Mulheres, um caso de morte no parto é investigado até em instâncias nacionais), 98% dos partos são realizados em hospitais e a taxa de mortalidade infantil caiu para 17,4 por mil nascidos vivos. A subnutrição, que antes de 1959 afetava 40% da população, agora não chega a 5%.

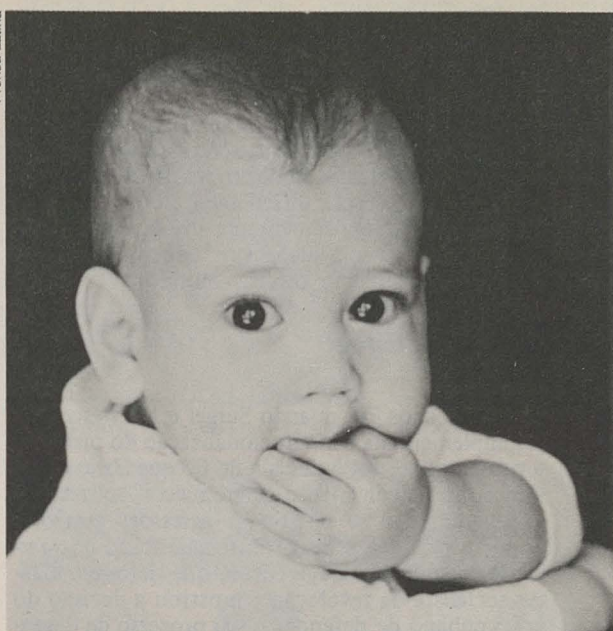
Antes da revolução, menos de 2.500 proprietários possuíam 45% das terras do país e 8% das fazendas concentravam 71% da área disponível. Os norte-americanos possuíam 25% das melhores terras cultiváveis, controlavam a energia elétrica, parte da indústria de laticínios, do abastecimento de combustível e tinham o poder decisório sobre o crédito bancário. Além disso, 60% das exportações e 75 a 80% das importações cubanas dependiam dos Estados Unidos.

Atualmente, 80% das terras cultiváveis estão organizadas como granjas estatais e os 20% restantes pertencem a pequenos produtores que têm menos de cinco *caballerías* (1 *caballería* equivale a 13,3 hectares) ou são propriedade social dos membros das cooperativas de produção. A indústria, a construção civil, os transportes, o comércio varejista e atacadista, e o comércio exterior estão em mãos do Estado.

Até 1959, somente 11,2% dos trabalhadores agrícolas tomavam leite, 4% comiam carne, 2,1% comiam ovos, 1%, peixe e 3%, pão. Trinta e seis por cento tinham vermes.

1985 — Agosto — nº 81

Pressa Latina



A assistência à infância melhorou substancialmente

Na Cuba de Sergei e Isis, o consumo de leite e peixe é superior a todos os outros países do continente. O consumo de carne é maior do que no Brasil, Colômbia, Costa Rica e Peru. O consumo de proteínas e calorias diárias da população é parecido ao dos países industrializados (2.970 calorias e 78,8 gr de proteínas, em 1983). Os preços dos produtos de primeira necessidade continuam sendo os mesmos da década de 60 e 16 deles são subsidiados pelo Estado (o subsídio vai de 6 a 43% do preço total). De cada 100 casas com eletricidade — que são a grande maioria, já que uma das prioridades do governo foi levar energia elétrica a todo o país —, 74 têm televisão, 38 têm geladeira, 34 têm máquina de lavar roupa e todos têm rádio (inclusive os que não têm eletricidade em casa, pois possuem rádios de pilha).

Se tivéssemos perguntado a Isis e Sergei se sabem o que é o documento conhecido por “A História me absolverá”, possivelmente teriam respondido que se trata da defesa do comandante Fidel Castro. Talvez soubessem que foi escrito na ilha de Pinos, durante o tempo em que Fidel esteve preso, na época de Batista. Mas a ilha que eles conhecem se chama hoje Ilha da Juventude e abriga as escolas que recebem os estudantes cubanos das províncias do interior e as crianças de países como a Nicarágua, Angola, Etiópia, Namíbia, Moçambique e Saara Ocidental, aos quais Cuba ajuda, fornecendo gratuitamente a infra-estrutura e os meios necessários para a educação desses contingentes de jovens que, de outra forma, não pode-

terceiro mundo - 19

riam estudar. A prisão onde ficou Fidel — planejada e construída pelos norte-americanos — foi transformada num museu, cuja parte principal abrigará um centro de pioneiros.

A Cuba descrita em "A História me absolverá" só será conhecida por Isis e Sergei através do relato de seus pais e avós ou dos livros de história. Talvez por isso seja tão difícil para eles imaginarem que aquela é a realidade em que vive hoje a maioria das crianças de sua idade em todo o continente latino-americano e no Terceiro Mundo.

A década de fogo

Se nos anos 70, quando Sergei e Isis nasceram, foi implementada a institucionalização do processo revolucionário, foi a década de 60 que abriu caminho ao desenvolvimento econômico e, sobretudo, aquela em que se resistiu às agressões amadas, bombardeios e à invasão norte-americana no marcante episódio de Playa Girón, que definiu o caráter socialista da revolução e mostrou a decisão do povo cubano de defender o seu processo de desenvolvimento.

É a década da proclamação do caráter marxista-leninista do partido, da crise dos mísseis (ver matéria "Cuba-Estados Unidos: 25 anos de hostilidades", nesta edição) e das mudanças estruturais. Com a primeira lei de reforma agrária de maio de 1959 e com as medidas posteriores que determinaram a expropriação dos meios de produção nas demais áreas da economia, surge o setor socialista, que se consolida em outubro de 1960, ao serem estatizados os bancos e 383 grandes empresas, inclusive 105 centrais açucareiras.³

Com essa série de medidas, ficava claro que Cuba optava por basear sua estratégia de desenvolvimento em dois pontos: centralizar os escassos recursos disponíveis e desenvolver uma gestão estatal.

Nem tudo avança em linha reta. Erros de avaliação da real potencialidade da economia fizeram com que se desse, num primeiro momento, a opção pelo desenvolvimento da indústria pesada. Anos depois, em 1964, muda-se o rumo: embora se mantivesse a estratégia da industrialização como eixo do desenvolvimento econômico, a ênfase passou para aqueles ramos que assegurassem o desenvolvimento da indústria açucareira como fonte de

divisas e permitissem a fabricação dos meios de produção necessários ao setor agropecuário.

Todo o conjunto de medidas econômicas e políticas desses primeiros anos custaram a Cuba o bloqueio econômico e diplomático imposto pelos Estados Unidos. Mas, dados do próprio Banco Mundial mostram que foram essas mesmas medidas que permitiram, desde então, um crescimento econômico contínuo. Entre 1960 e 1979, o Produto Nacional Bruto (PIB) *per capita* atinge uma média de crescimento anual de 4,4%. Com exceção do Brasil, que nesse período obteve um crescimento de 4,8% — e sem entrar em considerações sobre o significado desses números em cada caso —, o restante dos países latino-americanos ficou abaixo desses resultados.⁴

A contribuição popular

Essas cifras, que parecem tão frias, foram alcançadas graças ao esforço coletivo do povo cubano em cada uma das tarefas que levava adiante. Os sindicatos, por exemplo, organizados na Central de Trabalhadores de Cuba, foram decisivos na solução do problema da moradia, através do movimento das microbrigadas. Só em 1973, foram construídas dessa forma — com trabalho voluntário — 28 mil moradias, particularmente em Alamar, a leste de Havana.

A distribuição das moradias é resolvida em assembléias, quando por votação secreta se escolhe, considerando os méritos e necessidades dos pretendentes, quem serão os favorecidos.

O mesmo se pode dizer da campanha de alfabetização. Esse enorme esforço realizado em 1961, depois da nacionalização do ensino, permitiu a quase um milhão de analfabetos maiores de 10 anos aprenderem a ler e escrever em menos de um ano de trabalho. A idéia surgiu a partir da experiência de alfabetização promovida pelo exército rebelde na fase insurrecional e contou com o apoio decisivo dos estudantes do ensino médio e universitário, que se deslocaram para o campo numa experiência que marcou suas vidas para sempre.

Um papel importante na mobilização — seja para a defesa, para implementar campanhas (como a de vacinação em massa), ou para promover o debate sobre as principais tarefas e definições revolucionárias — é desempenhado pelos Comitês de Defesa da Revolução (os CDR), que contam com mais de cinco milhões de membros.

³ Entre julho e setembro de 1960, haviam sido nacionalizados os investimentos econômicos norte-americanos, em resposta à política hostil dos Estados Unidos. Em dezembro de 1962, nacionaliza-se o setor comercial e, em março de 1963, tudo o que restava de propriedade privada capitalista no país.

⁴ Além disso, deve levar-se em conta que, em consequência do bloqueio econômico, até dezembro de 1981 Cuba havia sido prejudicada em 9,081 bilhões de dólares, equivalentes a 28,2% do investimento bruto entre 1960 e 1981.



Aurélio López e sua mulher: "Agora tenho uma boa casa"

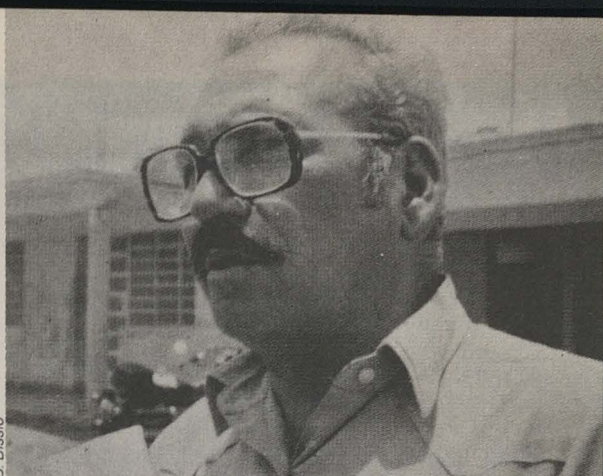
A Federação de Mulheres Cubanas (FMC) e os CDR são as duas estruturas que têm presença nos bairros, já que o Partido Comunista não tem ramificações desse tipo e, além disso é, por definição, um partido de quadros. A população encontra nos CDRs o elo mais próximo da cadeia que levará sua opinião aos círculos de poder.

Outra mudança significativa da década de 60 aconteceu em relação aos salários. A pedido da Central de Trabalhadores, se decidiu em 1961 pelo congelamento dos salários, para começar a reestruturar todo o sistema de remuneração do trabalho. Em 1963, é colocado em prática o novo sistema, que produz um aumento de 3,5% no salário médio e aumenta a produtividade do trabalho em 9,4%.

Erradicação da miséria

Transcorridos os primeiros anos do processo, os esforços para conseguir uma redistribuição da renda nacional começam a frutificar. O aspecto mais significativo é a erradicação da miséria, com uma mudança substancial na vida de milhões de cubanos. Quando visitamos uma cooperativa de produção em Guines, província de Havana, Aurélio Anello López, um camponês calejado e que conta com orgulho que seus quatro avós eram espanhóis, dá um testemunho do que essa mudança significou para ele e sua família. De temperamento conservador, não quis se integrar a uma cooperativa até 1980. Vivia numa casa muito humilde, de chão de terra batida. Como costuma acontecer, foi seu filho quem mais o influenciou para deixar de lado seus preconceitos contra a socialização e integrar-se nessa nova forma de produção e propriedade. "Agora tenho essa linda casa (que visitamos) e a única coisa que lamento é estar velho demais".

O caso de Juan Manuel Pérez, atual vice-presidente da Cooperativa de Amizade Cubano-Búlgara, é diferente. Ele era proprietário de uma fazenda



Pino Martín, vice-presidente da Anap em Havana



Juan Manuel Pérez: apoio ao setor cooperativista

produtiva, estava em boa situação econômica e teria conseguido sobreviver por longo tempo sem se associar a uma cooperativa. Mas, por simpatizar com a revolução antes mesmo da vitória, logo que começou o processo de criação das cooperativas, ele se integrou a uma delas. Já está há cinco anos na cooperativa da qual é vice-presidente. "Quando resolvi vir para cá, estava em outra cooperativa, que funcionava em terras arrendadas. Elas foram afetadas pela reforma agrária e minha parte passou para o Estado. Aqui me garantiram uma área equivalente, que significou minha contribuição à propriedade social dessa cooperativa".

Juan Manuel Pérez explica que há operários que não podem contribuir com um pedaço de terra, mas se integram às cooperativas com os mesmos direitos, dando seu trabalho. "Só nos reservamos o direito de analisar se vamos incorporá-lo ou não, de acordo com a necessidade de mão-de-obra. Por sua vez, o Estado nos fornece os engenheiros e outros técnicos, que, depois de dois anos, passam a fazer parte da cooperativa e deixam de ser assalariados".

Eliezer Pino Martín é o vice-presidente da Associação Nacional de Pequenos Agricultores (Anap) da província de Havana. (A Anap reúne todos os camponeses, de todos os tipos de cooperativas, inclusive aqueles que continuam sendo proprietários individuais.) Apesar do anticomunismo de seus primeiros anos e da desconfiança com que via a revolução, Martín confessa que foi conquistado por ela através dos fatos que foi presenciando. Explica porque houve duas leis de reforma agrária: "A primeira permitiu possuir até 30 *caballerías* de terra. Pensava-se que esses fazendeiros poderiam manter suas terras como propriedade privada. Mas muitos abandonaram o país quando viram que seus filhos tinham que frequentar a mesma escola das crianças negras. Outros deixavam o gado morrer e, finalmente, ficou provado que eles estavam financiando a contra-revolução. A segunda lei estabeleceu o limite de cinco *caballerías*, que permitem até que se viva como rico". Eliezer Pino também conta que a organização de cooperativas começou antes de que se cogitasse elaborar uma lei que as regulamentasse. "No 6º Congresso dos camponeses, se pediu ao governo que elaborasse essa lei, pois muitas já estavam em funcionamento".

Racionamento e distribuição

A elevação da receita da população e a simultânea queda do custo de vida — calculada entre 15 e 20% — geraram, nos primeiros anos da década de 60, um aumento da demanda para o qual a econo-

mia não estava preparada. Isso, ao lado das consequências do bloqueio e do funcionamento precário do planejamento nos primeiros anos, provocou uma escassez de mercadorias e uma situação difícil, que levou o governo a impor o racionamento. Procurava-se, dessa forma, assegurar uma distribuição equitativa dos alimentos e demais bens essenciais.

"A alternativa teria sido o aumento exorbitante dos preços, que teria posto os artigos essenciais fora do alcance das famílias de baixa renda", aponta o relatório do 1º Congresso do Partido Comunista de Cuba.

Mas, na década de 70, quando o crescimento econômico contínuo muda a relação de oferta e procura, o racionamento começa a diminuir. Atualmente, coexistem vários sistemas de distribuição de bens de consumo pessoal: mantém-se a venda racionada de alguns produtos essenciais, como carne, leite, certos artigos de perfumaria, que correspondem a 25% do total dos artigos oferecidos. O restante é vendido no mercado livre.

Desde 1980 existem também os mercados livres rurais, nos quais os agricultores privados e cooperativistas, depois de cumprirem seus compromissos de venda ao Estado, comercializam os excedentes a preços livres, estipulados segundo as leis da oferta e da demanda.

Mas, além disso, a alimentação é conseguida de maneira indireta por todos os alunos das escolas (principalmente nas que funcionam em regime de internato e semi-internato, e nas creches), nos hospitais, restaurantes para operários, etc.

Isis Guillén: "Sinto-me orgulhosa de ser pioneira"

☐ "Nasci em Havana e agora estou cursando o 7º grau. Além de declamar, gosto muito de estudar matemática, que é uma matéria em que tiro sempre a melhor nota. Também gosto de física e estou aprendendo russo. Quando crescer gostaria de ser como o Che. Eu queria estudar medicina como ele.

"Desde pequena eu gostava de declamar e comecei recitando uma poesia dedicada a Camilo e ao Che. Depois fui decorando poemas por minha própria conta até que encontrei outros companheiros que sabiam recitar muito bem e me ensinaram.

"Sinto-me muito orgulhosa de ser pioneira, num país onde não existem explorados nem exploradores, onde não existe o analfabetismo,

onde todo mundo tem os mesmos direitos e deveres, onde não existe o racismo. Um país no qual todos os pioneiros são unidos e gostam uns dos outros. E se os ianques tentarem nos agredir, nosso povo estará unido e lutará para vencê-los".

Isis: "Em meu país todos têm os mesmos direitos"



De olhos postos no século XXI

Cuba, 1985, a de Isis e Sergei, tem ainda pela frente muitos desafios. Mas também acumulou experiências e colheu resultados.

"Há todo um país estudando durante muitos anos seguidos e isso se percebe", nos comenta Alfredo Jam Masó, chefe do Departamento de Balanço Global e Nível de Vida da Junta Nacional de Planejamento. Com 40 anos, nascido em Camaguey, numa família pobre de imigrantes chineses, Jam Masó se diz orgulhoso de ser um "filho da revolução".

"Antes de 1959, até para projetar uma rua tínhamos que chamar um norte-americano. Hoje, temos uma indústria complexa, como, por exemplo, a que produz as *combinadas* de cana (máquinas para a colheita da safra), onde se emprega tecnologia cubana e soviética, com projetos cubanos. Nossa política é orientar a industrialização segundo nossas próprias necessidades", comenta o economista. "Antes, o cortador de cana era um escravo. Agora, trabalha com uma *combinada*, que tem até ar condicionado."

Suas avaliações coincidem com as afirmações do comandante Fidel Castro em sua visita às comissões de trabalho do Encontro da Mulher (ver *cadernos* nº 80). Debatendo com as delegadas sobre as condições de vida dos trabalhadores em seus países de origem, Castro afirmava: "Reduzimos os cortadores de cana a quase 300 mil. Agora, eles têm uma renda maior e trabalham com a ajuda de máquinas que fazem a parte mais pesada do trabalho. O trabalhador cubano recebe com satisfação a máquina, as novas tecnologias, porque não lhe tiram o emprego. O que fazemos aqui é ir reestruturando a produção e racionalizando o uso da força de trabalho".

Cinquenta por cento do corte de cana é feito atualmente com máquinas. "Mas a solução — diz Jam Masó — não é comprar um lote de *combinadas* da Austrália, porque, de repente, no ano que vem já não podemos comprar as peças de reposição. Há 25 anos, não teríamos podido propor-nos a montar uma fábrica de *combinadas*, mas agora sim". Alfredo Jam Masó assinala que o mesmo acontece em outras áreas da produção, como, por exemplo, com os ônibus. "A importação de ônibus é inviável. Foram comprados alguns da Inglaterra. Naquela época, uma caixa de marcha custava 1.500 dólares. Três anos depois, estava a três mil dólares. Tivemos que montar uma fábrica de ônibus no âmbito do Came (Conselho Econômico de Assistência Mútua), com a colaboração da Hungria".

Trata-se dos ônibus *Girón/13* e *Girón/14*, fabricados em Cuba com uma alta proporção de peças nacionais.

Prensa Latina



B. Bissio



Jam Masó (foto à esquerda):
"Orientamos a industrialização segundo nossas próprias necessidades"

Cuba e o Came

Nas suas intervenções mais recentes, Fidel Castro insistiu na necessidade da implantação da Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) para superar a atual crise mundial. E explicou o crescimento registrado na economia de Cuba nos últimos anos como uma consequência das novas relações econômicas estabelecidas entre o Estado cubano e seus sócios comerciais.

"Uma revolução pode fazer muitas coisas — afirmou Fidel — mas não teríamos podido fazer tudo o que fizemos sem estabelecer uma Nova Ordem com os países com os quais temos relações. Não teríamos podido fazer o que fizemos se não nos tivessem pago preços justos por nossas matérias-primas, se não tivéssemos refinanciado com esses países nossa dívida de uma forma digna e justa, se tivéssemos tido que vender todo o açúcar ao preço do mercado internacional.

"Sabem quanto valem os onze milhões de toneladas de petróleo que consumimos por ano? Cin-

co vezes o valor do açúcar que exportamos: 2,2 bilhões de dólares. Isso significa que se vendêssemos o açúcar ao preço do mercado, teríamos que usar lâmpadas na iluminação.”

Essa Nova Ordem que Fidel afirma ter estabelecido com seus sócios comerciais é consequência da integração de Cuba ao Came. (Ver *guia do terceiro mundo*: Came — Países Socialistas). “Entre os membros do Came existem relações econômicas que superam o problema do desenvolvimento desigual: Cuba, Vietnã e Mongólia são três países que, dentro do Came, têm um tratamento preferencial por serem os menos desenvolvidos”, explicam membros da Junta Central de Planejamento.

Como se dá na prática esse tipo de tratamento? “Se os preços das mercadorias que importamos no âmbito do Came aumentam 10%, o preço das mercadorias que vendemos tem que sofrer, automaticamente, um aumento de 10%.” Ou seja, eles pagam mais pela mesma quantidade de açúcar, que é o produto básico que Cuba exporta ao Came. O limite do processo é o equilíbrio das relações de intercâmbio. Isso se discute em diferentes níveis e a coordenação do processo corresponde aos organismos que decidem o quê e quanto se vai vender e comprar.

Cuba já definiu com os países do Came o programa para o quinquênio 86-90. Para que o planejamento não seja “um mero exercício intelectual”, é necessário partir de alguns elementos básicos. “O mais importante de todos, explica Jam Masó, é o conhecimento mútuo das economias de cada um dos países, de sua infra-estrutura industrial e de suas metas de desenvolvimento.”

Não se aspira a uma mera coordenação de planos. Não se parte de algo assim como “vejamos o que você tem para vender e o que eu tenho para oferecer”. Trata-se de um processo de cooperação mútua, no qual o importante é “o que eu e você devemos ter para trocar”.

Essa filosofia de cooperação obrigou Cuba a conhecer a fundo as economias dos países socialistas e o que eles se propõem. A partir daí, começou-se a discutir a transferência de tecnologia. Desde seu ingresso no Came, em 1972, Cuba já desenvolveu dois planos quinquenais. O correspondente ao quinquênio 76-80 esteve marcado pelas limitações derivadas da falta de experiência: “Não estava claro para nós que tipo de tecnificação fazer”, explica Jam Masó.

Mas esses anos serviram para amadurecer o plano 81-85. “Só então pudemos exercer nossos direitos no seio do Came em toda a sua dimensão e com pleno conhecimento.” Era por falta de conhecimento de sua própria economia e, sobretudo, da economia dos demais integrantes do Came, que se dificultava a elaboração de planos e a coordenação deles com países de vasta experiência em

planejamento.

“Na Universidade procurávamos definir o que é subdesenvolvimento. Um professor sempre nos dizia que não é a falta de desenvolvimento, mas a falta de capacidade para enfrentar o desenvolvimento”, lembra um jovem dirigente. Com a experiência em planejamento de todos esses anos, muitos economistas cubanos hoje se perguntam: até que ponto os países subdesenvolvidos têm liberdade para escolher os caminhos do desenvolvimento?

Um processo difícil

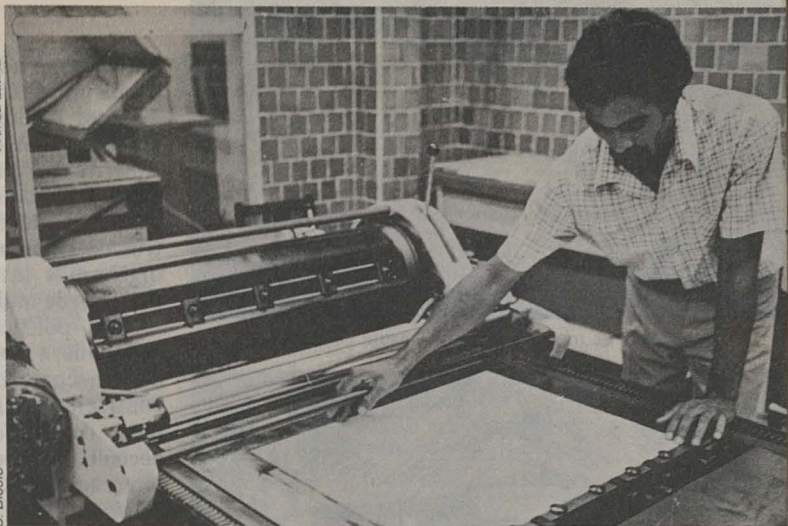
Em Cuba, esse processo foi complexo e difícil. Um dos problemas enfrentados é o das fontes de energia. A ilha não tem recursos energéticos, nem rios que permitam criar grandes hidrelétricas. E, por causa do bloqueio imposto pelos Estados Unidos, as fontes de abastecimento energético estão a 11 mil quilômetros de distância, na União Soviética. “Qualquer falha no abastecimento nos cria problemas tremendos e afeta a economia”, explica um engenheiro industrial.

Por isso, o comandante Fidel Castro mencionou com frequência a aspiração de Cuba a uma maior integração com a América Latina, seu âmbito natural de complementação econômica. Mas, como essa decisão não depende do governo cubano e sim da correlação de forças e da conjuntura política no resto da América Latina, Cuba vai empreendendo, no Came, um processo de aprendizagem e de absorção de tecnologia, que lhe permite propor-se metas ambiciosas para o ano 2000: um permanente e prioritário processo de industrialização.

No campo energético, os cubanos estão desenvolvendo projetos de alta complexidade com os soviéticos, que incluem a implantação da energia nuclear na ilha. Em um país como Cuba, a energia nuclear é uma das alternativas energéticas mais atraentes. Para o ano 2000, também está previsto o desenvolvimento mineiro-metalúrgico e é provável que até lá projetos de prospecção geológica em curso tenham dado seus frutos.

“Isso nos proporcionará um potencial econômico forte, com um intercâmbio estável. No início do próximo século, nossa economia talvez se tenha duplicado. Mas ainda enfrentaremos sequelas importantes do subdesenvolvimento, particularmente em questões de eficiência econômica”, explica um dos responsáveis pelo esboço dos planos para o ano 2000.

O intercâmbio comercial estável é assegurado no quadro do desenvolvimento estipulado com o Came. Antes de instalar uma fábrica, Cuba coordena que países vão comprar essa produção, através de um estudo minucioso que se faz a cada ano. Ne-



Ernesto Vera (foto à esquerda): "Estamos em uma nova etapa da revolução: o prioritário é a qualidade"

nhum país socialista produzia maquinaria para a cana, que eles não cultivam. Mas tiveram que ajudar Cuba a desenvolver modelos de máquinas como as *combinadas*, que já estão sendo fabricadas na ilha. "Discutimos se o motor da *combinada* de cana será produzido por nós ou não. Se insistirmos em fazê-lo aqui, eles aceitam, embora talvez nos digam que, em sua opinião, não deveria ser assim", comenta um dirigente da Junta de Planejamento. Segundo ele, muitas vezes foram cometidos erros. "Cometemos alguns disparates, mas podemos dizer com orgulho que nunca alguém nos forçou a seguir caminhos que nós mesmos não tivéssemos traçado".

Protocolos de desenvolvimento econômico até o ano 2000 já foram firmados com a União Soviética e com a Alemanha Democrática.

A nova etapa

Com a economia equacionada até o ano 2000, com a vida política do país institucionalizada através do Poder Popular desde a década de 70, Cuba se lança, nesta segunda metade do decênio de 80, ao desafio de aperfeiçoar seu modelo socialista.

Ernesto Vera, presidente da União de Jornalistas de Cuba, definia assim a situação atual: "Estamos entrando numa nova fase da revolução. A primeira foi quantitativa. Era necessário que todos tivessem condições de comer e de se vestir, uma casa para morar, assistência médica, educação. Agora, estamos dando um salto, onde o prioritário é a qualidade, a profissionalização de todos os serviços".

Aplicada a seu campo, o jornalismo, Vera nos falava dessa nova fase como aquela em que "já não é suficiente compartilhar dos ideais da revolu-

ção para ser um bom jornalista. Agora, é preciso ser um bom profissional, e isso, entre outras coisas, significa que vamos exigir nível universitário ou, no caso dos antigos jornalistas autodidatas da época em que não havia cursos universitários, uma comprovada competência profissional".

Dar este salto qualitativo não é fácil, mas o fato de se propor essa meta já demonstra a consolidação do processo revolucionário, a confiança dos dirigentes em sua irreversibilidade e um bom grau de autocrítica. A construção do socialismo já permitiu dar respostas aos problemas mais urgentes e erradicar as aberrações mais gritantes do subdesenvolvimento. É necessário, de agora em diante, aperfeiçoar os serviços oferecidos, continuar melhorando a qualidade da vida, remover os obstáculos que ainda existem, para o aprofundamento do modelo socialista.

"Com nosso trabalho jornalístico, fizemos com que um dirigente do governo fosse destituído e, por isso, falamos em Cuba de uma imprensa crítica, mas não de uma imprensa opositora, que não existe", explicava uma jovem jornalista do diário *Granma*. "Tudo o que freia a construção do socialismo é criticado", acrescentou.

Nesta nova fase, vários elementos indicam que os meios de comunicação terão um papel destacado. Até agora, a prioridade tinha sido dada à literatura, com tiragens altíssimas dos clássicos e de escritores cubanos⁵, aos livros escolares e, entre os meios de comunicação, ao rádio e à televisão.

⁵ Dados de 1981 indicam que, nesse ano, Cuba publicou 23 milhões e 80 mil exemplares de livros, dos quais 663 mil exemplares foram de textos educacionais. Isso significa um crescimento de 23 vezes com relação ao período pré-revolucionário.



Um desfile de modas em Havana: estilo cubano



Mais de 200 mil turistas visitaram Cuba em 1984

Mas chamava a atenção dos estrangeiros que o jornal *Granma* e o vespertino *Juventud Rebelde*, que superam um milhão de exemplares de tiragem, assim como a revista *Bohemia*, continuassem com a mesma cara dos anos 60 e com um estilo jornalístico mais de acordo com a primeira etapa da revolução do que com os dias atuais.

Vera explica que, antes do próximo ano, todo o parque gráfico do país estará renovado com modernas *off set*, encadernadoras, cortadoras e inclusive com sistemas sofisticados de impressão simultânea em várias províncias do país. O processo já está iniciado, e, curiosamente, se optou por fazer as experiências primeiro no interior, deixando para o final as mudanças nos jornais de Havana.

As inovações gráficas irão acompanhadas de novos conteúdos e um estilo de jornalismo mais moderno. A agência *Prensa Latina* também está sendo reequipada. Enrique García, que foi representante de *Prensa Latina* no Peru e é atualmente o diretor da Redação Central de *Prela*, comentou que já estão sendo destinados importantes recursos à ampliação da cobertura jornalística da agência em novas áreas e da rede de colaboradores, mediante convites a eminentes jornalistas do Terceiro Mundo para que escrevam crônicas, análises e re-

portagens, e à introdução das inovações tecnológicas da informática.

Esses esforços também visam a aumentar os vínculos com o exterior e, em particular, com a América Latina. Nos últimos dois ou três anos, Cuba foi sede de importantes eventos internacionais, que vão desde congressos médicos a encontros de economistas e intelectuais, de reuniões de organismos internacionais e agências da ONU a reuniões de mulheres, sindicalistas e juristas.

Essa política coincide com uma abertura da economia a novos setores que trazem divisas para o país, como o turismo, que teve um incremento considerável. Ele contribuiu com cerca de 100 milhões de dólares em 1984, o melhor do último decênio, desde que Cuba abriu as portas ao turismo internacional. Grandes hotéis de Havana, como o *Nacional*, *Habana Libre*, *Capri* e *Riviera*, serão reformados brevemente, já que o investimento na indústria hoteleira nos últimos anos havia sido nulo ou muito reduzido.

Dos 206 mil turistas que visitaram Cuba o ano passado, 168 mil eram de países ocidentais. Acompanhando esse processo, foi criado em Havana um eficiente serviço de táxis, que atende exclusivamente aos hotéis e centros de convenções, e é pago em dólares. Abriu-se uma loja de artigos importados — desde eletrodomésticos e computadores a perfumaria, jóias e roupas — para estrangeiros, onde a moeda circulante é também o dólar. Foram criadas agências de turismo que oferecem excursões a diferentes pontos do país e também dentro de Havana, além de outros serviços, como, por exemplo, o aluguel de iates.

Nos dias em que estivemos na capital cubana, pudemos também apreciar uma linha nova de produção artesanal que nos pareceu igualmente indicativa da nova etapa: a moda. Os estilistas cubanos, que em seus desenhos resgatam e usam de forma audaz e criativa os elementos tradicionais da indumentária da ilha, como os bordados e as *guayaberas* (blusões de tecido leve), organizaram para as delegadas do encontro de mulheres um interessante desfile de modas. Dezenas de modelos para as diferentes ocasiões do dia e para as sofisticadas da noite nos foram mostrados por bonitas manequins, que não ficam a dever às divas das passarelas parisienses ou novaiorquinas.

Mas as opções do turismo e os caprichos da moda não são projetados em Cuba exclusivamente para que os visitantes estrangeiros deixem os seus dólares. Todas as vitrinas de Havana — que em nossas visitas anteriores havíamos encontrado vazias ou com algum adorno, como flores de plástico, para dissimular a falta do que expor — agora estão cheias de produtos nacionais e importados que são vendidos ao comprador cubano por "*la libre*", para evitar o fenômeno do desequilíbrio financeiro

interno ocorrido no final da década de 60. "Nesses anos, o povo tinha grandes quantias em dinheiro e não encontrava a contrapartida em bens e serviços. Isso influiu negativamente na vontade de trabalhar e na produtividade do trabalho", explicava-nos um dirigente da área econômica. O problema foi resolvido com um planejamento mais rigoroso. Como a economia da ilha é cíclica (pois o açúcar tem um peso determinante), durante os últimos meses do ano — meses de safra —, muito dinheiro se acumula nas mãos dos trabalhadores, agora muito bem remunerados. Esses meses, além disso, são a época das férias e das festas. "Isso exige que planejem até a quantidade de cerveja que se vai consumir", explica o dirigente.

Depois de satisfazer as necessidades básicas da população, assegura-se também que o mercado tenha artigos supérfluos. Os trabalhadores podem comprá-los, mesmo que precisem pagar preços elevados. Também é necessário fornecer-lhes serviços, como viagens, tanto dentro de Cuba como para o exterior, e possibilitar-lhes a compra de automóveis.

"Em Cuba, são distribuídos, anualmente, oito mil carros", explica o comandante Fidel Castro. "E, de cada três que entram no país, dois são para os trabalhadores das fábricas. São vendidos a preço de custo, com um prazo de sete anos para o pagamento."

Mas essa oferta de artigos supérfluos é limitada. "Há coisas que ainda não estão a nosso alcance", explica-nos Jam Masó. "Por exemplo, ainda não temos televisores a cores para distribuição comercial".

Para satisfazer a demanda crescente de turismo interno, uma das soluções mais democráticas encontradas foi criar centros de *camping*. "A idéia foi do comandante-em-chefe", explica-nos Raúl Durán, um jovem que dirige o complexo turístico construído ao longo de 23 quilômetros da costa, na província de Havana. "Trata-se de oferecer à população um plano de turismo em quatro zonas, com nove bases de *camping*. Até o ano 2000, teremos 37 bases. Cada uma tem capacidade para mil pessoas e soluciona o problema do lazer. Um fim de semana, incluídos o transporte e o alojamento, custa 6,50 dólares. São oferecidos os serviços mínimos indispensáveis. Algumas bases têm cabanas de madeira, equipadas com banheiro, colchões, fogões, geladeiras. Em outras bases, há barracas de acampamento. Há restaurantes típicos, cavalos, barcos, cursos de natação e de pesca submarina para iniciantes, bicicletas, motocicletas, piscinas. A geografia nos favorece, pois há montanha e praia com recifes de coral. No ano passado — que foi o primeiro —, recebemos 55 mil pessoas. Mas esperamos atender quase dez vezes mais, quando o sistema estiver bem implantado.

Cada família pode permanecer nas bases o tempo que quiser".

A nova fachada da velha Havana

Uma das coisas que se estranha ao chegar em Havana é a ausência de letreiros luminosos e publicidade. Não há cartazes, *out-doors*, nem qualquer outra excentricidade usada pelas modernas agências de *marketing*. O trânsito é ordenado e a cidade, que é muito bonita e tem um litoral privilegiado, parece ter parado no tempo na década de 50, cujas linhas arquitetônicas dominam a paisagem.

A opção da revolução de investir os recursos disponíveis no desenvolvimento das zonas do interior do país deixou Havana, a antiga privilegiada, relegada a um segundo plano. Nas visitas anteriores, percebia-se a falta de pintura nas paredes e edifícios, que, apesar de todos os cuidados, o tempo ia deteriorando. Desta vez, fomos surpreendidos por fachadas cheias de andaimes que indicavam restaurações, paredes pintadas, quarteirões embelezados, jardins cuidados. O ritmo dos trabalhos de restauração é mais intenso na zona da "Havana Velha", declarada em 1982, pela Unesco, patrimônio da Humanidade.



Havana: 25 anos sem investimentos

A "Havana Velha" — um conjunto arquitetônico que tem construções dos séculos XVI ao XX — "constitui um dos mais importantes do continente americano", conforme assinala a própria Unesco. Os arcos e colunas que inspiraram Alejo Carpentier estão passando agora pelas mãos de peritos restauradores, que lhes devolvem a sua plena beleza.

Essa atenção ao patrimônio arquitetônico e cultural também é um sintoma da nova fase, pois, embora tenha contado com o apoio da Unesco, o esforço mais significativo pela sua preservação partiu do próprio governo cubano. Da mesma forma, se retomou a tarefa de organizar novos museus — históricos e de arte —, de renovar e restaurar os

já existentes, e de valorizá-los perante o público.

"A Havana Velha pôde ser preservada por dois motivos: por um lado, porque, com a vitória da revolução, colocou-se um freio à especulação imobiliária. Onde está hoje o Ministério da Educação, por exemplo, já haviam construído um terminal de helicópteros e, na zona mais antiga, vários edifícios iam ser demolidos para a construção de grandes torres. Por outro lado, a revolução não teve recursos para investir na construção de novos edifícios em Havana, que assim ficou intocada por mais de 25 anos".

Lupe Velis, que nos dava essa explicação, dirige um dos departamentos do Ministério de Cultura, cujo titular é Armando Hart, uma das grandes figuras da revolução cubana.

Outra novidade de Havana é a preocupação ecológica: atualmente, está sendo feita uma campanha para arborizar toda a cidade e as árvores já estão sendo plantadas em todos os quarteirões.

"Uma Revolução pode ser avaliada por aquilo que o homem tem dentro de si", disse Fidel numa das intervenções que ouvimos. E, acrescentaríamos, isso se reflete nas coisas a que o homem dá valor. O resgate das raízes culturais, o respeito pelo ser humano, o empenho em não cometer injustiças, o esforço para melhorar a qualidade de vida, inclusive por meio da preservação da cidade e da arborização, mostram um novo perfil do processo cubano, que vai se tornando cada vez mais nítido.

A perspectiva da História

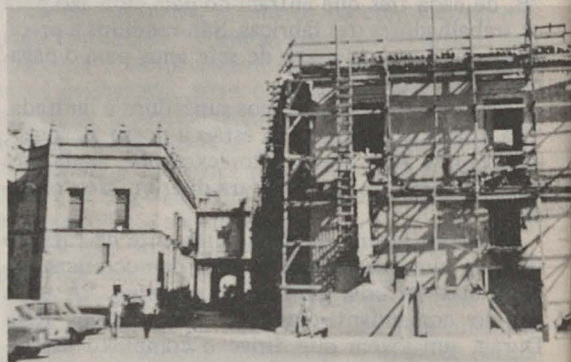
Um passo significativo no caminho para o equilíbrio entre o planejamento e a gestão estatal na ma-

A Havana Velha foi proclamada patrimônio da Humanidade pela Unesco. Agora está sendo restaurada

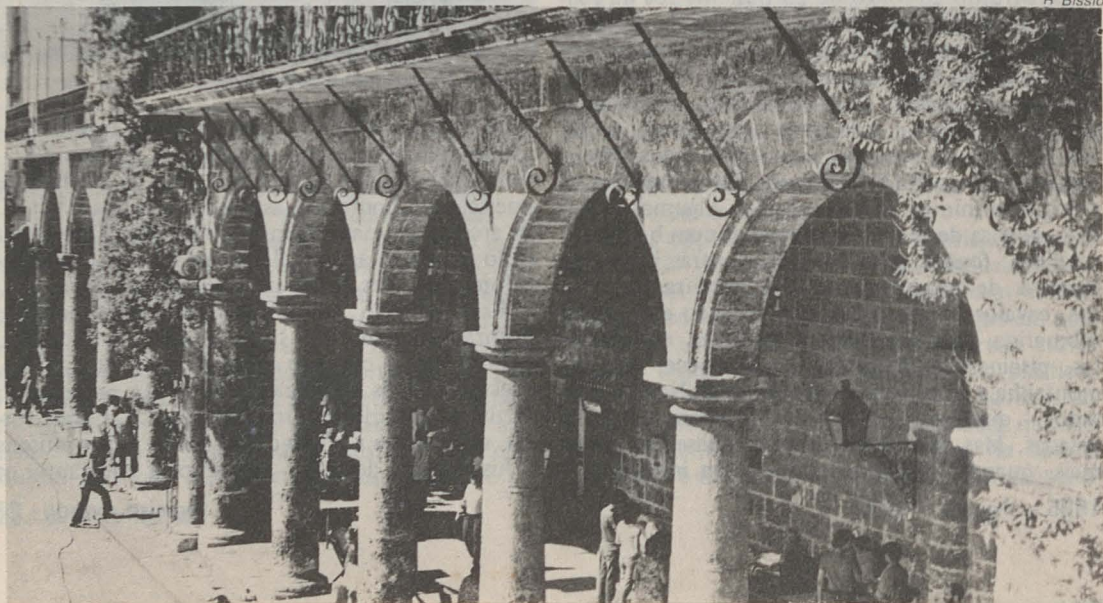
croeconomia e os espaços que se vão abrindo para uma participação individual mais ampla foi a decisão recente do Poder Popular de possibilitar a compra da moradia por parte de quem a habita. Em Cuba, o aluguel está fixado, há muitos anos, em 10% do salário mais alto da família, independente do número de pessoas que trabalhem em cada caso. Como os salários mínimos estão em torno de 100 pesos (cem dólares), o aluguel é equivalente, em média, a cerca de dez dólares. Essa mesma quantia será destinada, a partir de agora, segundo a legislação que entra em vigor, para adquirir a casa que se habita, com prazos de pagamento muito longos.

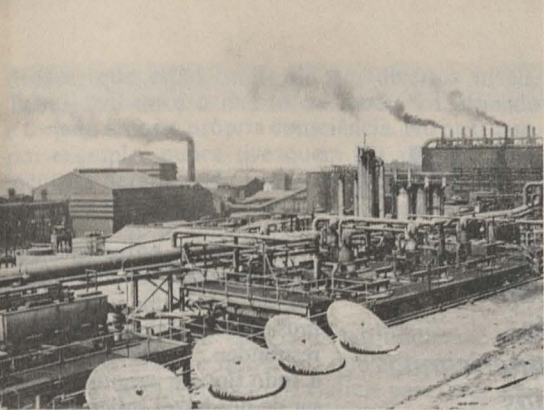
Se se vai pagar o mesmo que antes, se a pessoa que morava na casa nunca iria ser desalojada, o que muda agora? Algo subjetivo, o sentido de posse. Acreditamos que esta iniciativa também se relaciona com o início da etapa qualitativa. Resolvidos os problemas mais prementes, é possível agora dar-se ao luxo de aperfeiçoar os caminhos empreendidos, adaptar o modelo, atender também as necessidades individuais e não só as do conjunto.

"No último congresso da Federação de Mulhe-



H. Bissio





A industrialização acelerada, uma meta ambiciosa



Construção de moradias, uma prioridade dos anos 60

Prensa Latina



A eleição dos delegados para o Poder Popular

res, pudemos dedicar quatro horas para analisar com Fidel o problema da figura do pai, a necessidade de que os homens assumam maiores responsabilidades com seus filhos na vida diária. Que os levem às creches, que possam ficar com eles, quando estão internados num hospital. Analisar esse tipo de tema implica ter dado um salto significativo. Nos primeiros congressos, tínhamos que passar quatro horas discutindo com Fidel sobre de onde iríamos tirar os fundos para atender à demanda de alimentos e de cuidados médicos das crianças e mães, para a construção de escolas e de creches". Com isso, Dora Calcagno, secretária geral da FMC (ver nota nesta edição), também nos alertava para esse salto que está dando o processo revolucionário.

"Pudemos doar um engenho de açúcar de design cubano para a Nicarágua e estamos cooperando com dezenas de países do Terceiro Mundo, aos quais enviamos técnicos, doamos recursos e cedemos tecnologia. Imagine o que poderemos oferecer no ano 2000!", foi a reflexão de um jovem que acabava de voltar de uma missão internacionalista, como chamam os cubanos o apoio oferecido aos países em desenvolvimento por voluntários que vão cumprir determinado período de trabalho a serviço da cooperação no exterior.

Durante a entrevista coletiva dada às jornalistas estrangeiras, perguntei a Fidel Castro se, com a experiência que tem atualmente, trilharia o mesmo caminho que empreendeu em 1959.

"Sim", respondeu sem hesitar. "Quanto mais radicais as revoluções, melhor. Eu faria tudo de novo. Mas não confundamos, isso não significa que possamos impor modelos. Não há nunca dois processos iguais".

Cuba está em sua terceira década de revolução. Passou pela década do fogo, nos anos 60, quando definiu o seu caráter socialista e proclamou o marxismo-leninismo como opção ideológica. Passou pela década de 70, quando institucionalizou o processo revolucionário através de uma fórmula participativa, com representação ascendente que

culmina no órgão máximo do governo, a Assembleia do Poder Popular. Agora, nos anos 80, se prepara para o salto qualitativo, através do qual se pretendem lançar as bases da Cuba do ano 2000.

É a década em que a revolução propõe para si o problema da qualidade, do profissionalismo e da eficiência e está definindo as características que terá o país ao qual Sergei e Isis servirão como médicos.

Fidel disse que não são as idéias que geram as crises, mas as crises que geram as idéias. Certamente fala por experiência, porque as crises permanentes que o processo cubano atravessou, impostas de fora para fazê-lo fracassar, foram fazendo com que retificasse rumos e concebesse novas idéias sobre si próprio, sua inserção no Terceiro Mundo e sua projeção futura. Antes de tomar o poder, em pequenos pedaços de papel que ia fazendo sair clandestinamente da prisão da ilha de Pinos, Fidel escreveu "A História me absolverá". Chegou ao poder, implantou o programa esboçado nessas páginas e lançou as sementes do processo que hoje germina. Talvez seja realmente necessário aguardar a perspectiva que só a História dá, para avaliar em toda a sua dimensão, com seus acertos e erros, o processo que implantou, pela primeira vez, o socialismo na América Latina. ●

Cuba

O pensamento de Fidel



A dívida externa, o papel do homem na história, a conjuntura latino-americana. Na análise destes temas o presidente cubano se revela o dirigente carismático que polariza as opiniões de amigos e inimigos

Durante a entrevista que nos concedeu (às duas dezenas de jornalistas que estávamos em Havana), Fidel Castro respondeu, minuciosamente, a todo tipo de perguntas, apesar de nos haver solicitado, no início, que fôssemos breves, pois já estava sem dormir há quarenta horas.

Nas páginas seguintes, as opiniões do presidente cubano.

Ao contrário do que se possa imaginar, Fidel Castro é um dirigente acessível, que procura o contato com o seu povo e com os visitantes estrangeiros. Parece que ele gosta de ouvir, pessoalmente, as opiniões e críticas, e de confrontar com outros pontos de vista as suas próprias interpretações.

Durante o "Encontro sobre a Situação da Mulher na América Latina e no Caribe de hoje", realizado em Havana no início de junho passado, ele conversou com as delegadas nas comissões e nos corredores, em reuniões formais e informais. Emitiu as suas opiniões, mas, sobretudo, ouviu e perguntou. E cada dado que colhia sobre a situação econômica do continente parecia ir direto para um minicomputador interno, que lhe permitia usá-lo, posteriormente, para exemplificar alguma idéia ou rebater argumentos que considerava equivocados.

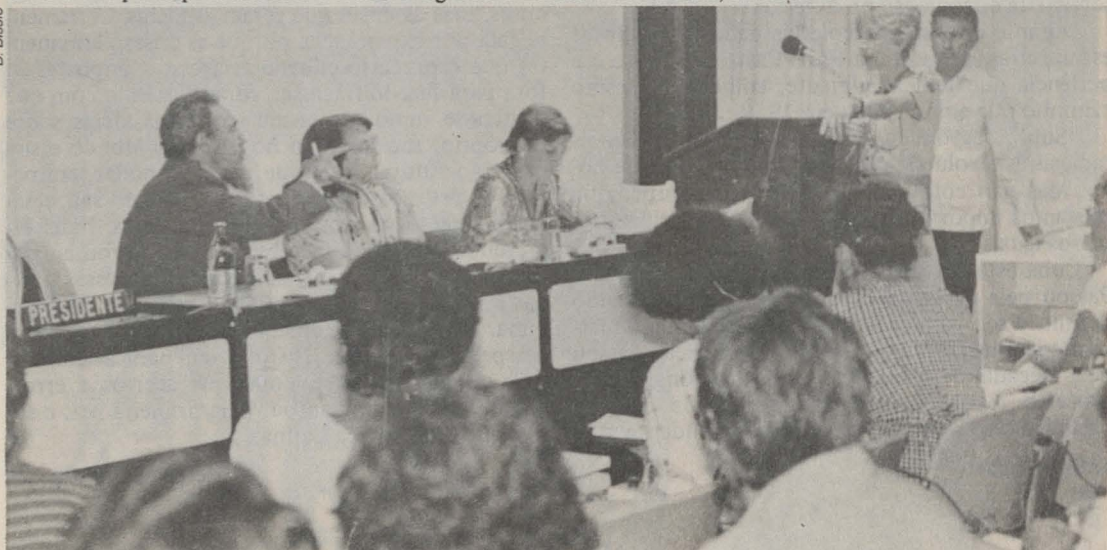
Sua vida e o processo revolucionário

"Muitas vezes, os fatores que determinam que um indivíduo se destaque nada têm a ver com a sua capacidade ou seus méritos pessoais. Em nosso caso, há um mérito histórico. Nós, os que conduzimos hoje a revolução cubana, temos o mérito de haver sido, entre milhões de pessoas, o pequeno grupo que organizou um movimento, elaborou umas idéias e as levou adiante. Quando surge uma revolução, os seus fundadores costumam ter muito prestígio e autoridade. As pessoas os respeitam e reconhecem, porque foram os primeiros.

"Mas esse mérito histórico não significa que os primeiros sejam os mais capazes. Não creiam que nós somos os mais capazes do nosso país. A revolução formou e capacitou gerações inteiras de ci-

Fidel Castro participa de um debate com as delegadas do Encontro de Mulheres, durante o trabalho de uma comissão

B. Bissio



dadãos, que estão brilhando em diversos níveis. Talvez tenhamos o mérito de haver nos formado e forjado a nossa própria consciência. No meu caso, por exemplo, nunca tive quem me ajudasse e me incutisse determinada forma de pensar. Eu mesmo incuti as idéias que tenho e talvez seja esse o motivo pelo qual as aprecie tanto e lhes seja tão leal. Essas idéias foram produto de conclusões a que cheguei com muito esforço e em condições muito difíceis.

“Venho de uma família de latifundiários. Meu pai era um novo latifundiário que apenas sabia ler e escrever. Foi recrutado na Galícia para lutar aqui com o exército espanhol. E já se vê que gostou desta terrinha, uma vez que, logo depois da independência, decidiu instalar-se e trabalhar em Cuba, onde conseguiu juntar dinheiro e comprar terras. Por sorte, ele não era filho de latifundiários e eu não sou, portanto, neto de latifundiários, porque, nesse caso, teriam me inculcado a cultura de classe e eu teria sido contaminado pelo vírus do aristocratismo. Meus amigos eram os meninos pobres, trabalhadores ou filhos de trabalhadores da região. Pude estudar num dos colégios mais caros... Lembro-me que, à época, fazia muito esporte, gostava de escalar e percorrer os montes. Agradavam-me as atividades em que se tem que enfrentar novos desafios.

“Fui dando forma a uma ideologia e adquirindo uma cultura política. Mas, isso não quer dizer que eu tenha sido o melhor. Dos milhares de jovens da região, eu fui o único que pôde chegar à universidade. Será que eu teria desempenhado algum papel na história do meu país se não tivesse podido estudar? Quantos analfabetos mais capazes do que eu havia na região? Muitíssimos. Devem ter nascido muitas crianças mais capazes do que eu e que não tiveram oportunidades, não foram à escola nem aprenderam a ler e escrever.

“É verdade que eu tive a vontade de estudar, mas houve muitos fatores que me favoreceram. Em dado momento, não queriam que eu prosseguisse os estudos porque era um pouco rebelde e tinha conflitos na escola, por causa de abusos de autoridade e algumas tentativas de castigo por parte dos professores. Essas coisas também ajudam a desenvolver o caráter e um determinado espírito.

“Acredito que a sorte também tem um papel importante em tudo isso. Minha mãe fazia muitas promessas para que nada me acontecesse. Sabe lá quantas promessas fez à Virgem e aos santos! E quando se somam todas essas coisas, no final sobra muito pouco para o mérito pessoal.

“Por isso, creio que em Cuba há muita gente que tem mais conhecimento, melhor formação e mais teoria do que nós. O que não nos pode ser negado é que temos experiência para cumprir as funções que desempenhamos na revolução. A história e a própria atividade nos deram autoridade.

B. Bissio



Fidel: “Meus amigos eram os rapazes pobres”

Mas em Cuba já há dezenas de milhares de pessoas preparadas e bem capazes, e com suficiente experiência para nos suceder no governo. Penso, aliás, que não são necessárias qualidades excepcionais para governar um país. Nem sequer para ocupar os postos mais altos. O que é preciso é saber ouvir e aceitar a opinião dos demais (uma pessoa auto-suficiente não serve, por mais inteligente que seja), ser honesto e coerente com as suas idéias. É preciso ter uma série de princípios dos quais a gente não se pode afastar. É o que temos feito em nossa revolução: fomos coerentes e consequentes com nossos princípios, que já não são mais os princípios de um grupinho, mas que fazem parte dos ideais de todo um povo. E dá gosto ver o que vale um princípio quando as massas dele se apoderam!

“Posso afirmar que jamais violamos esses princípios. Muitas vezes, fomos caluniados e acusados de violação dos direitos humanos. Há pouco, veio uma delegação dos Estados Unidos que, entre outras coisas, nos perguntou sobre esse tema e a possibilidade de uma inspeção. Eu lhes disse que nunca permitimos que nos inspecionassem, que ninguém inspecionará Cuba e menos ainda a Anistia Internacional, uma organização que, apesar de haver feito um trabalho importante em outros países,

nunca foi objetiva com Cuba. Ela se deixou manipular e desinformar pelos inimigos de nossa revolução. Como naquela grande mentira, que propagandeavam, do poeta que andava de cadeira de rodas porque não podia caminhar e que, na realidade, fazia ginástica todos os dias¹. Pouco antes de libertá-lo, mostramos a ele uma filmagem que havíamos feito dos seus exercícios, e o homem saltou da cadeira e se pôs a andar. Como na história de Lázaro, na Bíblia. Era tudo calúnia.

"As páginas da revolução estão limpas: nenhum homem assassinado, nenhum desaparecido, nenhum torturado. E nem um único funcionário do governo ou dirigente político que tenha agido por oportunismo ou malversado fundos. Por isso, sustento que fomos consequentes com nossos princípios.

"Eu sempre cito o exemplo de Playa Girón. Quando houve a invasão de mercenários pagos pelos Estados Unidos, morreram muitos companheiros nossos. Mas, entre os 1.200 prisioneiros que fizemos, não houve um só que tivesse recebido uma coronhada ou um pontapé. Nem mesmo um insulto. O orgulho dos nossos combatentes foi tê-los derrotado. E essa não era a idéia de um ou dois indivíduos, era a idéia e eram os princípios de todo um povo. Isso não quer dizer que nós, dirigentes, sejamos santos, e sim que o nosso povo não permitiria que seus dirigentes assassinem ou torturem.



"Relações de confiança entre os líderes e o povo"

"A consciência disso não traz somente benefícios morais. Por que a nossa polícia e os nossos serviços de segurança são tão eficazes? Por que triunfamos tantas vezes sobre a CIA? Em primeiro lugar, porque não somos mercenários nem torturamos para obter informação. Agimos com a cabeça e movidos por uma elevada moral revolucionária, que não precisa utilizar esses métodos. Foi assim que desarmamos e desmoralizamos as organizações contra-revolucionárias criadas pelos Estados Uni-

dos nos primeiros anos da revolução. Porque nunca agimos como eles. Daí a raiva que demonstram em suas campanhas contra nós.

"E falam do 'castrismo' e acusam Castro de ser o culpado por tudo que se passa em Cuba, onde, curiosamente, nada encontram de positivo. Eu já lhes disse que esse castrismo de que falam vai acabar no dia em que eu minta ao meu povo. Porque nós, dirigentes cubanos, não temos uma relação de caudilhismo nem de veneração nem de misticismo com o nosso povo. Há relações de confiança e de respeito mútuo entre os líderes da revolução e cada cidadão cubano. E jamais mentimos ao nosso povo."

Cuba e Nicarágua

"As nossas relações com a Nicarágua são muito boas. Conhecemos os sandinistas há vinte anos e desde então mantemos com eles uma estreita vinculação. Recebemos com grande alegria o triunfo da revolução deles, já que significou a derrota de uma dinastia que passou quase 50 anos no poder e que se iniciou com o assassino de Sandino, Somoza García, um produto da invasão e ocupação dos Estados Unidos. Uma dinastia que continuou de pai para filho e de filho para irmão, corrompida, proprietária da metade do país e sempre aliada ao imperialismo. Não se deve esquecer que foi da Nicarágua de Somoza que partiram as tropas mercenárias que invadiram Cuba, em Playa Girón, em 17 de abril de 1961. Esta data é motivo de orgulho para a América Latina e, especialmente, para nós, porque significou um castigo da história aos invasores.

"A luta do povo nicaraguense foi heróica e culminou num acontecimento histórico. Por isso, somos solidários e apoiamos a revolução sandinista. Não é muito o que podemos fazer pela Nicarágua, mas temos muitos amigos no mundo a quem temos procurado transmitir a necessidade de redobrar os esforços solidários por esse povo irmão.

"Que tipo de apoio lhe damos? Envio de medicamentos e médicos, preparação de quadros. Cuba tem dado esse apoio, da mesma forma que o econômico, na medida das nossas possibilidades. Ao longo desses últimos cinco anos, tivemos milhares de companheiros trabalhando na Nicarágua. E com a exceção de uma central açucareira, para cuja construção nos foi solicitado um crédito, toda a nossa colaboração sempre foi gratuita. Como Cuba tem experiência em projetos como o dessa central, fornecemos créditos para a compra de nossos equipamentos, e colocamos técnicos e construtores à disposição deles. Foi uma obra construída num mínimo de tempo e que já se tornou uma das indústrias mais importantes da América Central. No entanto, levando em consideração as dificuldades

¹ Fidel se refere ao poeta Sergio Valladares, que atualmente mora na França (N. do R.)



Fidel com Bishop: "A invasão de Granada foi um crime"

econômicas que a Nicarágua enfrenta por causa do assédio dos contra-revolucionários, nos pareceu justo tornar sem efeito a dívida, estipulada em 80 milhões de dólares.

"Também enviamos à Nicarágua uns dois mil professores, que trabalharam com os camponeses nas localidades mais remotas e sob condições sumamente difíceis. Além disso, há uns 700 cubanos trabalhando na área da saúde, entre os quais, 400 médicos.

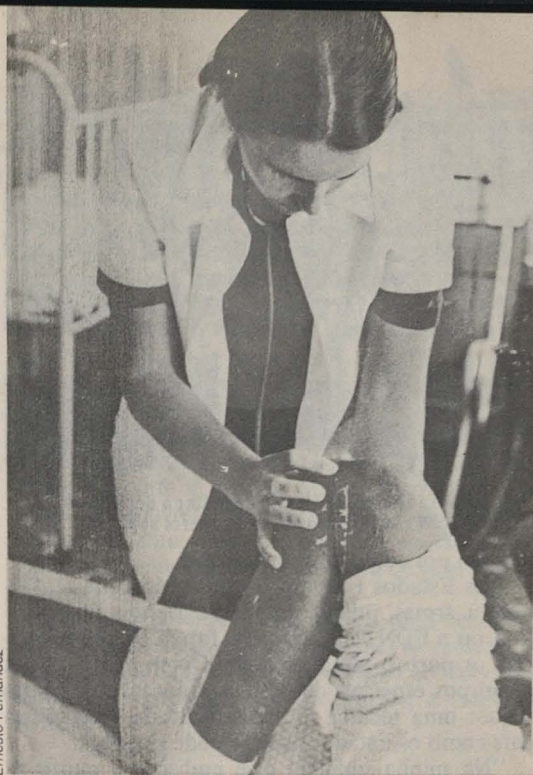
"No que se refere à ajuda material, colaboramos, anualmente, com o envio de produtos de todo tipo, matérias-primas, alimentos etc. Houve ocasiões em que o envio dessa ajuda desinteressada significou a morte de alguns companheiros, que trabalhavam em áreas onde operam os 'contras'. Apesar disso, é com prazer que cooperamos com o povo nicaraguense.

"Quanto à estratégia militar, posso dizer que são os nicaraguenses que decidem como defender o seu país. Se solicitam a nossa opinião, nós damos; mas não temos o costume de dar opiniões não-solicitadas. Temos com a Nicarágua relações muito fraternais e muito igualitárias. Não é uma relação de irmão mais velho com irmão mais jovem, e sim uma relação de irmãos gêmeos."

O embargo contra a Nicarágua

"O método do embargo implica muitas coisas: prepotência, o direito a aplicar sanções e castigos a outro país. Não há embargo norte-americano contra a África do Sul. Ali são mortos centenas de africanos e oprimidos milhões, mas, apesar disso, Reagan não fala de embargo. A ONU pediu sanções contra a África do Sul, mas os Estados Unidos se opuseram.

"Tampouco há embargos contra Pinochet, como não houve contra a ditadura militar argentina



"Na Nicarágua, há 700 cubanos na área de saúde"

nem contra Duvalier ou Stroessner. Reagan não adota medidas contra os regimes de déspotas sanguinários; os embargos são para os países que querem realizar transformações sociais. Isso demonstra a falta de lógica e de ética da política exterior norte-americana.

"O que os Estados Unidos fazem com o dinheiro que roubam dos demais? Gastam-no em planos militares, guerras, intervenções. Quanto custou o Vietnã? Milhões de vidas norte-americanas e vietnamitas, milhões de mutilados e milhões de dólares investidos por essa potência tão rica e poderosa para evitar uma transformação social num pequeno país de três milhões de habitantes. Essa política imoral, infame, abusiva e injusta pode ser analisada de muitos ângulos. Da mesma forma que se pode analisar a invasão da República Dominicana, em 1965, ou a recente invasão de Granada e tantos crimes que o imperialismo cometeu no mundo e, em especial, contra os nossos países.

"No início, as vítimas eram somente os povos do Caribe e da América Central; agora, são toda a América Latina, a Ásia, a África. Qualquer país pode ser vítima dessa política prepotente. Por isso, não estranhemos o embargo contra a Nicarágua. Mas devemos levar em conta que a guerra suja é pior do que o embargo, porque já matou cinco mil nicaraguenses, sem falar dos que escolheram o caminho da traição e que também são vidas que se



"A ajuda era imprescindível para evitar a destruição da revolução sandinista através da guerra suja"

perdem por culpa do imperialismo.

"Os Estados Unidos estimulam essa guerra, fornecem armas, minam os portos. Depois Edén Pastora ou a FDN vêm dizer que foram eles que minaram os portos. Minaram nada! Quem minou foram os grupos especiais da CIA. A colocação de minas requer uma técnica muito sofisticada, que só um país como os Estados Unidos pode empregar.

"Na minha opinião, esse embargo é muito ridículo e, do ponto de vista político e moral, prejudica mais os Estados Unidos do que a própria Nicarágua. As medidas de Reagan despertaram um grande sentimento de solidariedade e simpatia para com o governo sandinista. Do ponto de vista econômico, elas não afetam muito as exportações nicaraguenses, que se situam em torno dos 50 milhões de dólares. Em compensação, afetam mais as importações, já que a Nicarágua comprava uns 120 milhões de dólares em matérias-primas e equipamentos industriais dos Estados Unidos.

"Em outubro do ano passado, os governantes dos países socialistas se reuniram em Havana. Na oportunidade, eu lhes falei da necessidade de se ajudar a Nicarágua, mas lhes disse também que tal cooperação não vai garantir que uma invasão não ocorra. Afirmei que a ajuda era imprescindível para evitar a destruição da revolução através da guerra suja (que eles chamam de "encoberta") combinada com as pressões econômicas. A reação dos países socialistas foi excelente. O mesmo ocorreu durante a viagem que Daniel Ortega fez recentemente, a fim de comprar petróleo para o restante do ano, já que o México não podia continuar abastecendo a Nicarágua em virtude das suas próprias dificuldades econômicas.

"Quando foi organizada essa viagem, ninguém sabia quando o Congresso norte-americano discutiria o embargo. A Ortega não restava outro recurso senão o de viajar para solucionar esse problema tão grave. Começou então uma campanha duríssima,

lançada pelos Estados Unidos e apoiada por muitos países que têm relações amistosas com a Nicarágua, os quais, em uníssono, se dispuseram a criticar a viagem. Já não se pode nem viajar neste mundo! Nem sequer para conseguir remédios ou, como nesse caso, para comprar um produto essencial à vida de um país.

"Quanta demagogia e que maneira de manipular os meios de comunicação! A foto de Daniel abraçando Gorbachev foi imediatamente publicada por toda parte. É claro que, chegando a Moscou, ele deu um abraço em Gorbachev, como fez com Mitterrand, com Olof Palme, com Felipe González e com os dirigentes italianos. Um gesto elementar de cortesia... Mas a política dos Estados Unidos é tão débil e as posições de muitos dos seus políticos são tão frágeis que se assustam porque o presidente da Nicarágua saúda o líder da União Soviética.

"E quem ele iria abraçar? Reagan? Querem que abraçe quem organiza a guerra suja, mina os portos do seu país e lhe impõe um bloqueio?"

O caminho seguido pela revolução cubana

"Cuba enfrentou muitos desafios e tem outros pela frente, mas considero que este tipo de revolução radical é o melhor caminho.

"Entendo, perfeitamente, que outros países, por determinadas circunstâncias, sigam outros caminhos. Compreendo-o e o aplaudo, porque numa revolução deve-se fazer o que é possível. Em nosso caso, contudo, estou satisfeito, não gostamos de meias medidas.

"Outros países latino-americanos deverão buscar os seus caminhos. As circunstâncias em que se produziu a revolução cubana foram muito peculiares, entre outras razões, porque aniquilamos o exército e criamos um novo. Mas será que o caminho é aniquilar todos os exércitos? Em muitos países do continente, existe a possibilidade de que surjam correntes progressistas em suas forças armadas. Em situações de crise, surgem homens como Caamaño, como Velasco Alvarado.

"Além disso, hoje em dia, uma revolução tem que unir muitos setores da sociedade para enfrentar os perigos que a espreitam. Não seria bom estrategista revolucionário quem escolhesse o modelo cubano para levar avante a revolução na América Latina. O nosso modelo nasceu em circunstâncias e momentos peculiares. A mensagem revolucionária atual tem que ser muito ampla e, por isso, não pode conter radicalismos que separem as pessoas e liquidem o movimento. Não creio ser possível que se repitam as condições que tornaram possível a nossa revolução. Em Cuba, começa-

mos com um pequeno grupo, que, com os sucessos militares, foi arrastando todo o povo. Conseguimos o apoio de 95% dos cubanos. Por isso, triunfamos.

"Na época das primeiras leis revolucionárias, a percentagem começou a declinar, mas o apoio foi-se aprofundando. Isto é, o índice caiu para 85%, mas estes 85% estavam dispostos a morrer pela revolução. Perdemos em extensão, mas ganhamos em profundidade. Agora, voltamos a ganhar em quantidade. Temos uma força tremenda, aquela que nos é dada por meio milhão de militantes do Partido e igual número de militantes da Juventude. Temos uma força política, social, militar e até econômica realmente impressionante.

"No plano econômico, conseguimos começar a construir uma central nuclear e continuamos a desenvolver a agricultura, as centrais açucareiras, a indústria mecânica e a produção de metais. Também começamos a ter força técnica e científica. E — sobretudo — temos muita experiência.

"Se estivéssemos agora em 1959, começando de novo, faríamos o mesmo que estamos fazendo. Mas o faríamos melhor. Quando analisamos Moncada, o Granma, a Sierra Maestra, todas as coisas que passamos, constatamos que, se soubéssemos o que sabemos agora, não teria havido um só erro. Como teríamos feito bem as coisas! Estávamos cheios de boas intenções, inclusive de boas idéias. Não cometemos grandes erros, mas poderíamos ter feito uma obra mais perfeita, avançar muito mais.

"Mas, a esta altura, ninguém pode alterar o ru-

mo da nossa revolução. Ninguém. Nem mesmo eu, com a ascendência que tenho, poderia desviá-la um grau que seja dos seus objetivos.

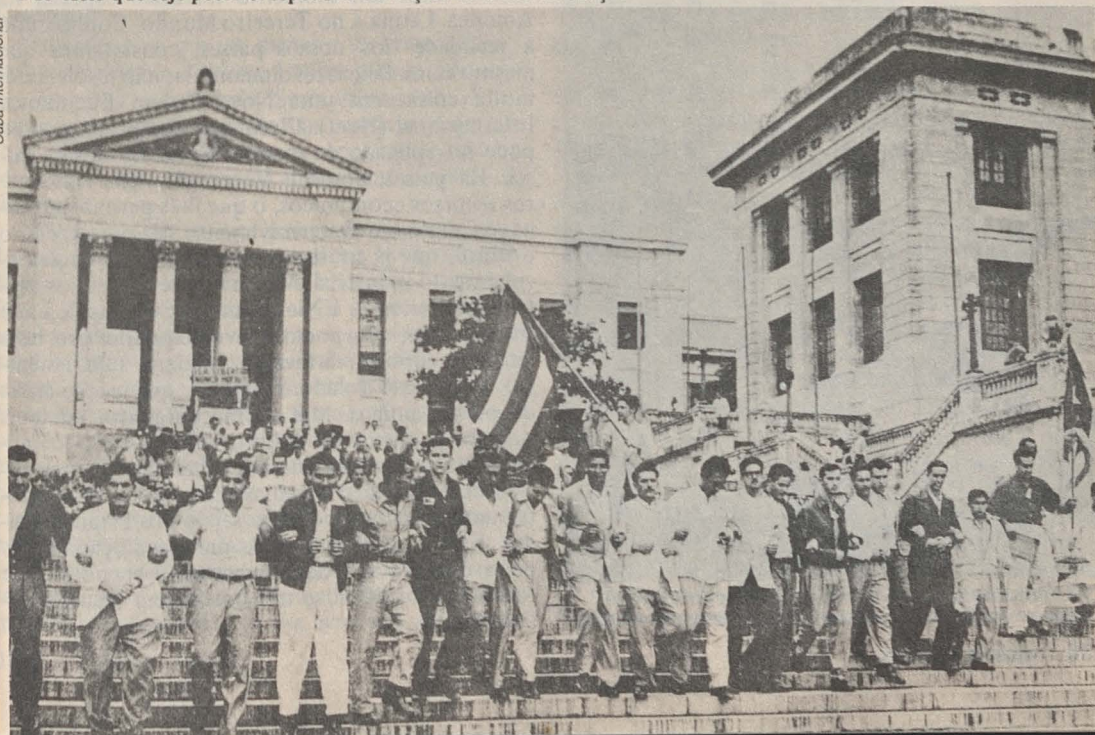
"Reitero que a frente de luta pelas mudanças sociais deve ser ampla. Tem que abranger os cristãos, os trotsquistas, operários, camadas médias e inclusive os militares, não se esqueçam. Ou vamos dar os militares à CIA, ao Pentágono, a Reagan? Torrijos era militar. Seregni não é advogado nem médico. É militar. A frente tem que ser ampla e, por isso, não pode ser extremista. Tem que procurar fórmulas como a nicaraguense ou outras. O esquema nicaraguense se ajusta às atuais circunstâncias internacionais. É realista. Na forma como tomou o poder, a revolução nicaraguense se assemelha bastante à cubana. Mas se a revolução sandinista se houvesse radicalizado e tivesse proclamado o socialismo, creio que não teria ajudado o movimento revolucionário na América Central nem na América do Sul.

"Os nicaraguenses estão dando uma contribuição à luta de outros povos, porque, se radicalizassem, se isolariam, semeariam o medo, dariam argumentos ao imperialismo, facilitariam a tarefa de Reagan."

Relações Brasil-Cuba

"Não há dúvida de que o reatamento de relações entre o Brasil e Cuba abriria muitas perspectivas

O movimento estudantil se ergueu contra a ditadura de Batista (na foto, Raúl Castro com a bandeira cubana):
"Não creio que seja possível repetir as condições de nossa revolução"



úteis nos diversos campos e seria muito proveitoso para ambos os países. Durante todos esses anos, nosso povo manteve relações muito estreitas com o povo brasileiro, através de visitas de homens de negócios, políticos, artistas, representantes de organizações de massas etc. Houve um contato crescente e um interesse mútuo entre nossos povos. É fato conhecido, inclusive, a aceitação e o sucesso obtidos em Cuba por alguns seriados da televisão brasileira, que se transformaram noutro ingrediente de intercâmbio e aproximação.

"Por outro lado, conhecemos bem a situação política e econômica que estão atravessando países como o Brasil, Uruguai e Argentina, recentemente redemocratizados, e as pressões dos Estados Unidos para que as relações entre nós não sejam reatadas. O governo norte-americano se opõe desesperadamente ao reatamento de qualquer tipo de relações com Cuba.

"Nós adotamos uma posição muito clara acerca do assunto e que responde ao nosso interesse pela consolidação desses processos democráticos. Em primeiro lugar, não utilizamos nenhum tipo de pressão para forçar o reatamento. Para Cuba, também não se trata de um objetivo nacional. Nossa política procura subordinar nosso interesse pelas relações à conveniência de cada país.

"O regime cubano é sólido, consolidado, estável. Esses novos processos democráticos, entretanto, só começaram a se desenvolver agora, buscando a estabilidade e a consolidação. E isso é mais importante para Cuba do que o próprio reatamento de relações. Dizemos sempre aos dirigentes desses

países que a decisão cabe a eles e devem apresentá-la no momento mais conveniente. Num momento tão difícil, em que praticamente todos os dias se realizam negociações com o FMI e com outros organismos internacionais, o que poderá acontecer se um desses países resolve reatar as relações diplomáticas com Cuba? Os Estados Unidos, certamente, vão querer cobrar um preço muito alto por isso, criando maiores obstáculos às atuais negociações, que já são difíceis.

"Acho que, nessas circunstâncias, nosso dever mais elementar de solidariedade não nos permite exigir nem forçar um reatamento de relações, mas, pelo contrário, continuar ampliando os contatos entre nossos povos e deixar de nos preocupar com as formalidades. Sobretudo, quando essas formalidades podem se traduzir em problemas sérios para os outros países.

"Confiamos no futuro e, por isso, não temos pressa. Esperamos o momento em que essas relações formais possam ser reatadas sem nenhum tipo de prejuízo. De todo modo, continuaremos desenvolvendo contatos, já que os diferentes governos demonstraram boa-vontade para que a aproximação entre nossos povos se torne realidade.

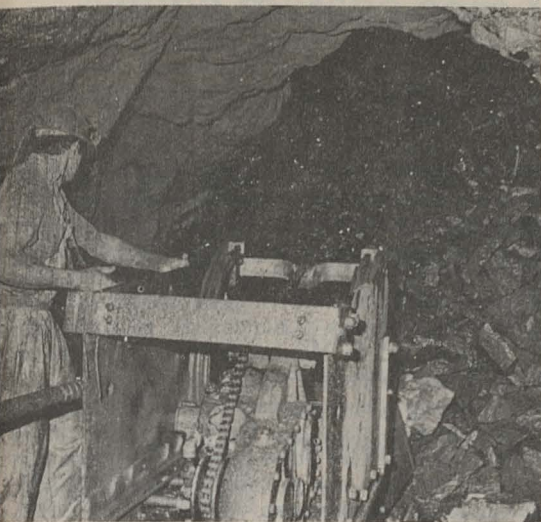
"Essa é a nossa posição: que eles decidam quanto ao momento mais apropriado para reatar relações diplomáticas".

A dívida externa e a Nova Ordem Econômica

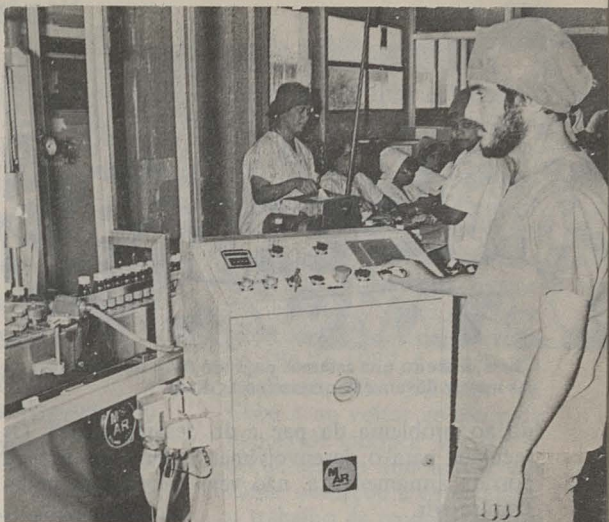
"Vivemos um momento histórico especial na América Latina e no Terceiro Mundo. Conhecendo a realidade dos nossos países, constatamos que mesmo as mudanças revolucionárias não resolveriam muita coisa sem uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei). Claro que esse princípio não pode ser aplicado da mesma forma a todos os países. Há países, como a Venezuela, que têm muitos recursos econômicos, o que lhes permite autofinanciar o seu desenvolvimento. Há países, como o Brasil, que já conseguiram um importante desenvolvimento industrial. Mas há países, como os centro-americanos — a Nicarágua, por exemplo, onde triunfou um movimento revolucionário que hoje tem que suportar a invasão, a guerra suja, embargos. E que está isolado. É verdade que recebe ajuda de países amigos. Mas eu me pergunto: um país isolado, pequeno ou médio, tem muitas possibilidades de sustentar-se nessas condições? É mais difícil impulsionar o desenvolvimento do que derrotar um exército, ainda que seja o dos Estados Unidos. Está aí o Vietnã. Após uma revolução, o país parte do zero e o desenvolvimento econômico se torna muito difícil se não conta com recursos suficientes.



"O Vietnã mostra que é mais fácil derrotar um exército, mesmo o dos EUA, do que impulsionar o desenvolvimento"



Prensa Latina



“Para que os países do Terceiro Mundo possam desenvolver-se é necessário criar mais recursos”

“O que pode ocorrer no dia em que haja 15 ou 20 revoluções em países sem possibilidades de desenvolvimento e de realização das transformações sociais? Como vão fazer para construir escolas, hospitais, fábricas? Temos refletido sobre como fizemos o nosso desenvolvimento e constatamos que os países latino-americanos não estão nas melhores condições para se desenvolver.

“Para isso, eles têm que cumprir certas exigências. Não para realizar mudanças, sociais. Isso até mesmo um país pobre como o Haiti pode fazer, só que nada mudaria e ainda teria que viver da caridade pública.

“Imaginem o que se passaria se houvesse mudanças sociais na América Latina, mas ao preço de ter que viver da caridade. Seria impossível. Os recursos são limitados e não são tantas as organizações filantrópicas. Mesmo os recursos dos países socialistas não bastam para ajudar tantos países necessitados.

“Por isso, para que os países do Terceiro Mundo possam se desenvolver e realizar autênticas mudanças sociais, eles têm que criar mais recursos. Esta é a tese que defendemos. E as premissas são: acabar com a dívida externa e estabelecer uma nova ordem econômica, que acabe com o protecionismo, o *dumping*, o intercâmbio desigual. E mais: no caso da América Latina, temos, além disso, que procurar nos integrar economicamente, para que os nossos países possam se defender melhor. É preciso não esquecer que o mercado latino-americano compreende 400 milhões de pessoas, uma vez e meia mais do que o norte-americano.

Poucos países podem, graças à abundância dos seus recursos, sustentar uma revolução e realizar mudanças sociais. Mas eu me atreveria a dizer que

80% dos países não podem resolver por si mesmos o problema do desenvolvimento, somente através das mudanças sociais. Como podem fazê-lo sem tecnologia, sem capital, sem mercado, sem crédito, e vendendo os seus produtos a preços muito baixos?

“Para acabar com as injustiças sociais e com as calamidades que afligem os países do Terceiro Mundo, é necessário realizar mudanças, mas, ao mesmo tempo, assegurar o desenvolvimento. Cada país deve empreender as mudanças sociais por sua própria conta. Mas, além disso, deve-se lançar uma campanha pelo cancelamento da dívida, por uma Nova Ordem Econômica Internacional e pela integração latino-americana.

“Para alguns países, a situação é tão dramática, que nem mesmo com a liquidação da dívida externa, com uma nova ordem econômica e com mudanças sociais poderiam conseguir o desenvolvimento necessário. Muitos países da África e inclusive alguns da América Latina precisam, além do que já mencionei, da cooperação internacional.

“Não se fazem revoluções somente com boa vontade. As teorias revolucionárias tiveram por base a premissa de que o socialismo é para a sociedade capitalista desenvolvida. Mas as experiências socialistas da União Soviética, da China, do Vietnã e de Cuba colocaram o socialismo como premissa do desenvolvimento. Há, no entanto, muitos países que não são a URSS nem a China e que, atualmente, não poderiam concretizar esse processo. Cuba o conseguiu graças à colaboração dos países socialistas e à coincidência de alguns fatores.

“O mundo tem recursos suficientes para resolver os problemas do desenvolvimento. Basta investir na resolução desses problemas o que se está investindo em armas. Por isso, a nossa tese está liga-



"Esse dinheiro que estamos pagando deve ser investido. As massas devem estar conscientes disso"

da ao problema da paz e do desarmamento. Os recursos para o desenvolvimento têm que sair da corrida armamentista, não vejo donde mais poderiam provir.

"Temos agora uma oportunidade que nunca tivemos. Se houvesse agora cinco revoluções na América Latina, as cinco reunidas não conseguiriam impor uma nova ordem econômica. Em compensação, se nos reunimos — os cem países mais pobres deste mundo — e deixamos de entregar o dinheiro como temos feito, vamos obter muitas coisas. Pode-se bloquear um país, dois ou três, mas não se pode bloquear, economicamente, cem países. Estou certo de que conseguiríamos impor uma nova ordem econômica.

"Pela primeira vez, se criaram condições objetivas e reais para que o Terceiro Mundo se una e trave essa batalha. Esta é a oportunidade que não podemos perder de forma alguma. E, menos ainda, deixando-nos levar por conceitos esquemáticos ou ilusões. Se a nossa tese fosse apresentada na década de 60 ou nos anos 70 (até mesmo em 1980), quem a tivesse apresentado teria sido metido num manicômio. Mas, em 1985, é preciso mandar para o manicômio quem me venha com um manual ou com um esquema teórico sobre o que é ou não revolucionário. Creio que verdadeiramente revolucionário, nessas circunstâncias e condições, é o que temos proposto: uma greve geral dos devedores!"

A conscientização popular sobre o problema da dívida

"A conscientização e a luta dos nossos povos pelo não-pagamento da dívida reforçam e estimulam a decisão dos governos de não pagá-la. Todos, sem exceção, sabem que não podem pagar. Na medida em que o povo os apóie, saberão que têm grande respaldo para tomar uma decisão nesse sentido.

"Em circunstâncias como esta, as coisas não dependem tanto dos homens quanto da situação. A situação é que vai obrigar os governos, de uma forma ou de outra, a tomarem a decisão de não pagar. Por isso, uma luta do povo nesse sentido, uma tomada de consciência das massas em torno do problema, implica a possibilidade de ganhar essa luta. O que é preciso é que tenhamos clareza quanto à necessidade de cancelamento dessa dívida, de que é preciso acabar com ela, procurar a nossa integração econômica e construir uma Nova Ordem Econômica Internacional. Com esses três pilares, estaremos em condições de dar solução aos problemas da América Latina. Mas, se nos faltar somente um deles, já não poderemos solucioná-los.

"Ninguém vai fazer sacrifícios para pagar o FMI. Não importa o que façamos depois com os recursos que não lhe entregamos. Uma parte terá que ser investida nos problemas mais prementes; outra, no desenvolvimento. Agora, quanto investirá o Estado, quanto as empresas privadas, no que se investirá — estes são assuntos internos dos países. O importante é que seja investido o dinheiro que estamos pagando. Se as massas estiverem conscientes quanto a este ponto, já demos um passo importante.

"Estive fazendo um cálculo do que se tem que pagar. Se acrescentamos o que se paga de juros, são uns 400 bilhões de dólares, em 10 anos. Mas o que está saindo como fuga de capitais são 500 bilhões de dólares em 10 anos. Imaginem o que a América Latina economizaria se declarasse greve de pagamento!

"Pode-se exigir uma moratória de, pelo menos, 10 anos. Se você traduzir 400 bilhões de dólares em trigo, verá que se poderia alimentar 400 milhões de pessoas, durante 15 anos, com um quilo diário de trigo, que teria 120 gramas de proteínas, ou seja, 40% a mais do que se necessita por dia, e três a quatro mil calorias. E é isso que nos pedem que paguemos!

"Fiz os cálculos: com um quilo de trigo por dia, o indivíduo tem alimento de sobra. Se comê-lo, vai estourar de comida. Alguém morreria de fome se comesse um quilo de trigo por dia? Com trigo se alimentavam os exércitos romanos, os soldados de Júlio César. E duvido que comessem um quilo por dia.

"Que devemos fazer com esses 400 bilhões de dólares? Uma parte tem que ser investida — 80%, pelo menos. Em alguns lugares, mais; noutros, menos — segundo a situação de cada país. Mas não resolveremos os problemas, consumindo 400 bilhões de dólares. Eu parto do princípio de que as massas conscientes estão dispostas a aceitar a austeridade. Austeridade que significa acabar com luxos, reduzir os gastos suntuários."

"Minha marcha com Fidel"

O cronista da revolução



Usando anotações diárias feitas desde os tempos da insurreição, o capitão Núñez Jiménez escreve uma série de livros que são uma ampla reportagem do processo revolucionário

Exército Rebelde, atual vice-ministro da Cultura, embaixador de Cuba no Peru na época do general Velasco Alvarado. Intelectual, geógrafo, escritor, Núñez Jiménez dedicou 10 anos de sua vida, de 1962 a 1972, à criação da Academia de Ciências de Cuba e ao voltar ao seu país depois de cumprir seu período de serviço diplomático em Lima, começou a sistematizar o trabalho de recopilação das impressões escritas durante

Muitas vezes, ao longo dos processos de mudança, descuida-se de um aspecto que é fundamental: o resgate dos testemunhos dos dirigentes e de protagonistas anônimos, a recopilação de documentos, a divulgação da própria história do processo narrada a partir de dentro. No caso cubano houve um dirigente que desde os primeiros momentos da insurreição sentiu que se estava vivendo "momentos históricos excepcionais", como ele mesmo define, e começou a recolher a maior quantidade possível de testemunhos e a escrever um diário. Hoje, 30 anos depois, esse meticuloso trabalho está sendo transformado em uma série de livros.

"Eu não diria que é a história do processo revolucionário, e sim uma crônica, ou mesmo me atreveria a chamá-la de uma reportagem". Quem diz isso é Antonio Núñez Jiménez, capitão do

Exército Rebelde, atual vice-ministro da Cultura, embaixador de Cuba no Peru na época do general Velasco Alvarado. Intelectual, geógrafo, escritor, Núñez Jiménez dedicou 10 anos de sua vida, de 1962 a 1972, à criação da Academia de Ciências de Cuba e ao voltar ao seu país depois de cumprir seu período de serviço diplomático em Lima, começou a sistematizar o trabalho de recopilação das impressões escritas durante

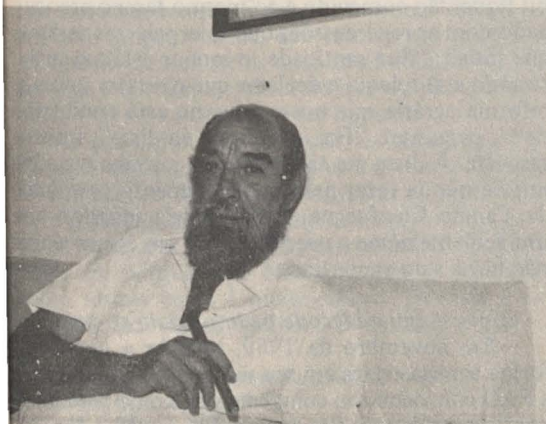
duas décadas, lançando o primeiro volume de "Minha marcha com Fidel". Amigo de Fidel e de Raúl Castro há 30 anos, ajudante do "Che" no Instituto Nacional de Reforma Agrária (Inra), Núñez Jiménez conhece bem seu país e seu povo. Como geógrafo percorreu cada canto da ilha e conviveu com os camponeses. Isso o ajudou na tarefa que se havia imposto de fazer uma reportagem da revolução "em toda a sua complexidade".

"Eu diria que a dificuldade maior que encontrei não foi escrever os livros, e sim Fidel. Ao contrário de outros dirigentes que criaram para si uma espécie de culto à personalidade, ele se opôs diametralmente a isso. Eu desejava ter começado a publicar 'Minha marcha com Fidel' há anos. Mas me deparei com certa oposição dele, não ao fato de escrever os livros, mas à sua publicação. Quando saiu o primeiro tomo eu já tinha o segundo pronto. Mas ele me pediu que esperasse um pouco, dizendo-me que não era conveniente haver muitos livros sobre ele. Enfim, a modéstia de todo bom revolucionário. O importante é que os livros estão escritos e que começaram a ser publicados."

"Trabalhei dia após dia"

E quando começou realmente a escrever esses livros?

— O primeiro comecei no próprio ano de 1959. Fui recolhendo dados, dia após dia, com a vantagem de que participava das principais reuniões do governo revolucionário e do Instituto Nacional de Reforma Agrária. Assim pude ir anotando as orientações de Fidel, a forma como enfrentava



B. Bissio

Capitão Antonio Núñez Jiménez, vice-ministro da Cultura

cada uma das situações que iam se apresentando na luta com os latifundiários, contra o imperialismo. Reuni toda essa documentação que agora é trazida à luz.

Se suas anotações diárias cobrem todos esses anos, qual o material que foi mais aproveitado na seleção que certamente teve que fazer?

— O que mais me preocupou foi refletir os aspectos humanos da revolução e do comandante Fidel. Em geral, o que se mostra de um dirigente são os seus discursos, suas posições públicas, mas sua alma, o ser humano, isso não é frequente que se resgate em meio a todo o “oficialismo”. Creio que por isso o livro foi tão bem acolhido.

Quando conheceu Fidel?

— Quando era estudante da Escola de Filosofia e Letras da Universidade de Havana e Fidel era estudante de Direito. Ambos ingressamos na Universidade na década de 40. Ao longo do processo revolucionário nossos laços se estreitaram.

Militaram juntos?

— Comecei a ter contato com Fidel quando era militante da Juventude Socialista, o braço juvenil do Partido Socialista Popular (PSP), que era o partido marxista-leninista. Fidel depois entrou em uma organização da qual eu era secretário-geral, o Movimento 30 de Setembro, que reunia jovens progressistas. O nome era uma homenagem ao estudante Rafael Trejo, assassinado nessa data, na década de 30.

E seu relacionamento com o Che, em que momento começa?

— O Che era o comandante-em-chefe das forças revolucionárias do centro de Cuba e eu presidia na cidade de Santa Clara, nessa região, um grupo que se chamava Junta Patriótica de Unidade, cujo objetivo era unificar os grupos revolucionários, ou seja, o Partido Socialista Popular, o Movimento 26 de Julho e o Diretório Estudantil Revolucionário. Essa Junta só teve atuação local e decidiu ajudar o Che em seu propósito, coincidente com o nosso, de unir as forças revolucionárias da região.

Minha primeira tarefa concreta foi preparar os mapas e os dados geográficos das montanhas do Escambray, onde o Che se instalou depois de vir de Sierra Maestra. Depois passei para a coluna guerrilheira 8, “Ciro Redondo”, que o Che dirigia. Ele era muito arrojado no combate e muito inquieto do ponto de vista militar.

E na etapa da Lei de Reforma Agrária, no Inra?

— Fidel me nomeou presidente da Comissão que redigiu a Lei de Reforma Agrária, na qual tam-

bém estavam o comandante Guevara, Vilma Espín e outros dirigentes. O Conselho de Ministros aprovou a lei em 17 de março de 1959 em Sierra Maestra. Eu fui então nomeado diretor executivo do Inra e Fidel exercia a presidência. O Che foi nomeado depois chefe do Departamento de Industrialização.

Vocês usaram algum modelo ou se inspiraram só na realidade cubana?

— Para redigir a lei estudamos todos os dados que nos caíram nas mãos, desde as leis aplicadas no Japão até as reformas agrárias que se haviam esboçado na América Latina, dados de livros etc. Mas sobretudo nos baseamos na situação agrária concreta de Cuba.

A Lei de Reforma Agrária é considerada por todo mundo, amigos e inimigos, como a lei fundamental que definiu o caráter da revolução cubana como uma revolução dos humildes para os humildes.

O apoio do papa

Sabemos que você teve uma entrevista com o papa João 23 para solicitar o seu apoio para a lei de reforma agrária em um momento em que era condenada por setores católicos cubanos e do exterior.

— A reforma agrária foi apoiada em geral por todo o povo, cristãos e marxistas. Mas havia também um setor, que eu qualificaria de “antipovo”, no qual havia alguns católicos, que se opôs à lei. Começaram a colher assinaturas contra o Inra, acusando-o de comunista. Mas esse movimento fracassou porque solicitamos uma audiência ao papa João 23, que nos recebeu em Roma e abençoou a reforma agrária cubana. “Eu sou filho de camponeses e conheço o sofrimento de minha gente”, me disse sua santidade durante a audiência. “Pode dizer que o papa abençoa a reforma agrária”. Eu fiquei tão comovido e ao mesmo tempo preocupado com as repercussões que suas palavras teriam, que insisti: “Sua santidade, o senhor está me autorizando a sair daqui e declarar que o senhor apóia a reforma agrária que nosso governo está conduzindo?”, perguntei. “Foi isso o que eu disse”, foi sua resposta. E disse-me também que considerava a lei justa e que ia rezar pelo reaparecimento com vida de Camilo Cienfuegos. Camilo havia morrido em um acidente aéreo nesses dias, mas seu corpo ainda não havia sido encontrado.

Como surgiu a idéia de pedir o apoio ao papa?

— Em novembro de 1959, quando a nossa reforma agrária estava em seu momento mais crítico, a FAO convocou um congresso em Roma para analisar o tema da reforma agrária. Eu, sendo o diretor do Inra, fui representando Cuba. Durante a reu-



Fidel e Nùñez Jiménez (foto esquerda e direita) distribuem os primeiros títulos de propriedade aos camponeses

não o papa recebeu todos os delegados em audiência oficial e depois me recebeu, em uma visita pessoal e privada, onde se deu esse diálogo.

“Não aprendemos a fazer a revolução nos livros”

De toda a experiência desses anos, quais foram os momentos mais difíceis?

— Uma característica de nossos povos americanos é que o pragmatismo predomina sobre a teoria, ao contrário do que acontece com os europeus, que são muito teóricos por causa do seu desenvolvimento cultural específico.

Nós não aprendemos a fazer a revolução nos livros (embora sempre haja quem pretende seguir os manuais). Esse pragmatismo não significa um abandono da teoria, mas nós preferimos avançar como um cego na escuridão, desvendando-a pelo tato. A teoria é importante, mas tem que ser aplicada sempre em circunstâncias novas. Por isso desde o começo reconhecemos publicamente os nossos erros, uma norma que Fidel nos ensinou. Muitas vezes um dirigente acha que resolve um problema ignorando os seus erros, quando na verdade o povo percebe esses erros melhor do que ele. Reconhecer um erro é uma maneira de ser humano.

No princípio da revolução, as coisas parecem simples, ainda não se começou a governar. Apenas se começou a destruir as estruturas antigas. Fazer a reforma agrária, por exemplo, é simples: ocupam-se as terras dos latifundiários, e elas são repartidas entre os camponeses. Mas organizar a produção sobre outras bases é muito difícil. Destruir a velha sociedade é fácil. O difícil é construir a nova.

Quando os dirigentes cubanos sentem que o processo se consolida?

— Em Playa Girón. Porque a invasão de Playa Girón foi precedida por um bombardeio aéreo

de nossas cidades e então Fidel, enterrando os mortos do primeiro bombardeio, proclama o caráter socialista da revolução. A partir daí, o povo vai para o combate gritando “Viva o socialismo”. A vitória de Playa Girón foi conseguida sob a bandeira do socialismo e por isso a consideramos o momento decisivo.

Pelos testemunhos e opiniões que recolheu, sinto que vocês se preparam para um salto qualitativo, para uma nova etapa do processo. Você está de acordo com esta avaliação?

— Uma revolução é um processo complexo. Nos primeiros anos o fundamental é que não seja destruída. Todas as forças ficam num estado de tensão. Nessa etapa não há condições de se pensar muito em problemas qualitativos. O importante é garantir que as pessoas comam, que aprendam a ler e escrever, que tenham onde viver. Há um momento em que não construímos ainda o novo, nem acabamos de destruir o velho. Nessas circunstâncias a luta pela qualidade seria um absurdo.

Mas quando isso já está resolvido a revolução tem mais tempo para se preocupar em, por exemplo, formar médicos mais especializados, tornar os hospitais e universidades melhor equipados, impulsionar o desenvolvimento da cultura, enfim uma série de questões muito importantes mas que vêm depois da sobrevivência e de ter assegurado o essencial.

É igual ao ser humano: primeiro vem a gestação, depois o nascimento, depois os cuidados dos primeiros meses, uma alimentação adequada. Depois, o crescimento. E, finalmente, como acontece agora, com 26 anos, já estamos na etapa de produzir, de dar frutos.

A institucionalização

O poder das bases



*Os projetos de lei
são discutidos
“de baixo para cima”
e o Parlamento incorpora
as modificações surgidas
no debate*

“Nossa Constituição é a mais democrática e livre de toda a América Latina”, assegura Flávio Bravo. Dois anos de experiência à frente da Assembléia Nacional do Poder Popular lhe permitem essa afirmação. Dirigente da revolução, incorporado depois, durante 10 anos, ao exército, Bravo chegou ao posto máximo de comandante e, ao passar para a vida civil, foi designado vice-presidente do Conselho de Ministros. Eleito deputado pelo município Centro Havana, é presidente do Parlamento cubano desde a morte de Blas Roca, o dirigente que ocupava esse cargo desde o primeiro dia da constituição do Congresso.

“A nova Constituição cubana é de todo o povo, aprovada por *referendum*, e resultante do esforço de nossa revolução em buscar novos caminhos. Durante muitos anos, não tivemos a preocupação

de institucionalizar o país. Estávamos vivendo um período de sobrevivência, de luta pela libertação econômica e defesa de nossa soberania frente aos grupos contra-revolucionários armados pelos Estados Unidos. Isso durou muitos anos, até 1976.

“A chamada democracia dos regimes anteriores, até a vitória da revolução, se contentava em ter vários partidos, não importando quem governasse. Nunca se produ-

ziam mudanças básicas para o povo. Como disse uma vez o Che, *‘daba lo mismo Juana que su hermana’* (dava no mesmo Juana ou sua irmã). Os partidos faziam uma farsa de democracia, através de eleições que eram realmente ridículas e escandalosas: compra de votos, roubo de urnas, etc.

“Democracia — destaca o presidente da Assembléia Nacional — não é só haver partidos. Trata-se, além disso, de resolver os problemas da educação, da saúde pública, do trabalho para o operário, de ampla liberdade para todo o povo trabalhador e de fazer o país superar o subdesenvolvimento. Isso foi o que compreenderam todos os partidos e grupos políticos que lutaram pela revolução, ao reunir-se para constituir um partido único. Foi uma etapa histórica percorrida pelo Movimento 26 de Julho, encabeçado por Fidel, o Movimento Estudantil 13 de Março, o Partido Socialista Popular e a Juventude Socialista, ao se fundir num só partido. E assim surgiu o Partido Comunista de Cuba”.

Bravo explica que, com a institucionalização da revolução e a organização do Poder Popular, “tratamos de descentralizar ao máximo os problemas da administração e da direção. Basta um exemplo: quando o plano da economia chega à Assembléia Nacional, se discutem seus princípios gerais em todos os níveis, nos municípios e nas províncias, onde há a possibilidade de recolher todas as opiniões e de incluir temas específicos que são de seu interesse. Às vezes, surgem discordâncias entre as províncias, mas não se trata de grandes contradições”, assinala Bravo, apontando as diferenças com relação às democracias representativas clássicas, onde as divergências surgem entre os partidos e onde cada um defende seus interesses ou concepções setoriais.



Flávio Bravo: “Tratamos de descentralizar ao máximo os problemas da administração e da direção”

“A Assembléia Nacional tem uma estreita relação com os poderes populares das províncias e municípios. Eu mesmo participo do Conselho de Ministros e continuo integrado da mesma forma de quando era vice-presidente desse órgão. A compreensão dos problemas do país produz uma união quase física entre o governo e o Parlamento, o que é muito importante. A Assembléia Nacional participa muito ativamente da elaboração dos projetos de lei dos diversos ministérios, ou chega até a elaborá-los em suas próprias comissões permanentes, que se reúnem durante dois períodos ordinários anuais e têm tantas sessões extraordinárias quanto exigiam as circunstâncias.”

Duas leis transcendentais foram aprovadas pelo Parlamento cubano: a do novo Código do Trabalho e a da Moradia. Sobre a primeira, o presidente da Assembléia Nacional lembra que “foi discutida de

baixo para cima. O projeto levou bastante tempo em elaboração e depois foi levado às massas trabalhadoras: mais de 4 milhões de trabalhadores, reunidos em 52 mil assembléias de bases, participaram da discussão do projeto e permitiram que lhe fossem feitas modificações muito interessantes. Creio que nosso Código de Trabalho é um orgulho dos trabalhadores da América Latina”.

“A Lei de Moradia, aprovada há seis meses, permitiu que cada cidadão que viva numa casa alugada seja proprietário dela automaticamente, e não tenha que pagar por ela mais do que estava pagando. Teve todo o apoio do povo de Cuba, porque hoje vigora o princípio de que todos têm direito a uma casa. Claro, isso depende também das possibilidades do país de construir moradias, é um dos maiores problemas que temos. É um problema histórico em Cuba, mas estamos construindo 80 a 100 mil casas por ano”.

A estrutura do Poder Popular

☐ Em Cuba, todos os cidadãos maiores de 16 anos, incluindo os membros das forças armadas, têm o direito de votar nas eleições de delegados às assembléias municipais do Poder Popular e nos referendos, e a serem eleitos delegados às assembléias municipais e provinciais. Para ser eleito deputado da Assembléia Nacional do Poder Popular é preciso ter completado 18 anos. O voto é livre e secreto.

As eleições de delegados às assembléias municipais se realizam a cada dois anos e meio, com a prévia convocação do Conselho de Estado. No mesmo dia em que se constituem, após eleger os membros de seus Comitês Executivos, as assembléias municipais elegem através do voto secreto os delegados às assembléias provinciais do Poder Popular. Podem ser delegados à Assembléia Provincial tanto aqueles que sejam delegados municipais como os que não tenham esse cargo.

O delegado deve reunir-se a cada quatro meses com os eleitores da circunscrição pela qual foi eleito. Nessas reuniões ele presta contas, mediante um relatório escrito, de sua gestão pessoal. Esses delegados às assembléias municipais e provinciais podem ser removidos de seus cargos pelos eleitores em qualquer momento se estes perderem a confiança neles depositada. A destituição é resolvida através de voto secreto. No caso do delegado à Assembléia Provincial

só poderá ser destituído pela Assembléia Municipal que o elegeu.

Em data a ser assinalada pelo Conselho de Estado, as assembléias municipais se reúnem para eleger os deputados à Assembléia Nacional do Poder Popular.

A Assembléia Nacional do Poder Popular é o órgão supremo do Estado. É o único órgão com poderes constituintes e legislativos. É eleita por um período de cinco anos e elege o Conselho de Estado. Indica, por proposta do presidente do Conselho de Estado, os membros do Conselho de Ministros.

Por sua vez, o Conselho de Estado é o órgão da Assembléia Nacional que a representa entre um e outro período de sessões, executa os acordos e cumpre outras funções constitucionais. Tem caráter colegiado e representa, internacionalmente, o Estado cubano. Está integrado por um presidente, um primeiro vice-presidente, cinco vice-presidentes e demais membros.

O presidente do Conselho de Estado é o chefe de estado e de governo (esse cargo é ocupado pelo comandante Fidel Castro).

O Conselho de Ministros é o órgão máximo executivo e administrativo e constitui o governo da República. Está integrado pelo chefe de estado e de governo, que é seu presidente, pelo primeiro vice-presidente, os vice-presidentes, o presidente da Junta Central de Planejamento, os presidentes dos Comitês Estaduais, o presidente do Banco Nacional de Cuba, os ministros e o secretário do mencionado Conselho. O Conselho de Ministros presta contas de suas atividades à Assembléia Nacional.

A Ilha da Juventude

□ A Ilha da Juventude, com 96 mil habitantes e 2.200 km², abriga 23 mil estudantes de vários países e também cubanos de outras províncias. Dizem que se trata da "ilha mais jovem do mundo". Essa função atual, de ser uma grande escola, é totalmente diferente da que os colonizadores espanhóis haviam-lhe dado originariamente, quando a transformaram em um grande presídio aberto: ali eram confinados os patriotas independentistas. Martí foi um deles. Por isso a ilha também era chamada "a Sibéria de Cuba".

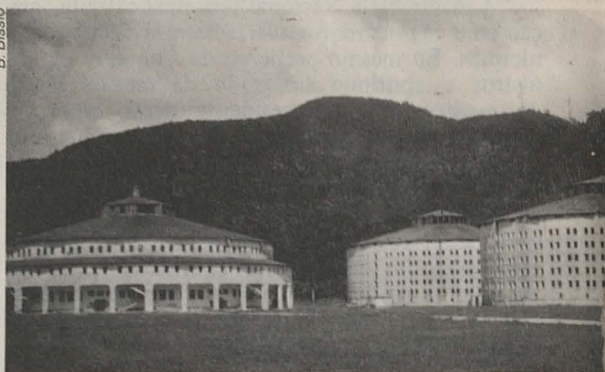
As ditaduras de Machado e Batista herdaram a tradição colonial. Batista criou na ilha um presídio ao estilo norte-americano, projetado por norte-americanos e construído por empresas norte-americanas. Nesse "Presídio Modelo", como era chamado, estiveram Fidel, Raúl e outros participantes do assalto ao quartel de Moncada. Ali Fidel escreveu "A História me absolverá".

Depois da vitória da revolução decidiu-se mudar o destino da ilha, até então conhecida como ilha de Pinos. A primeira iniciativa foi construir três grandes represas, pois não há grandes rios nem lençóis de água subterrâneos. Com as represas, de 210 milhões de metros cúbicos, começou o desenvolvimento agropecuário. Atualmente a principal produção é a de cítricos. Há 12 mil hectares plantados e produzem-se mais de 100 mil toneladas anuais, das quais 80% se destinam à exportação.

Existe também um terminal pesqueiro, cujo principal produto é a lagosta (1.200 toneladas anuais destinadas exclusivamente à exportação). Outra indústria importante é a do mármore. "Todas as colinas desta ilha são de mármore", comentava um dirigente local do partido. A indústria de cerâmica também passou a ser um dos ramos fundamentais da economia da ilha, abastecendo todo o país. A Ilha da Juventude é auto-suficiente em carne, hortaliças, leite e ovos. A

A cerâmica é um ramo fundamental da indústria

B. Bissio



O "Presídio Modelo": design norte-americano

carne é proveniente de aves, porcos e pescado. Parte das hortaliças se destina à indústria e exporta-se massa e molho de tomate, embora a principal produção continue sendo para o auto-consumo.

Em 1959 havia na ilha mais de 11 mil habitantes. Para desenvolver o programa econômico da revolução foi necessário levar força de trabalho, que nos primeiros tempos era constituída em boa parte por jovens chegados de todo o país, para realizar um trabalho voluntário.

Ao mesmo tempo foram-se construindo escolas secundárias e pré-universitárias, baseadas no princípio de vinculação do estudo ao trabalho, nesse caso, a produção agrícola. "No ano passado, formaram-se quase 11 mil crianças, filhos de trabalhadores da ilha, mais do que o número de habitantes de 1959", explica o presidente do Par-

A produção de cítricos: 100 mil toneladas anuais

B. Bissio



B. Bissio

tido na Ilha da Juventude.

Outro dado interessante que nos fornece é que na ilha se registram os mais altos índices de produtividade por habitante e de produção para exportação por habitante do país. Em relação ao quinquênio anterior, o valor da produção aumentará duas vezes no atual (1981-1985).

Escolas para o Terceiro Mundo

A Ilha da Juventude tem 19 escolas com 500 alunos cada, destinadas exclusivamente a receber estudantes do Terceiro Mundo. Eles vêm de países como Angola, Moçambique, Saara Ocidental, Nicarágua, Namíbia, que por estarem na etapa da luta de libertação, ou nos primeiros anos de seu processo revolucionário (e, em geral, submetidos a agressões externas), não podem desenvolver eficientemente o estudo secundário e pré-universitário.

Visitamos a escola da Namíbia, que tem o nome de um mártir da independência, Hendrick Witbooi. Os alunos haviam preparado uma recepção com cantos e danças folclóricas de seu país. Uma das jovens, falando em espanhol, nos dá as boas-vindas e relata a sua vida nessa escola. Mais tarde soubemos que era Adeline Nujoma, filha de Sam Nujoma, presidente da Swapo, o movimento de libertação da Namíbia. Através dela ficamos sabendo que grande parte dos jovens que estudam nesta escola são sobreviventes do massacre de Kassinga, ocorrido no final dos anos 70 no sul de Angola, quando um comando sul-africano invadiu um dos campos de refugiados namibianos.

Depois de percorrer a escola, os jovens teatralizam o massacre, representando o horror que viveram, as mortes de seus familiares, o abandono. E cantam músicas revolucionárias em suas línguas nativas.

Converso com Ayleen, que está em Cuba há sete anos, frequentando essa escola. Conta que não sabe se ainda tem família. De seus parentes mais próximos — que viviam com ela em Kassinga — ninguém se salvou, ou pelo menos não se sabe o seu paradeiro. Dos que haviam ficado no território namibiano nunca soube mais nada; estão isolados pela ocupação sul-africana. Ela pretende ficar em Cuba até terminar o seu curso de medicina. Até lá, espera que a Namíbia já tenha se tornado independente e possa voltar a sua pátria para exercer a profissão. Ayleen fala espanhol, inglês e sua língua materna, o *kwanhama*. Quando chegou a Cuba, tinha 10 anos. Do massacre só lembra que ao ouvir os aviões correu e escondeu-se em um bosque.



Na escola Hendrick Witbooi (acima) estudam os sobreviventes do massacre de Kassinga, que foi teatralizado por eles (abaixo). Ayleen, uma das jovens (à esquerda) não sabe se os seus familiares estão vivos



Federação de Mulheres Cubanas

“A sociedade foi mudando”



A incorporação da mulher à produção foi uma das conquistas da revolução: atualmente, 37% da força de trabalho e 46% dos dirigentes sindicais são mulheres

A Federação de Mulheres Cubanas (FMC) foi fundada em 1960, pouco depois da vitória da Revolução, e atualmente conta com quase três milhões de filiadas, 80% da população feminina com mais de 14 anos. Vilma Espín, dirigente que participou com Fidel e os combatentes do “26 de Julho” na luta armada contra Batista, é a sua presidente. A Secretaria Geral está a cargo de Dora Calcagno.

“Antes da Revolução — explica Dora —, havia poucas organizações de mulheres; as mais importantes eram as do partido marxista e a do ‘26 de Julho’. Em 1960, ia ser realizada uma conferência no Chile e trabalhamos para levar uma delegação unitária de 100 mulheres. Isso foi o embrião de nossa Federação.

“O objetivo fundamental da FMC é apoiar a Revolução, mas também buscar o desenvolvimento

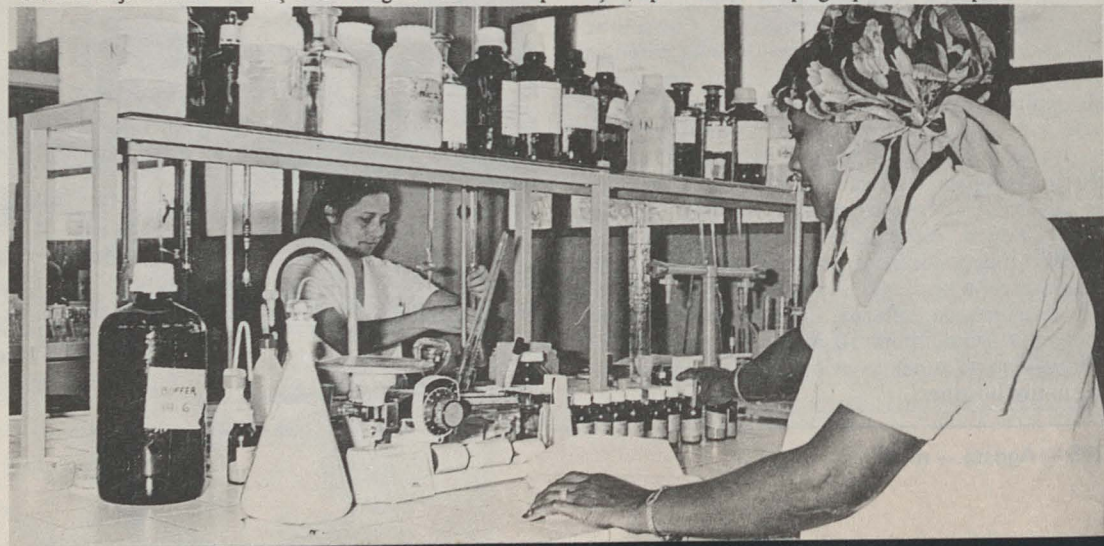
cultural da mulher, uma questão especificamente feminina, já que os mais altos índices de analfabetismo em nosso país ocorriam entre as mulheres. Por outro lado, havia prostituição e era necessário reabilitar essas mulheres. Um trabalho importante em que nos empenhamos também, desde o começo, foi criar creches para as crianças. Outro problema era que existia um setor doméstico sem nenhuma legislação que o protegesse. To-

das elas foram ajudadas a se matricular em escolas, cursos de datilografia etc. Muitas se tornaram funcionárias de bancos.

“Um dos objetivos era integrar a mulher à produção. Apesar do desemprego e do subemprego que havia no país, a mulher foi incorporada ao trabalho. A FMC sempre manteve uma estreita relação com o movimento operário. O Comitê Nacional da Federação pertence à direção da Central de Trabalhadores de Cuba (CTC).

“Houve alguns questionamentos por parte de dirigentes da Revolução, sobre qual o sentido de se criar uma federação de mulheres. Mas lhes explicamos que, dadas as nossas condições de subdesenvolvimento, era necessário trabalhar como federação para tratar dos problemas específicos da mulher. Mas, desde o início, sempre foi claro que os problemas enfrentados pela mulher cubana não de-

“Um dos objetivos da Federação era integrar a mulher na produção, apesar do desemprego que havia no país”



rivavam de atitudes do homem como indivíduo, e sim do sistema.

"Outra das atividades que assumimos desde o começo são as campanhas maciças de vacinação. Rapidamente foram eliminadas a poliomielite e outras doenças que assolavam Cuba nessa época. Criamos as brigadas sanitárias.

"Estruturamos as delegações da FMC nos bairros, nas zonas urbanas e rurais. No início, também foram fundadas delegações nos centros de trabalho, mas com o avanço do movimento sindical, fechamos as delegações fabris da FMC e ficamos trabalhando nos bairros. Nós e os CDR (Comitês de Defesa da Revolução) somos as duas organizações que trabalham nos bairros. O Partido não existe nos bairros, e sim nos centros de trabalho.

"Da Secretaria Geral da FMC dependem as secretarias de Organização, Educação, Saúde e Ideológica. E existe aquilo que chamamos de 'blocos' que reúnem várias delegações. Todas as nossas atividades a esse nível são voluntárias. As mais ativas são as donas-de-casa, porque passam mais tempo no bairro, enquanto que a mulher que trabalha fora tem que cumprir outras tarefas. Depois, temos o 'município', que agrupa vários 'blocos', e as Delegações Camponesas, que são atendidas diretamente pelo 'município', sem se juntar aos blocos. A partir dos municípios, daí para cima, são militantes profissionais."

O Comitê Nacional da FMC tem 111 membros, eleitos por votação direta e secreta, da mesma forma que os comitês municipal e provincial.

As cifras, 26 anos depois

"Para o 4º Congresso da FMC, realizado no ano passado, elaboramos a tese 'A mulher cubana, 25 anos de Revolução'. É uma avaliação daquilo que nos propúnhamos a realizar e aquilo que realmente foi realizado. Algumas cifras satisfazem, outras não.

"Os maiores avanços ocorreram na incorporação da mulher à produção. Em 1959, havia 190 mil mulheres trabalhando: hoje, há um milhão. Destas, 63% são técnicas, a grande maioria com alta qualificação. Do total da força de trabalho do país, 37% são mulheres. Além disso, 46% dos dirigentes trabalhistas são mulheres. Isso demonstra que a mulher cubana provou estar capacitada a dirigir homens; no sindicato, seu trabalho é reconhecido.

"Existe uma comissão coordenadora de emprego, a nível nacional. A prioridade de emprego é para as mulheres que estão sozinhas e com filhos. Não é justo que, nesses casos, essas famílias tenham um nível de vida inferior. O salário médio de uma trabalhadora com essas características é de 184 pesos (equivalente a 184 dólares), mas se du-

1985 - Agosto - nº 81



Dora Calcagno, secretária geral da FMC: "A mulher cubana está capacitada para dirigir homens"

plica com o que todo mundo recebe de benefícios, como o pagamento do aluguel só a 10% do salário do chefe de família, educação e medicina gratuitas etc."

A luta contra o machismo

"No começo, os capatazes e administradores não aceitavam as mulheres. Houve uma luta campal. E no 4º Congresso, constatamos que ainda há administradores que preferem homens nos postos de trabalho. Isso porque temos um sistema de contratação livre do trabalhador, onde a escolha cabe ao administrador. Porém, há mecanismos para que uma mulher, em condição igual ou superior a de um homem, que tenha sido relegada pelo fato de ser mulher, se queixe e seja atendida. Além disso, Cuba ratificou a Convenção da ONU que estabelece que a trabalho igual corresponde igual salário.

"A mulher teve que fazer muito mais esforço que o homem para se impor. A discriminação que ainda subsiste no emprego foi um dos temas mais debatidos no 4º Congresso, do qual o comandante Fidel Castro participou ativamente. Atualmente, temos 21% de mulheres nas assembleias provinciais, 22% na Assembleia do Poder Popular e 11,5% nos órgãos de direção de base. Vinte e um por cento da militância do Partido é constituída por mulheres e há cerca de 17% delas no Comitê Central. No Birô Político, só temos uma membro

terceiro mundo - 47



René David Osés

No 4º Congresso da FMC se decidiu que os pais podem acompanhar seus filhos internados nos hospitais

suplente. No Conselho de Estado de 32 membros, apenas dois são mulheres. (Celia Sánchez e Haydée Santamaría, já falecidas, também eram membros.)

“Avançou-se muito, também, quanto às concepções do papel da mulher e seu comportamento social. Os valores da sociedade foram se modificando e houve avanços a nível familiar. Há, principalmente, uma geração de jovens que incorporou novas concepções. Por exemplo, nos hospitais, antes, falava-se de ‘mãe acompanhante’ e nunca ‘pai acompanhante’. No 4º Congresso, decidimos revisar esse conceito. A partir daí, contatamos a Saúde Pública e agora se podem ver pais acompanhando suas filhas ou filhos internos nos hospitais. Nos ‘círculos infantis’ (como se denominam as creches de crianças em idade pré-escolar) já se vêem pais que vão buscar seus filhos, que participam das discussões. Claro que também ainda há casos de pais que lavam as fraldas dos filhos mas não as estendem porque os vizinhos podem ver...”

“O que é mau para o homem...”

“Outra resolução do Congresso foi incentivar a promoção da mulher a cargos de direção. Nesse ponto, não estamos satisfeitos. Queremos que sejam feitas listas de promoções e que na escala dessas promoções se pense na mulher.

“Houve, por exemplo, um caso em que se pretendeu evitar que uma mulher chegasse a um cargo de direção, porque era uma mãe solteira aos 40 anos. Mas se uma mulher chega aos 40 anos e dese-

ja ter um filho num país onde sabe que a Revolução dará tudo a esse filho, que nunca lhe faltará nada, qual é o problema? Por acaso podíamos saber com quantas mulheres o homem que se candidatava ao cargo tinha mantido relações sexuais? Fidel explicou que o que é mau para o homem, também é mau para a mulher. E que se não é mau para o homem, não é mau para nenhum dos dois. Fez-se uma votação e a candidata teve 100% dos votos.

“Claro que nós não queremos que Cuba fique cheia de mães solteiras. E um dos problemas que enfrentamos é que haja muitas jovens mães solteiras. Mas não porque neste país isso seja um problema moral, mas porque não têm tempo de formar um casal estável, e também, porque um filho, quando o casal é muito jovem, impede-lhes de terminarem seus estudos num país em que todo jovem tem oportunidade de estudar.

“Em Cuba, o divórcio era grátis. Mas agora custa 100 pesos. Aqui não há casamentos por conveniência econômica ou porque a mulher tenha que ser mantida por um homem. Aqui, os casamentos são por amor. Há muitos casamentos e muitos divórcios. O Código de Família estabelece que quem fica com os filhos é aquele que tem melhores condições de mantê-los e educá-los.

“O aborto está legalizado, mas desde que seja feito num hospital. O que as autoridades afirmam em relação à vida familiar é que o casamento deve se consumir quando há responsabilidade para cuidar dos filhos.”

Uma informática dos “subdesenvolvidos”



Os benefícios da computação e da automatização dos processos industriais são aplicados na solução dos problemas econômicos da ilha

Cuba enfrentou o problema da informática, pela primeira vez, em 1966. Assumiu esse desafio quando tentou adquirir alguns equipamentos de computação e se deparou com as portas fechadas a nível internacional. Simplesmente, Washington havia feito circular a advertência de que quem vendesse equipamentos de computação a Cuba seria impedido de manter relações comerciais com os Estados Unidos. Em consequência dessa chantagem, as empresas que se dedicam ao ramo não aceitaram os pedidos de compra de Cuba.

Só foram conseguidos alguns computadores de segunda e terceira geração, considerados obsoletos na França: o “Iris 25” e o “Iris 50”. Com eles começou-se a trabalhar, numa atividade restrita à gestão administrativa, na Junta Central de Planejamento, em projetos de economia ou em estatísti-

González Manet, especialista cubano em informática: “Cuba provou que era possível começar a avançar”

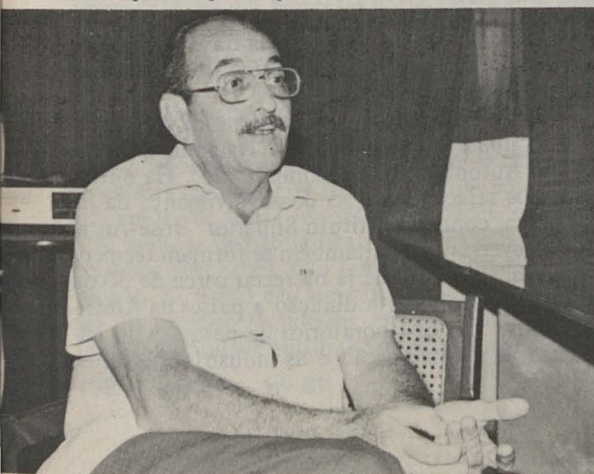
cas. Mas o começo foi, realmente, a decisão de modificar os programas de educação de nível superior e criar carreiras universitárias que fossem capazes de produzir físicos e matemáticos de alto nível, engenheiros de sistemas, programadores etc. E, em particular, de formar homens que pudessem criar equipamentos de informática em Cuba.

De 1966 a 1971, prepararam-se os homens e criaram-se os primeiros equipamentos, o computador conhecido como “CID 201”, do Centro de Pesquisa Digital. Com ele, Cuba tinha construído seu primeiro computador “subdesenvolvido”, em 1971. O interessante é que foi feito com 80 a 85% de componentes cubanos. Paralelamente — e isso é o mais importante —, se desenvolveram as linguagens lógicas (*software*) que iam ser aplicadas às máquinas. Linguagens que utilizam o idioma espanhol e estão dirigidas para os problemas específicos de Cuba no campo da economia e dos serviços.

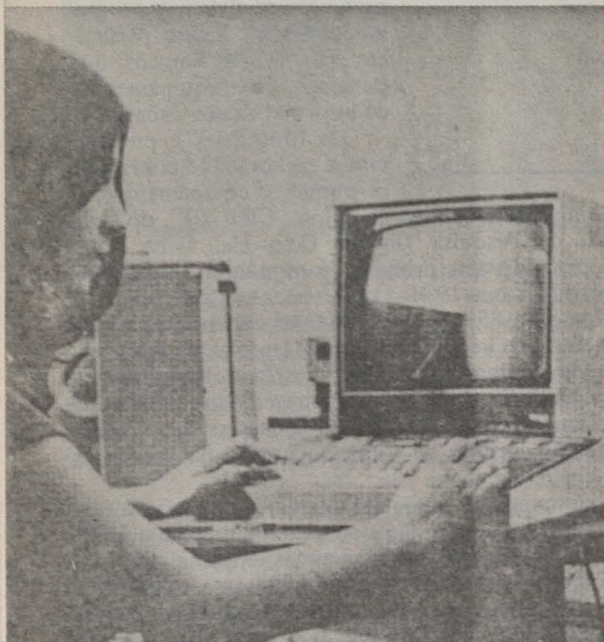
Isso parece quase impossível num país subdesenvolvido. Cuba não podia competir com a IBM, nem com nenhuma das grandes empresas transnacionais da informática, mas provou que podia fazer o suficiente para começar a avançar. Para nós, especialistas, o fato de que isso pôde ser feito por um país não apenas subdesenvolvido, mas também bloqueado, hostilizado e agredido adquiria maior significado. Cuba demonstrava ao resto do Terceiro Mundo que é possível fazê-lo, se existirem suficiente vontade política, capacidade de decisão do governo e unidade social.

Por uma política nacional de informática

A partir de então, foram adquiridos alguns computadores no mundo socialista e ocidental, mas continuamos no caminho do desenvolvimento interno. Daí surgiram outros “CID” até chegar ao “CID 300-10” atual, que é um minicomputador complexo, com uma capacidade de memória de 20 milhões de caracteres. Fomos desenvolvendo programas e contamos com alguns centros de dados,



além de bancos de dados completos. Criaram-se centros de cálculo a nível municipal e outros a nível regional. Ao mesmo tempo, Cuba está construindo um cabo coaxial nacional, que terá, uma vez terminado, ainda nesta década, 1.800 quilômetros de extensão. Sendo Cuba uma ilha comprida e estreita, é fácil imaginar que esse cabo vai ser a coluna vertebral da comunicação automatizada. Teoricamente, haverá condições de operar um engenho de açúcar a partir de Havana. Desenvolveu-se, ao mesmo tempo, a automatização dos processos industriais e já contamos com algumas fábricas, sobretudo os novos engenhos de açúcar, nas quais existem sistemas avançados de controle por computação.



O "CID 300-10", de *design* e fabricação cubana, *software* próprio e memória de 20 milhões de caracteres

Tudo isso permitiu a Cuba ir desenvolvendo o que se pode chamar de uma política de informática, fundamentalmente voltada para a solução dos problemas econômicos e para o desenvolvimento do país. Hoje em dia, os setores fundamentais de aplicação da informática estão no Ministério de Indústria e no de Saúde Pública. Mas, ela já começou a ser utilizada também no Banco Nacional e no Hospital Ameijeiras, onde são feitos diagnósticos por computador de muitas doenças e quadros clínicos. O computador está sendo usado, igualmente, em atividades como transporte, comunicações, desenvolvimento ferroviário etc.

Até 1970, a idéia que existia em termos de informática era a de grandes sistemas. Os minicom-

putadores não eram considerados coisa séria e os microcomputadores ainda nem existiam, pois somente surgiram em 1971. A partir de então, o fato de Cuba poder contar com minicomputação própria — com *design*, material e linguagem próprios — abriu grandes possibilidades para o país e foi, de certo modo, um escândalo técnico, porque houve um avanço num setor que não se considerava importante. Até então, só interessavam os grandes sistemas.

Isso nos deu uma certa experiência, sem dúvida limitada, porque não foi fácil, nas condições de Cuba, lançar-se num empreendimento dessa natureza. Mas o fundamental é que é possível fazê-lo e que os países subdesenvolvidos, como propõe o Movimento dos Países Não-Alinhados, devem procurar criar seus próprios meios, além de contar com a cooperação internacional no sentido horizontal. Ficou provado que realmente se podia avançar, ainda que com passos tímidos e curtos, mas que deram uma enorme segurança a Cuba.

E isso nos permitiu perceber cedo a importância e o caráter que a informática ia adquirir com o passar dos anos. Principalmente, a partir de 1977, data que se pode estabelecer com certa precisão.

Antes de 1977, não se havia registrado nos países da Europa Ocidental qualquer conflito trabalhista em relação à aplicação da informática nos processos de produção. Os primeiros datam da segunda metade daquele ano, mas somente se generalizam de modo mais visível a partir de 1978. A OIT publica em 1980 o relatório *The impact of microelectronics*, de Juan Rada, um especialista chileno exilado em Genebra, que se refere ao impacto da informática sobre o setor de mão-de-obra e emprego. O relatório indica que o primeiro impacto da informática é o desemprego estrutural, maciço e crescente, afetando a produção, a produtividade, a mão-de-obra e a divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, Cuba começou a adquirir uma experiência precoce. E tem hoje, talvez, uma idéia um pouco mais clara do que outros países do Terceiro Mundo sobre a importância da informática e sua aplicação concreta nas tarefas do desenvolvimento social e econômico.

O centro formulador das políticas de informática em Cuba é o Insac (Instituto Nacional de Sistemas de Automatização e Computação). Há outros institutos relacionados ao desenvolvimento da informática, como o Instituto Superior "José Antonio Echeverría", onde também se formam técnicos e especialistas. O Insac já ofereceu cerca de 30 ou 40 programas de curta duração a países da América Latina. Mas os laboratórios de pesquisa do Ministério de Comunicação e as indústrias hidrome-

cânicas também fazem trabalhos desse tipo, ao mesmo tempo em que se desenvolvem sistemas e técnicas de cristais.

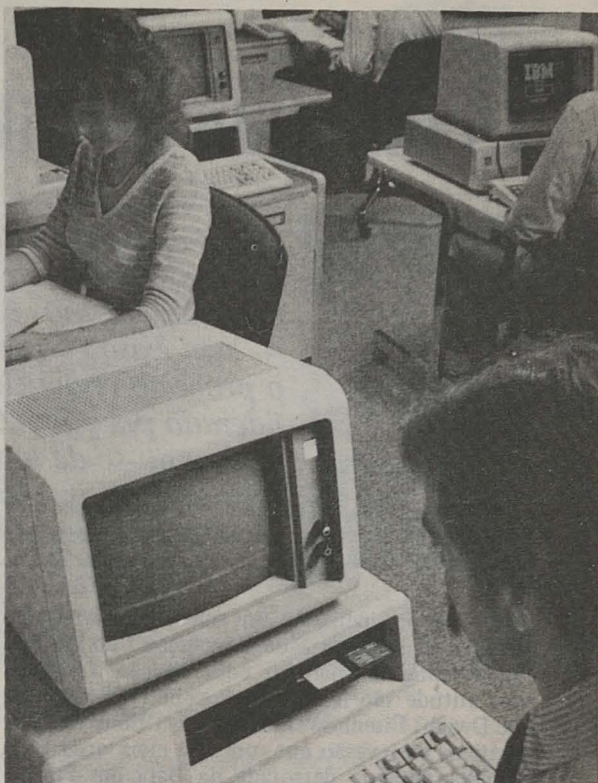
Essa visão global que Cuba tem do fenômeno da informática é muito promissora para o desenvolvimento de nosso país, inclusive porque também existem perspectivas de exportação do computador "CID 300-10". Cuba não está competindo com ninguém nessa área; trata-se simplesmente de projetos de colaboração com alguns países, como a Nicarágua, aos quais fornece equipamentos.

O exemplo do Brasil

Os governos latino-americanos estão apenas começando a se dar conta de que caíram numa armadilha. A melhor demonstração disso foi dada pelo Brasil, ao aprovar uma Lei de Informática, em meio a uma intensa luta de classes e de interesses nacionais e estrangeiros. Qual a questão fundamental estabelecida por esta lei? Uma moratória de oito anos para a importação de qualquer tipo de tecnologia de informática, visando a preservar o mercado para as empresas brasileiras. É muito difícil que uma empresa de um país subdesenvolvido possa competir com a IBM, a ITT, a Control Data ou a Xerox. E é muito difícil também que, uma vez instalados esses equipamentos e sistemas num país, possam ser reorientados de acordo com uma função de utilidade pública. A Lei de Informática do Brasil está especificamente orientada não só para a defesa do mercado como também para a defesa da soberania e da identidade cultural.

Uma das restrições que a lei estabeleceu foi o controle dos bancos de dados estrangeiros, assim como da transferência de dados do Brasil para os Estados Unidos. Os países subdesenvolvidos são exportadores de dados em bruto e importadores de dados processados. Calcula-se que, em 1984, o mercado da venda de dados atingiu cerca de 20 bilhões de dólares, principalmente dos Estados Unidos para países da Europa Ocidental.

As pressões contra a aprovação da lei foram tremendas, tanto que, no dia seguinte à aprovação, os representantes das empresas norte-americanas IBM, Texas Instruments, Hewlett Packard e Control Data anunciaram que sairiam do Brasil com todo o seu pessoal. Quem estava no poder era ainda o general João Figueiredo e, embora tenha vetado cerca de 30 ou 40 artigos, a lei continuava sendo positiva, porque expressava uma posição de defesa dos interesses nacionais. O Brasil não é um país pequeno: apesar de todas as suas dificuldades, com seus 130 milhões de habitantes e todos os seus enormes recursos potenciais, não pode ser facilmente manipulado. O Brasil deu uma lição exemplar aos países do Terceiro Mundo em termos da luta pela defesa da identidade cultural e da soberania nacional.



IBM: o gigante transnacional sofre o seu primeiro revés

Em maio de 1984, realizou-se na Colômbia um seminário regional sobre informática e soberania, organizado pelo Escritório Intergovernamental de Informática, do qual participaram 14 países. As conclusões do seminário foram reunidas num documento denominado "Reflexões de Cali", que criticava direta e nominalmente os Estados Unidos como um dos principais fatores do controle monopolista transnacional da informática a nível mundial. O documento afirmava que o objetivo essencial dos países da América Latina deve ser o de estabelecerem contatos entre si para uma estreita cooperação, em função dos respectivos interesses nacionais.

O resultado da reunião se traduziu de fato numa tomada de consciência sobre a importância política da informática, num confronto com as grandes corporações transnacionais norte-americanas. Isso pode ter importância para o futuro da informática na América Latina, na medida em que nossos países comecem a se dar conta de que é preciso tomar decisões políticas a nível de Estado e comecem a dar passos realmente decisivos nesse novo campo, que, desde o início, esteve quase que totalmente monopolizado pelo imperialismo norte-americano. (Enrique González Manet)

25 anos de hostilidades



De Eisenhower a Reagan, seis presidentes norte-americanos têm insistido — sem êxito — em desestabilizar o processo revolucionário liderado por Fidel Castro utilizando-se de todos os meios, da invasão à tentativa de assassinato.

Seis presidentes e um quarto de século depois da vitória da Revolução Cubana, Washington mantém com relação a Havana uma atitude tão hostil quanto em 1960, ano em que Dwight Eisenhower autorizou o início dos preparativos da invasão que, um ano mais tarde, seria humilhantemente derrotada na Baía dos Porcos. Mas as ameaças e as perseguições promovidas pela administração Reagan nesta década refletem uma agressividade ainda mais perniciososa e perigosa do que a que caracterizou o comportamento dos Estados Unidos na década de 60.

A Revolução Cubana era então jovem e vulnerável, confrontada com forças políticas e sociais hostis no plano interno. Deixando de lado aspectos legais e éticos, querer destruí-la era, à época, um projeto realista, compreensível no quadro das relações históricas de dominação entre os Esta-

dos Unidos e as nações da América Latina e do Caribe.

Já nesta década de 80, a agressão se dá contra uma revolução consolidada, contra um governo institucionalizado e um comando político reconhecido e respeitado pela comunidade de nações. As agressões concretas e retóricas atuais demonstram uma ignorância deliberada das experiências bilaterais e de seu impacto sobre os interesses reais dos Estados Unidos no mundo.

Eisenhower-Nixon (1958-1960)

A hostilidade de Washington diante da revolução precede inclusive a vitória do exército rebelde. Em 1958, a CIA promoveu uma operação visando a impedir o acesso de Fidel Castro ao poder. O apoio de Washington ao cambaleante regime de Fulgencio Batista se manteve até o seu colapso. A 3 de novembro de 1958, o secretário de Estado John Foster Dulles e sua esposa jantavam com o embaixador de Cuba em Washington, num gesto de apoio que a imprensa de Havana intitulou "Dulles brinda a Batista".

Em 1959, criou-se na Casa Branca um grupo especial de assessores dedicado à "questão cubana", presidido pelo vice-presidente Richard Nixon em colaboração com Allen Dulles, diretor da CIA e irmão do secretário de Estado. Juntos, eles conven-

A revolução cubana sofreu a hostilidade dos EUA desde a época em que Fidel estava em Sierra Maestra





Lyndon Johnson (esq.), assim como Kennedy, tentou várias vezes eliminar Fidel Castro utilizando exilados cubanos em Miami. As fracassadas conspirações causaram sérios danos à população da ilha (direita)

ceram Eisenhower da necessidade de “eliminar Castro e seu governo comunista o mais rápido possível”. Em abril de 1959, durante a primeira visita oficial de Castro aos Estados Unidos, Nixon, depois de reunir-se com o dirigente cubano, redigiu um relatório recomendando que “exilados cubanos sejam treinados e armados como força de reserva, em caso de necessidade de expulsar Castro do poder”.

A deterioração das relações foi vertiginosa. As reformas econômicas da revolução afetaram, imediatamente, as propriedades norte-americanas. No primeiro ano da revolução, nacionalizaram-se hotéis, plantações, engenhos de açúcar e refinarias de petróleo norte-americanos. Em represália, Eisenhower cancelou a quota de açúcar em julho e impôs o embargo econômico em outubro de 1960. Já nesse ano, Cuba recebia quase todo o petróleo da URSS, em substituição ao abastecimento interrompido pelos Estados Unidos. Em 1958, 70% do comércio externo cubano era com os Estados Unidos; em 1961, ele se reduziu a menos de 5%.

A ruptura de relações econômicas privou Washington de um dos principais instrumentos de influência e coerção que sempre usou na América Latina. Quando a União Soviética decide preencher o vazio econômico deixado pelos Estados Unidos, garante a sobrevivência da revolução e frustra o impacto da agressão econômica. A Washington só restou, como instrumento de influên-

cia, o uso mais ou menos seletivo do terrorismo, da conspiração e da força militar.

Os métodos adotados por Washington na administração de Eisenhower são ilustrativos. Em setembro de 1960, enquanto Castro assistia à Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, um funcionário da CIA e outro do FBI se reuniam com o *gangster* Johnny Rosselli para avaliar a viabilidade de diversos complôs para assassinar o chefe de estado cubano. As tentativas de assassinato continuaram sem interrupção durante a presidência de Kennedy e as duas administrações de Johnson. Os truculentos detalhes dessas operações alucinantes — frustradas às vezes pela sorte e às vezes pela eficácia dos serviços de segurança interna de Cuba — tornaram-se públicos nas investigações presididas pelo senador Frank Church, em 1975.

Kennedy-Johnson (1960-1963)

Durante a campanha eleitoral de 1960, Nixon e Kennedy competiam pelo voto conservador, acusando-se mutuamente de “brandura com os comunistas”. A poucas semanas de ser nomeado pelo seu partido, o candidato democrata recebeu um relatório especial, preparado por Allen Dulles, que o informava dos planos de invasão já bastante avançados e das tentativas também em marcha de liquidar o comando político em Cuba.

Os preparativos de invasão já não eram um se-

greto. Kennedy, entusiasmado pelos eufóricos relatórios anunciando o sempre iminente levante anticomunista, deixou que os planos seguissem seu curso e incumbiu seu irmão mais moço, Robert, de supervisionar as operações.

Castro, porém, não descartou logo a possibilidade de uma mudança política. "Não temos ressentimentos quanto ao passado. Uma retificação da política dos Estados Unidos em relação a Cuba nos alegrará, mas esperamos fatos e não palavras" — disse, na época, o líder cubano.

Kennedy não cancelou a invasão. Em 16 de abril de 1961, cerca de 1.350 exilados treinados e armados pela CIA partiram da Nicarágua em aviões e navios fornecidos pelos Estados Unidos. O povo cubano os estava esperando. Em menos de 72 horas, a aventura havia terminado, com um saldo de 150 invasores mortos e 1.200 prisioneiros.

Essa derrota, conhecida como a Baía dos Porcos, não desanimou os projetos de Washington de liquidar a revolução e seus dirigentes. Pelo contrário, se tornou mais importante ainda "derrubar o exemplo cubano" na América Latina.

O novo plano de operações, denominado *Mongoose*, foi elaborado em fins de 61 e aprovado pelo presidente Kennedy em janeiro de 62. Referindo-se a *Mongoose*, Robert Kennedy disse: "É a prioridade nº 1 deste governo e não se deve poupar tempo, dinheiro, esforço ou recursos humanos na sua realização". Mas ninguém em Washington imaginava que *Mongoose* pudesse desembocar num confronto nuclear com a União Soviética.

A crise dos mísseis (outubro de 1962)

O episódio da Baía dos Porcos fortaleceu a revolução e ajudou a consolidar a liderança de Fidel Castro. Mas também pôs em evidência a vulnerabilidade do processo diante de um ataque direto de efetivos dos Estados Unidos.

Em meados de 62, Cuba e URSS decidiram instalar mísseis armados com ogivas nucleares de curto e médio alcance, e 20 mil efetivos de combate soviéticos na ilha caribenha, a 90 milhas dos Estados Unidos. A manobra, detectada em agosto e setembro pelos vôos dos aviões de reconhecimento U-2, alterava, substancialmente, o equilíbrio estratégico global e dissolvia, da noite para o dia, um século de hegemonia militar norte-americana no Caribe.

Sobre o ocorrido entre 16 e 28 de outubro de 1962 entre os Estados Unidos e a URSS, existem vários relatos. O acordo Kennedy-Khrushchev, que pôs fim à crise, nunca foi precisamente definido. Basicamente, a URSS retira seus mísseis e tropas, e se compromete a não instalar em Cuba armamentos de caráter ofensivo, e, *quid pro quo*, os Estados Unidos se comprometem a não utilizar

seu poderio militar direto em ações que visem a derrubar o governo revolucionário.

Entre esses dois extremos, descartados no quadro dos acordos de 1962, ficou uma ampla faixa de ações mais ou menos toleradas, sempre ao preço de manter permanente a hostilidade entre Cuba e os Estados Unidos.

A partir de outubro, *Mongoose* foi desativado. Durante vários meses foram suspensas as ações de grande alcance. O conjunto da política para Cuba foi avaliado à sombra dos mísseis de outubro. Em junho de 63, Kennedy aprovou o novo plano de ação. A esse respeito, disse Robert Kennedy: "Apesar de não acreditarmos que nossas ações possam derrubar Castro, temos que continuar a fustigá-lo...". O novo plano não procuraria provocar uma insurreição e eliminar o governo revolucionário; se limitaria, em vez disso, a "alimentar um espírito de resistência e indiferença, que pudesse levar a deserções importantes e à instabilidade interna". Não foram interrompidos, contudo, os planos ainda em marcha, sob a condução da CIA, para assassinar Fidel Castro.

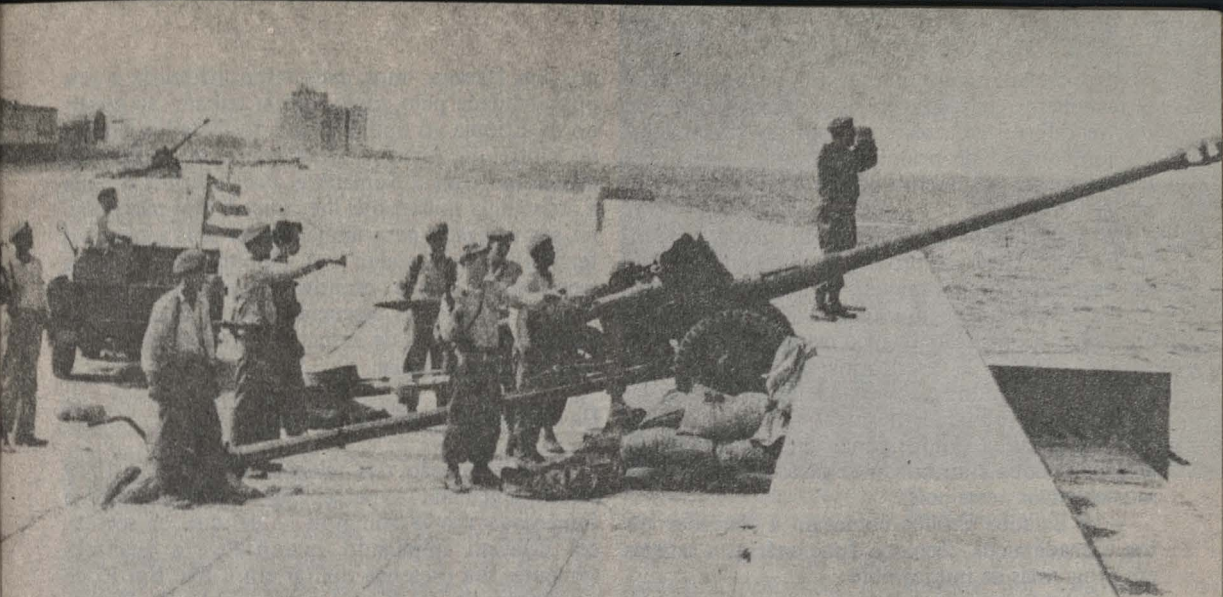
Mas a crise de outubro injetou, pela primeira vez, uma dose de sobriedade em alguns dos assessores presidenciais, que recomendaram que se tentasse "algum tipo de arranjo" com o dirigente cubano. Kennedy concordou e William Atwood, designado para representar os Estados Unidos na ONU, manteve conversações com funcionários cubanos. Em 18 de novembro de 1963, segundo Atwood, informou-se a Cuba que os Estados Unidos estavam prontos para iniciar negociações formais. Quatro dias depois, um agente da CIA em Cuba, cujo codinome era *Am Lash*, recebia uma caneta especial para envenenar Castro. Nesse mesmo dia, Kennedy era assassinado em Dallas. A operação *Am Lash* não foi interrompida até 1965, dois anos depois que Lyndon Johnson se instalou na Casa Branca.

Johnson-Humphrey (1964-1968): contenção e hostilização

A Aliança para o Progresso, lançada por Kennedy em 1961, começou a ter efeitos visíveis sob a presidência de Johnson. Seus três componentes essenciais (desenvolvimentismo, contra-insurreição e intervenção direta) foram também os pilares da política de contenção em relação a Cuba.

Enquanto se fundava o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se desembolsavam bilhões de dólares em assistência econômica bilateral, mais de 10 mil oficiais e suboficiais dos exércitos da América Latina faziam cursos de contra-insurreição patrocinados pelo Pentágono.

A CIA, por seu lado, aumentava, drasticamente, suas atividades no hemisfério, se infiltrando em



Durante quase 20 anos, os cubanos viveram com os olhos no mar, esperando uma nova invasão

governos, comprando ministros, criando e destruindo partidos políticos, sindicatos e organizações estudantis.

“As nações da América não podem nem devem permitir — e não permitirão — o estabelecimento de outro governo comunista neste hemisfério...” — disse Johnson em 2 de maio de 1965, justificando o envio de 23 mil *marines* à República Dominicana.

De Nixon a Carter (1968-1980)

A “carta chinesa” de Kissinger, jogada em 1972 com a espetacular visita de Nixon à República Popular da China, e o avanço gradual da “distensão” entre Washington e Moscou alimentaram esperanças de que o novo clima se estendesse também às relações com Cuba.

Mas o único avanço nas relações bilaterais, durante o governo de Richard Nixon, foi a concretização de um acordo para combater a pirataria aérea. Um sequestro, no qual os piratas aéreos ameaçaram explodir o avião sobre uma usina nuclear na Flórida, impôs o diálogo entre ambos os governos.

Gerald Ford (agosto 1974 — janeiro 1977)

Henry Kissinger sobreviveu ao escândalo de Watergate. O afastamento de Nixon eliminou este obstáculo pessoal à busca de caminhos de aproximação com Cuba. A premissa de Kissinger era de que existiam condições para promover o enfraquecimento da aliança cubano-soviética, usando como trunfo os benefícios econômicos que traria a Cuba uma normalização das relações com os Estados Unidos.

Em novembro de 1974, Kissinger propôs, secretamente, a Cuba o início de conversações diretas. Castro enviou dois representantes à série de encontros que duraria um ano. Era a primeira oportunidade de revisar a fundo o extenso temário acumulado durante 15 anos de silêncio. O embargo, a compensação por bens expropriados, o *status* de Guantánamo, presos políticos e reunificação de famílias foram alguns dos temas discutidos.

Kissinger fez concessões simbólicas, mas significativas. Eliminou certas restrições ao comércio entre Cuba e sucursais de transnacionais norte-americanas, forçado em parte pela decisão do governo argentino de vender “Ford Falcons” a Cuba. Os Estados Unidos também votaram na OEA a favor do levantamento parcial das sanções contra Cuba.

O envio de assessores, equipamento e efetivos militares cubanos a Angola fez com que Ford e Kissinger suspendessem as conversações e congelassem a aproximação. Em fevereiro de 1976, Ford qualificou a ação cubana de “ato de flagrante agressão” e acusou Castro de ser um “bandido internacional”.

As relações se tornaram abertamente hostis quando, em 1976, dois ataques terroristas executados por exilados cubanos resultaram no afundamento de um barco pesqueiro e de um avião comercial cubano, deixando um saldo de mais de 70 mortos.

Carter (1977-1980)

Com a ascensão de Carter à Presidência em janeiro de 77, reatou-se o diálogo. Carter suspendeu, imediatamente, os vãos de reconhecimento sobre Cuba, e informou a Castro que a retirada

das tropas de Angola não seria pré-condição para o reatamento das conversações. Castro, por sua vez, se referiu a Carter com espírito conciliador: "É um homem de princípios morais, com quem se poderia talvez pôr fim a duas décadas de hostilidades".

As negociações começaram em março, em Nova Iorque e tiveram prosseguimento em Havana. Os resultados foram rápidos e concretos:

- a assinatura de um acordo sobre zonas pesqueiras e cooperação técnico-científica, em abril;
- a criação de escritórios de representação: nos Estados Unidos, sob a bandeira tcheco-eslovaca; em Cuba, sob bandeira suíça;

- os Estados Unidos cancelam a proibição de viagens a Cuba e autorizam o gasto de divisas por seus cidadãos nesse país;

- os Estados Unidos começam a conceder vistos a acadêmicos, técnicos, funcionários e artistas em programas de intercâmbio;

- Cuba anuncia que acatará o acordo sobre pirataria aérea, formalmente caduco;

- Cuba põe em liberdade cerca de quatro mil presos políticos, inclusive vários cidadãos dos Estados Unidos;

- os Estados Unidos libertam vários presos políticos nacionalistas porto-riquenhos;

- Cuba abre o diálogo com a "comunidade cubana no exílio";

- Cuba promove uma série de visitas de empresários, acadêmicos, intelectuais e esportistas, estimulando a plena normalização de relações.

Durante o primeiro ano da administração Carter, chegou-se, segundo alguns funcionários que participaram do processo, ao que denominaram o ponto mais avançado na busca de uma relação de novo tipo entre os Estados Unidos e o resto da América: negocia-se a versão final do tratado Torrijos-Carter e tem início a intensa movimentação para a sua aprovação no Senado; e Washington hostiliza as ditaduras do Cone Sul e da América Central por suas políticas repressivas reduzindo ou cancelando programas de assistência econômica e militar, e se identificando com os processos reformistas de tendência social-democrata.

A lua-de-mel durou menos de um ano. Em janeiro de 1978, Cuba envia cerca de 20 mil homens à Etiópia, no que Washington qualificou de "estreita coordenação" política e militar com a URSS. Novamente, as respectivas políticas dos Estados Unidos e de Cuba na África interrompem a aproximação bilateral.

Os que defendiam a normalização de relações no Departamento de Estado e no Conselho Nacional de Segurança ficaram na defensiva e desarmados diante da reação da ala dura da administração. Wayne Smith, que havia sido nomeado encarregado do escritório de representação dos Estados Uni-

dos em Havana, anos mais tarde atribuiria a responsabilidade pelo apoio militar cubano ao governo da Etiópia ao oportunismo dos Estados Unidos no chifre da África. "Deveríamos ter sido mais cautelosos com a Somália e assegurar-nos de que a assistência militar que lhe concedemos não poderia ser utilizada para alimentar as suas aspirações territoriais no Ogaden". A comunidade africana reconheceu que a ofensiva somali no Ogaden violava o critério, essencial para a manutenção da paz na África, de respeito às fronteiras herdadas da época colonial.

Da distensão à beira do abismo

A deterioração das relações em 1978 e 1979 esteve vinculada à percepção — maliciosamente fomentada em Washington — de que os soviéticos estavam ampliando, quantitativa e qualitativamente, sua presença militar em Cuba. Em 15 de novembro de 1978, o Departamento de Estado anunciou que Cuba havia recebido 20 aviões MIG 23 e que os Estados Unidos retomariam os vãos de reconhecimento sobre o território cubano. Os MIG 23, segundo as fontes de inteligência militar dos Estados Unidos, eram adaptáveis ao transporte de armas nucleares e "violavam o acordo Kennedy-Kruchev de 1962".

1979 foi um ano de especial importância para a diplomacia cubana, que preparava a Sexta Reunião de Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados. Washington atribuiu considerável importância à ascensão de Castro à presidência do movimento. A estratégia dos Estados Unidos consistiu em dar a máxima publicidade ao suposto aprofundamento das relações militares soviético-cubanas, a fim de contribuir para criar uma imagem de Cuba como país alinhado e dependente da URSS, e enfraquecer a sua posição dentro do movimento.

Washington anunciou a criação de uma *Joint Task Force* ou "Força de Tarefa Conjunta" para o Caribe, sediada em Key West, Flórida, e começou manobras aeronavais e de desembarque com 1.800 *marines* na zona da base de Guantánamo, provocando uma onda de protestos de Cuba, Jamaica, Guiana, Santa Lúcia e Granada.

O êxodo de Mariel (abril-junho 1980)

Entre os temas de interesse bilateral cubano-norte-americano, a regulação do fluxo de pessoas para fora e para dentro de Cuba é talvez um dos mais importantes. Da Flórida, mais de meio milhão de cubanos mantêm ainda relações com seus familiares na ilha. A relativa prosperidade econômica, acentuada pelos efeitos do embargo econômico, exerce uma atração magnética sobre setores sociais importantes em Cuba.

A impossibilidade de manter um fluxo “normal” com a ausência de relações e a mútua hostilidade contribuíram para criar um impulso migratório sem precedentes. A pressão acumulada, detonada por fatores conjunturais, explodiu em abril de 1980, quando, em poucos dias, 10 mil cubanos se asilaram na embaixada do Peru em Havana, exigindo sair do país. Em menos de dois meses, estimulados pelas autoridades cubanas, 114.475 refugiados ingressaram nos Estados Unidos.

O êxodo em massa produziu complexos problemas políticos para Carter, contribuindo para a sua derrota para Ronald Reagan. O fracasso da campanha de Richard Stone, senador democrata pela Flórida, colaborou para que os republicanos se apoderassem do Senado.

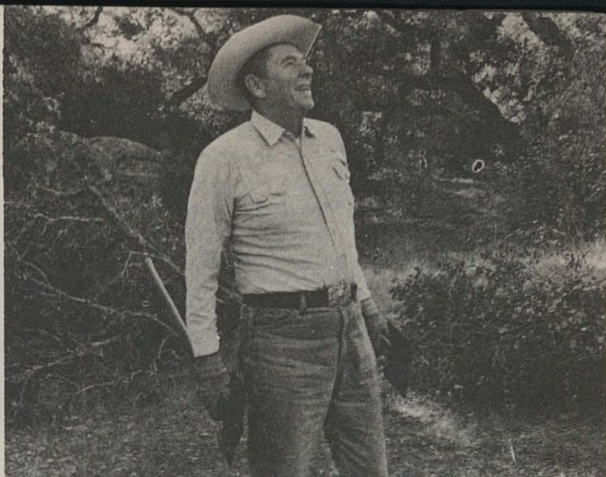
Durante 1980, enquanto Carter se debatia entre os castigos humilhantes do aiatolá Komeini, uma economia doméstica cada vez mais fora de controle, e as acusações de fraqueza e impotência provenientes de Reagan e Bush, os ideólogos e tecnocratas da direita redigiam os “documentos de orientação” para a nova administração republicana.

Em Santa Fé, Novo México, um grupo de militares e acadêmicos preparava recomendações para a América Latina e o Caribe. As gestões de Carter demonstravam — segundo eles — que com Cuba não se podia negociar. A bem-sucedida “ofensiva cubano-soviética na América Central” exigia respostas firmes e decisivas. O “Documento de Santa Fé”¹ pedia medidas urgentes, claramente “punitivas”, contra Cuba, que devia ser “castigada” por seu comportamento.

Em Washington, outro grupo de especialistas em inteligência, o “Consórcio para o Estudo de Inteligência”, redigia oito volumes de análise e recomendações para a nova década. Entre elas, a reativação e legitimação das ações clandestinas no Terceiro Mundo, especialmente na América Central e no Caribe. No Pentágono e nos *War Colleges*, se elaboram novas concepções para a condução de “guerras de baixa intensidade” e se propõem unidades de infantaria mais leves e de rápido deslocamento, projetadas para guerras de contra-insurreição.

Reagan (1981-1985)

A política de Reagan para Cuba tomou forma sob a condução de Alexander Haig. O ponto de partida foi a difusão do *White Paper* visando a demonstrar “que a insurreição em El Salvador havia sido gradualmente transformada num caso arquetípico de agressão armada indireta dos poderes co-



Reagan resolveu transformar Cuba em um bode expiatório de todos os problemas da Casa Branca no Caribe

munistas através de Cuba”. O documento foi amplamente difundido na Europa por Lawrence Eagleburger e, na América Latina, pelo general Vernon Walters, numa frenética busca de apoio entre os “aliados”. A gestão foi um fracasso. O *White Paper* foi desacreditado. Os documentos, em boa medida, não eram mais do que distorções e falsificações. Os europeus e os latino-americanos manifestaram um ceticismo quase total.

Mas a administração em Washington não se deu por achada: aumentou a pressão contra Cuba em todas as frentes. Haig estimulou rumores no sentido de que “os Estados Unidos estavam dispostos a tomar medidas de caráter militar” contra a ilha para “eliminar a fonte de todos os problemas na América Central e no Caribe”. Moveram-se novas operações paramilitares contra a ilha a partir da Flórida, onde os campos de treinamento foram reabertos com o duplo objetivo de preparar “contras” nicaraguenses e cubanos anticomunistas.

A “guerra de nervos” partia da premissa de que outras administrações não haviam feito uso de todos os mecanismos de pressão à disposição dos Estados Unidos contra Castro. Os especialistas discordavam radicalmente. “As ameaças” — disse Wayne Smith — “nunca tiveram efeito com Castro, ao contrário, geralmente foram contraproducentes”.

Em menos de um ano, o ambiente de hostilidade mútua provocou a crise mais séria nas relações desde outubro de 1962. Em fins de outubro de 81, os cubanos estavam convencidos da iminência de uma invasão ou ataque aeronaval contra a infraestrutura econômica e militar da ilha. As Forças Armadas Revolucionárias e as Milícias foram postas em estado de mobilização geral. A URSS enviou uma parte de sua frota ao Caribe e os Estados Unidos puseram em estado de alerta diversos componentes de seu aparato militar em torno da área.

¹ Ver *cadernos* nº 38, novembro de 1981.

Em 9 de novembro, a situação havia chegado a um nível de tensão tal que o "Pravda" advertiu os Estados Unidos a "se conscientizarem das perigosas consequências que "o início de ações militares contra Cuba" poderia acarretar. A resposta cubana foi simples: não fazer concessões sob pressão e preparar-se para um conflito armado direto.

Washington, Cuba, Malvinas, Granada

A crise de outubro de 1981 sensibilizou um setor importante do Congresso, que se mobilizou exigindo cautela e promovendo a busca de uma certa distensão. O perigo de um conflito armado das superpotências no Caribe motivou também a ação de outros governos regionais. Em fevereiro, o presidente López Portillo, do México, fez um chamado a diálogos paralelos e simultâneos entre Cuba e os Estados Unidos, e entre todas as partes em conflito no Caribe e na América Central.

Respondendo às pressões internas e externas, a administração autorizou as reuniões de Alexander Haig e Carlos Rafael Rodríguez no México, e, posteriormente, entre Vernon Walters e Fidel Castro, em Havana. As conversações deram lugar a especulações sobre um descongelamento nas relações. Wayne Smith afirma que a administração ignorou e rejeitou sistematicamente as ofertas de negociação e diálogo apresentadas por Havana e que as posições de Haig e Walters foram redigidas para serem rechaçadas.

A Casa Branca voltou a insistir em sua política de isolar Cuba, diplomaticamente, do resto da América Latina e, em particular, do Caribe de língua inglesa. A diplomacia e os serviços de inteligência de Washington se empenharam em aguçar tensões. Conseguiram que a Jamaica rompesse relações com Cuba e incitaram conflitos já existentes com a Colômbia, a Venezuela e o Panamá. Ao mesmo tempo, coincidindo com mudanças de governo de tendência direitista nos ministérios do Caribe Oriental, Washington fomentou distanciamentos, oferecendo dólares e comércio às economias em bancarrota.

O breve e limitado êxito da campanha de isolamento de Cuba foi interrompido, bruscamente, com o alinhamento de Washington com Londres na guerra das Malvinas. Embora Washington tenha obtido acesso a uma base aeronaval no Atlântico Sul, seus prejuízos diplomáticos na América Latina foram e continuam sendo substanciais.

A ofensiva de Washington contra Cuba no governo Reagan foi concebida globalmente. Constantine Menges, um funcionário de alto nível da CIA, atualmente assessor de Robert McFarlane no Conselho Nacional de Segurança, propôs desencorajar o ativismo internacional de Cuba, "elevan-

do os seus custos onde quer que ele se manifeste".

Nesse sentido, a política de Washington em relação à África do Sul, de estímulo à ocupação da Namíbia e a suas incursões em Angola, assim como o apoio político e logístico a Jonas Savimbi (o líder do grupo contra-revolucionário angolano, Unita), foram também elementos de agressividade contra Cuba. Mas essas pressões não satisfaziam às aspirações de Washington, que procurava, desde 1981, uma oportunidade que permitisse "atingir Castro onde lhe doa...". Granada, desestabilizada por Washington durante quatro anos, apresentava uma oportunidade que a equipe de Reagan não deixaria de aproveitar.

Para a administração Reagan, a invasão e ocupação de Granada foi essencialmente uma operação militar e política contra Cuba e a União Soviética, e teve, para Washington, objetivos militares e propagandísticos, tanto para consumo interno como internacional.

A Fundação Heritage, um *think tank* (grupo de estudo) ultraconservador de Washington que se comportou como o *alter ego* da ala mais dura da Casa Branca desde 1981, tornou público a menos de 24 horas da invasão, um extenso documento analisando as razões da ação militar em curso. "Os Estados Unidos" — diz o documento da Heritage — "advertiram Moscou e Havana que terminaram os dias em que ficávamos de braços cruzados, olhando como soviéticos e cubanos subvertiam as nações deste hemisfério". E acrescenta o documento: "Os Estados Unidos responderão, ajudando a restaurar a ordem em seu quintal, quando assim o solicitarem as nações democráticas da região".

A perspectiva da Fundação Heritage foi adotada oficialmente no "Relatório preliminar sobre Granada", elaborado conjuntamente pelo Departamento de Estado e o Pentágono, e tornado público pouco antes do Natal de 1983.

A cobertura informativa da invasão de Granada, controlada pelo Pentágono durante a crítica primeira semana, pintou, sistematicamente, uma imagem de conflito dos Estados Unidos com Cuba e não com uma das menores nações do mundo. Esse "quadro de referência" foi aceito sem questionamentos sérios, tanto pelos meios conservadores e liberais, e pelos democratas e republicanos no Congresso, quanto pela opinião pública.

A ação em Granada fez temer um ataque direto a Cuba e Nicarágua e uma intervenção em El Salvador. Isso não ocorreu porque talvez a oportunidade ainda não se tenha apresentado.

Em Granada, pela primeira vez em 25 anos de hostilidades, soldados norte-americanos enfrentaram civis e militares cubanos. Ali morreram 45 granadenses, 24 cubanos e 18 norte-americanos. (Gino Lofredo)



Nachwey/Black Star

“Contras”, cujas bases estão na Costa Rica, socorrem um ferido em combate

A neutralidade perdida

A crescenté militarização e a constante submissão aos interesses de Washington desmentem na prática o apoio de Monge a Contadora

“Temos defendido que todos os assessores militares e de segurança estrangeiros saiam da América Central, qualquer que seja a sua nacionalidade e qualquer que seja o pretexto ideológico para se intrometerem nos assuntos centro-americanos”.

(Luis Alberto Monge, na inauguração da Conferência dos Chanceleres da Europa Ocidental, América Central e do Grupo de Contadora, em setembro de 1984, na Costa Rica)

Durante o mês de maio de 1985, chegaram à Costa Rica 24 assessores militares norte-americanos, procedentes do Comando Sul do exército norte-americano na Zona do Canal do Panamá,

para ministrar um curso denominado “Contra-insurreição e desenvolvimento” a cerca de 800 membros da Guarda Civil costarriquenha. Os “boinas verdes”, de acordo com o porta-voz do Pentágono, Fred Laster, treinam uma “força de reação rápida” num curso básico de três meses, que inclui habilidades militares gerais, orientação, patrulhas e mobilização em áreas montanhosas.

O lugar onde está se realizando o treinamento, a fazenda “El Murciélagos” (O Morcego), apropriada ao ditador nicaraguense Anastasio Somoza, a 20 quilômetros da fronteira com a Nicarágua, no departamento de Guanacaste, tinha se transfor-

mado, anteriormente, numa base militar sob a supervisão de engenheiros militares norte-americanos, que orientavam a construção de acampamentos e barracas.

Segundo declarações de funcionários norte-americanos, as “forças de reação rápida”, equipadas como unidades de combate com fuzis M-16, metralhadoras, morteiros e armas antitanques, continuariam fazendo parte, formalmente, dos nove mil efetivos da Guarda Civil costarriquenha.

Preparando o terreno

A criação das “forças de reação rápida” marca o ponto

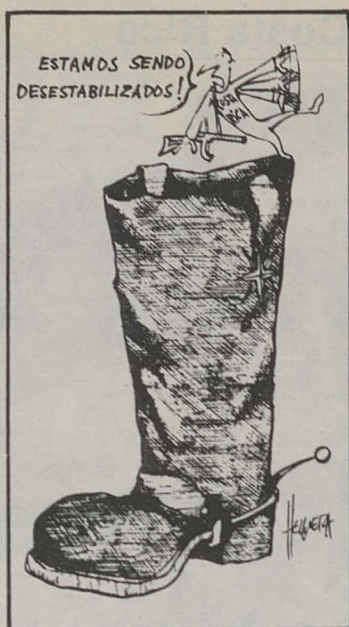
terceiro mundo - 59

final de uma longa história em que a Costa Rica era o único país latino-americano sem exército¹.

Com a vitória da revolução sandinista, em 1979, e com a chegada ao poder do presidente norte-americano Ronald Reagan, em 1981, a Costa Rica começou a desempenhar um papel determinante na estratégia norte-americana em relação à Nicarágua. Seu território se tornou indispensável ao desencadeamento de ações militares contra os principais centros agropecuários e industriais nicaraguenses, já que a longa faixa fronteira permite a concentração de milhares de homens para submeter a revolução sandinista a uma guerra de desgaste ou para lançar, quando oportuno, uma agressão militar em grande escala.

Possibilitar uma ocupação gradual das forças militares norte-americanas, transformando a Costa Rica num corredor militar para uma possível intervenção dos Estados Unidos na Nicarágua, era uma tarefa difícil para a administração Reagan, devido à declarada neutralidade da Costa Rica. Porém, desde 1982, a imprensa costarrriquenha — vinculada aos interesses norte-americanos — bombardeia a população com notícias sobre o “regime totalitário” da Nicarágua, que, com suas supostas “invasões” da Costa Rica, estaria ameaçando a segurança e a soberania nacionais.

Da mesma forma, a chegada, em abril de 1983, de 16 oficiais e 188 *marines* norte-americanos em missão de “ação cívica”, distribuindo brinquedos, remédios e roupas em comunidades de Puerto Limón, ou de pára-



quedistas que faziam demonstrações públicas com as bandeiras da Costa Rica e dos Estados Unidos entrelaçadas em seus pára-quedas tinham como objetivos criar simpatia pelas forças militares dos Estados Unidos e acostumar a população à presença delas no país.

Funcionários do regime da Costa Rica reconheceram que, desde 1982, a administração Reagan vem pressionando o governo a que proporcione treinamento e equipamento militares às unidades da Guarda Civil. Isso foi aprovado até este ano, por exemplo, para a “Unidade Especial de Intervenção” (UEI), uma tropa de assalto antiterrorista criada em 1982 com a assessoria de oficiais norte-americanos, israelenses e alemães ocidentais. Embora, em dezembro de 1983, já houvessem chegado nove oficiais do exército norte-americano para supervisionar o trabalho de seus ex-alunos da Escola das Américas, até então a presença dos Estados Unidos tinha se concentrado, principalmente, no setor do “desenvolvimento infra-estrutural”.

Desde o início de 1983, a administração Reagan e agências financeiras norte-americanas, em especial a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), se mostraram extremamente interessadas no “desenvolvimento infra-estrutural” da zona fronteira com a Nicarágua. A Costa Rica assinou um convênio com a AID cujo montante de 14,2 milhões de dólares estava destinado ao “desenvolvimento comunitário” nessa região. No entanto, só 10% dos fundos do projeto — executado por engenheiros militares norte-americanos e supervisionado pelo então chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, Paul Gorman — foram aplicados para fins comunitários e ecológicos, enquanto 90% eram utilizados na construção de estradas (para as mais remotas regiões da fronteira com a Nicarágua), aeroportos e “outros objetivos não incluídos explicitamente”. A imprensa costarrriquenha noticiou, em fins de 1983, a construção de 37 alojamentos militares, com capacidade para abrigar 2.000 homens em Los Chiles, Barra del Colorado e Limón².

Em fevereiro de 1984, o governo costarrriquenho suspendeu as negociações com os Estados Unidos em torno de um projeto que consistia no envio de mil engenheiros militares e pessoal de apoio para a construção de estradas, pontes e aeroportos por um montante de 12 milhões de dólares.

Diante das pressões crescentes da administração Reagan, a Costa Rica declarou em novembro de 1983 sua “neutralidade ativa, perpétua e não armada”. Seis meses depois, em maio de 1984, o jornal norte-americano *Washington Post* publicou um

¹ Depois que a Costa Rica desativou as suas unidades militares, em 1949, restaram uma força paramilitar, a Guarda Civil e a Guarda de Assistência Rural, que totalizam cerca de 13 mil homens.

² A assistência norte-americana à Costa Rica, que era nula em 1980, se elevou a 9,2 milhões de dólares em 1984.



O povo costarrriquenho saiu às ruas para apoiar uma neutralidade efetiva no conflito centro-americano

documento secreto do Departamento de Estado norte-americano, segundo o qual o pedido da Costa Rica ao governo Reagan de sete milhões e 600 mil dólares em ajuda militar, adicionais aos dois milhões e 500 mil já recebidos, "oferece a possibilidade de ajudar a inclinar a balança em nosso favor no flanco sul da Nicarágua e poderia provocar uma mudança significativa no equilíbrio neutralista da Costa Rica, conduzindo o país, mais pública e explicitamente, ao campo do anti-sandinismo, o que poderia nos render importantes dividendos políticos e diplomáticos". O documento conclui, sublinhando que "a história deve ser a Nicarágua contra a Costa Rica e não a Nicarágua contra opositores armados".

De fato, a partir deste momento, o governo da Costa Rica começou a manifestar "significativa mudança em seu equilíbrio neutralista".

Ainda em maio de 84, o jornal costarrriquenho *La Nación* informou que o Estado-Maior do Comando Sul havia previsto

o envio aéreo à Costa Rica de 1.500 soldados norte-americanos de Honduras e Panamá, no caso de uma "intervenção" por parte da Nicarágua.

Três meses depois, chegou ao porto de El Limón o destróier *USS-King* e o encouraçado de guerra *Iowa*, este último equipado com 32 ogivas nucleares, o que violava não só a declarada neutralidade da Costa Rica, como também o tratado de Tlatelolco, que declara o Caribe zona livre de armas nucleares e foi firmado por este país centro-americano. Posteriormente, funcionários costarrriquenos assistiram no *Iowa* a uma manobra militar nas águas territoriais desse país.

Desde o começo de 1985, a Rádio Costa Rica, financiada na sua totalidade pelos Estados Unidos, com estação repetidora na fronteira com a Nicarágua, passou a iniciar as suas transmissões com um boletim noticioso da "Voz das Américas". No momento, a emissora pode ser captada numa área de 930 quilômetros, mas, futuramente, se proje-



Monge, presidente da Costa Rica

ta convertê-la na mais poderosa da região centro-americana.

Enquanto isso, o governo de San José cedeu às pressões da administração Reagan no sentido de proporcionar adestramento à Guarda Civil. Um curso de treinamento em "luta antiguerilha", dirigido por assessores militares norte-americanos em Honduras, foi frequentado por 45 oficiais da Guar-



A Rádio Costa Rica, financiada pelos Estados Unidos, iniciou suas transmissões no princípio de 1985

da Civil da Costa Rica. Ao mesmo tempo, anunciou-se que seria enviado pessoal aos Estados Unidos e Venezuela para ser treinado em "navegação noturna, luta antiguerrilheira e mecânica de aviação". Além disso, com a entrega de dois helicópteros *Huges 500-E* como parte da assistência militar dos Estados Unidos ao governo de Monge, chegaram pilotos norte-americanos para instruir os pilotos costarriquenhos.

O "balanço" entre a neutralidade e a guerra

A crescente militarização da Costa Rica e a gradual transformação de suas forças de segurança num exército não só provocaram fortes contradições internas³, como colocaram o governo, apesar de social-democrata, contra as propostas da Internacional Socialista (IS) quanto à Nicarágua e a América Central. Também puseram em dúvida a

sinceridade do apoio da Costa Rica à Ata do Grupo de Contadora, que pede a saída de todos os assessores estrangeiros do istmo centro-americano.

Segundo Monge, na Costa Rica não existe processo de militarização, e sim uma preparação para enfrentar situações urgentes como a subversão interna (qual?), o terrorismo e a possibilidade de uma agressão externa. O presidente insiste em que a presença dos assessores norte-americanos era necessária devido à existência na América Central, segundo ele, de grupos da ETA, da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), de grupos norte-coreanos e das Brigadas Vermelhas da Itália.

A verdade é que já faz tempo que as decisões sobre o futuro da Costa Rica são tomadas em Washington. A crise econômica — que se manifesta através de uma dívida externa de 420 milhões de dólares (num país de 2,5 milhões de habitantes) e de uma desvalorização da moeda em 400% — fez o presidente Monge afirmar que a Costa Rica "não é viável economicamente sem a ajuda norte-americana". Assim, a adminis-

tração Reagan refinancia a dívida externa, e a Costa Rica, por seu lado, dá sinal verde aos projetos da Casa Branca e permite que os grupos contrarrevolucionários da Aliança Revolucionária Democrática (Arde), aquartelados na faixa fronteira com a Nicarágua, se mobilizem com crescente facilidade.

Finalmente, a emboscada supostamente preparada por membros do Exército Popular Sandinista (EPS) para uma patrulha costarriquenha em fins de maio se deu no momento mais indicado. Por um lado, servia para justificar diante da opinião pública nacional e internacional a presença dos Estados Unidos na Costa Rica e, por outro, teria efeitos imediatos na votação do Congresso norte-americano sobre uma ajuda "logística" de 38 milhões de dólares para a contrarrevolução nicaraguense. Cinco organizações da esquerda costarriquenha, que atribuíram o incidente fronteiriço a "uma armadilha bem preparada" dos anti-sandinistas da Arde, declararam ser "evidente que os únicos beneficiários eram as forças que esbravejam pela militarização do país". (Sybille Flaschka) ●

³ Sob a liderança do ex-presidente José Figueres, formou-se em 24 de maio passado o Foro Patriótico pela Paz e a Soberania.

“Uma resposta unitária para a dívida”

Para Raúl Baca Carbo, presidente do Congresso do seu país, só os povos podem dar uma resposta política ao problema da dívida externa

Há 20 anos, por iniciativa de deputados e senadores do Equador, Panamá, Nicarágua, Colômbia, Argentina, Antilhas Holandesas, Venezuela e Brasil, foi criado o Parlamento Latino-Americano, com a finalidade de discutir as relações econômicas entre a América Latina e os países ricos, assim como assuntos vinculados à violação dos direitos humanos e a repressão política em alguns dos países membros.

Em meados de julho deste ano, 80 congressistas de 18 países do continente se reuniram em Brasília, no âmbito do Parlamento Latino-Americano, para discutir o problema da dívida externa. A 7ª Conferência da entidade — durante a qual se decidiu a entrada de Cuba e da Nicarágua como membros efetivos do Parlamento Latino-Americano — examinou a sua capacidade de pôr em prática uma negociação política da dívida, como uma espécie de “Grupo de Contadora econômico”.

A divisão dos riscos da dívida

“Com o avanço da democracia na maioria dos países, exceto o Chile e o Paraguai, os parlamentos latino-americanos estão se fortalecendo e se tornando de certa forma, mais legítimos para discutir temas como o da dívida

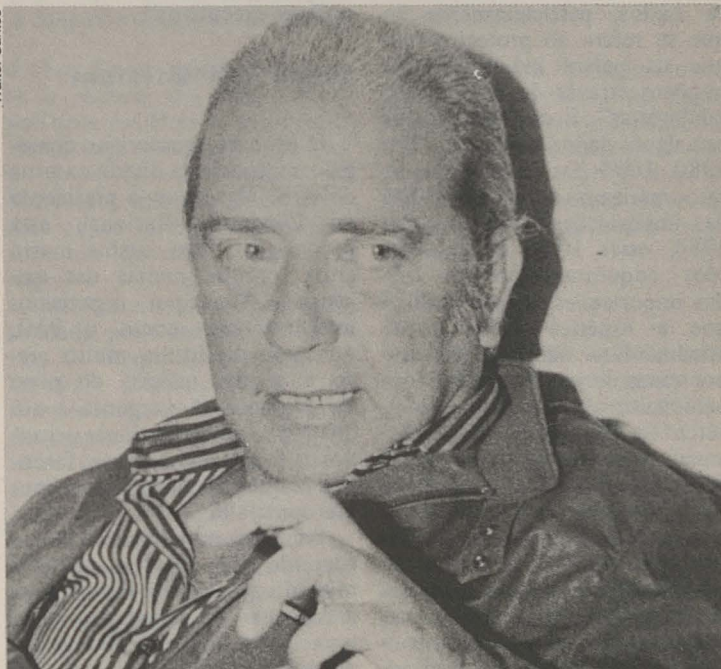
externa do que os poderes executivos, geralmente comprometidos com os regimes anteriores”, disse a **cadernos do terceiro mundo** Raúl Baca Carbo, presidente do Congresso Nacional do Equador, participante da reunião de Brasília.

Para Baca Carbo, representante da Esquerda Democrática do Equador, um dos passos importantes nesse sentido foi a convo-

cação de uma reunião urgente para outubro, em Montevideu, a fim de tratar exclusivamente do tema da dívida e de questões paralelas, com a participação de parlamentares norte-americanos. “Creio que não deveríamos sair jamais da relação Norte-Sul no que se refere ao problema do pagamento da dívida. Ninguém deixa de reconhecer a existência da dívida, mas o risco deve ser dividido entre os que emprestaram e os que receberam. Se isso não for visto desta maneira, pouco podemos avançar. O que estaríamos fazendo seria adiar o problema para daqui a 10 anos, através de refinanciamentos que nada mais são do que empréstimos para pagar os juros e adiar o pagamento. Isso é uma falácia para o setor financeiro e um embuste deste setor para com os povos”.

Para o legislador equatoriano,

Walter Santos



Raúl Baca Carbo: “O risco da dívida deve ser compartilhado entre aqueles que emprestaram e aqueles que receberam”

"ninguém pode representar a vontade popular melhor do que os parlamentos. Os povos é que podem produzir as condições necessárias para a integração e o fortalecimento do bloco latino-americano. Em função disso, poderão se formalizar propostas concretas, que permitam dar uma resposta política unitária ao problema do endividamento".

Segundo proposta de Baca Carbo, o encontro de Brasília aprovou a criação de um instituto latino-americano-europeu de análise da problemática das relações econômicas recíprocas. Integrado por técnicos e políticos de ambos os continentes em funções de assessoria e direção, e controlado por um grupo parlamentar de oito membros, o instituto deverá instalar-se em Madri.

O presidente do Congresso equatoriano afirma que a concepção desse instituto parte da comprovação do "limitado avanço da Nova Ordem Econômica Internacional, pela sujeição a um sistema econômico que, na realidade, é lesivo aos interesses da América Latina, particularmente no que se refere ao protecionismo que os países industrializados impõem através de barreiras alfandegárias". Baca Carbo forneceu alguns dados a respeito: "Em 1980, 100% das exportações latino-americanas compravam 100% das importações nesse ano. Em 1984, esses 100% de exportações adquiriram apenas 78% das importações, o que significa que a América Latina perde atualmente — não mais somente por taxas de juros, mas também pelo valor de sua produção — cerca de 18 bilhões de dólares anuais. Isso representa quase 50% do que pagamos pelos juros da dívida externa. A perda é extremamente nociva aos interesses latino-americanos, mas pode ser corrigida através de uma relação real entre a Europa e o nosso continente. Por isso, propus a criação de um instituto desse tipo".

Condenação ao bloqueio norte-americano

O ingresso da Nicarágua no foro latino-americano — saudado com aplausos, segundo o parlamentar equatoriano — "foi uma claríssima manifestação de apoio ao governo sandinista e de repúdio e protesto ao que foi considerado como um bloqueio que ofende a América Latina. Para mim, não é um problema nicaraguense, e deveríamos começar a habituar-nos a ver que cada um desses atos são cometidos contra o continente latino-americano como um todo. Diante da carência de instituições eficazes (a OEA deixou de sê-lo há muito tempo), Contadora deve ser o instrumento que goze do respaldo de todos os países da América Latina".

Romper o bloqueio "é uma obrigação parlamentar. Quando voltarmos aos nossos respectivos países, devemos exercer ações efetivas, que, lamentavelmente, não estão ocorrendo a nível dos poderes executivos".

Equador e a dívida externa

O governo equatoriano conseguiu renegociar a dívida externa do país. Mas, para o presidente do Congresso Nacional, essa negociação "tem custos muito altos, porque muitas das exigências feitas por organismos internacionais, como o FMI, oprimem de forma muito grave a grande maioria do povo do Equador. A pergunta é até quando se pode continuar pagando, da forma como se vem fazendo, já que não se tem mais com que contribuir".

Isso, segundo Baca Carbo, é coerente com o enfoque econômico do governo de Febres Cordero, que "se caracterizou por uma ênfase especial na solução dos problemas de um ponto de vista muito claramente identi-

ficado com o sistema neoliberal, que dá primazia ao monetarismo em relação à situação social do país. O Poder Executivo entende que o sistema de livre mercado pode ser a solução para o Equador, e esta é a causa fundamental do conflito com um Parlamento que, majoritariamente, não crê nessa fórmula".

"A abertura do país, de forma indiscriminada, ao capital estrangeiro com a esperança de que esses recursos financeiros que violentam a integração e o sistema do Pacto Andino possam ser a base do desenvolvimento, é um aporte a mais ao sistema de dependência do país. A esquerda no Parlamento tomou cuidado para que o confronto com essa política não lese o sistema institucional do país, produzindo caos social. Demos ênfase à defesa do sistema democrático acima de qualquer outra consideração".

A esquerda e o seu futuro

Para o líder da Esquerda Democrática, a vitória de León Febres Cordero nas eleições gerais de 6 de maio de 1984 se deve "à dificuldade das esquerdas em se aliarem no momento certo de enfrentar os setores de direita". No momento, assiste-se no Equador ao que Baca Carbo define como "um processo de aglutinamento dos sete partidos de esquerda num só bloco, o que vem se dando a nível parlamentar e visa a corrigir velhos erros. Na verdade, não se tratava somente de falta de bom-senso para concretizar alianças, mas também de pouca clareza de objetivos de um programa comum que deixasse de lado os posicionamentos particulares de cada um dos setores. Recentemente, os sete partidos de esquerda fizeram uma declaração de princípios básicos a serem mantidos no Parlamento para defender e consolidar o sistema democrático, e impedir um retrocesso das conquistas sociais dos trabalhadores."

A Zanu consolida o poder

A vitória do partido do primeiro-ministro Robert Mugabe aumentou o seu controle sobre o Parlamento e abriu caminho para mudanças constitucionais

A esmagadora vitória obtida pelo partido Zanu-PF (União Nacional Africana do Zimbábue-Frente Patriótica) nas eleições do começo de julho deu ao primeiro-ministro Robert Mugabe uma maioria de 76,7% dos votos do eleitorado. Além de consolidar a hegemonia do partido governante desde a independência, em 1980, as eleições mostraram uma tendência à polarização tanto no eleitorado negro como entre os brancos. Mas as consequências da primeira votação desde o fim do regime de Ian Smith são bem mais amplas do que a modificação das relações de força dentro do Parlamento zimbabueano.



A Zanu-PF é hegemônica no país, com exceção de Matabele

A derrota de Nkomo

A vitória da Zanu-PF deixou a Zapu (União Popular Africana do Zimbábue) na condição de único partido negro de oposição com alguma força eleitoral. A influência da Zapu, nominalmente ainda dirigida por Joshua Nkomo, se limita, no entanto, à província de Matabele, onde o partido elegeu todos os deputados. No resto do país, os candidatos de Nkomo foram derrotados, inclusive nas províncias de Midlands e Mashonaland. O ultraconservador ex-primeiro-ministro racista Ian Smith obteve 15 das 20 cadeiras reservadas aos brancos, derrotando o Grupo Independente, que representa a tendência moderada no eleitorado de origem européia.

O surpreendente desempenho da Aliança Conservadora (CAZ)

de Ian Smith pegou de surpresa a maioria dos observadores políticos em Harare, que acreditavam num crescimento do Grupo Independente. A vitória de Smith foi imediatamente encarada como sintoma de uma derrota do governo de maioria negra.

Mas, uma análise mais aprofundada pode indicar o contrário. O Grupo Independente é formado, basicamente, por setores econômicos ligados às grandes empresas e ao capital exportador ou financeiro, que, desde a independência, recebeu um tratamento preferencial do governo. Passado o pânico e as incertezas que se seguiram à ascensão de Mugabe, houve uma acomodação dos empresários brancos, cujos líderes mais influentes passaram a apostar numa colaboração construtiva com o go-

verno, embora discordando da plataforma socialista da Zanu-PF. Mas o Grupo Independente não soube se articular como partido político e acabou se comportando mais como grupo de interesses do que como força eleitoral.

O voto branco

Menos de 40 mil brancos dos quase 160 mil residentes no país votaram numa eleição separada, alguns dias antes da votação dos negros. Foi talvez a última vez que os brancos do Zimbábue fizeram uso dos privilégios especiais concedidos pelo Acordo de Lancaster House, que garantiu a independência do país. Pelo acordo, os brancos, mesmo formando cerca de 6% da população, têm 20% das cadeiras do Parlamento. Este pri-



Mugabe considerou o resultado das eleições uma traição dos brancos

vilégio se extingue no início da década de 90, quando o acordo deixa de vigorar. Isto fará com que, no futuro, a representação de origem europeia baixe para apenas um ou dois parlamentares.

Sabendo que seus privilégios só vão durar mais uns cinco a seis anos, os membros do Grupo Independente passaram a apostar numa colaboração com o governo, na tentativa de manter o controle sobre 60% da economia do país. De certa maneira, não deram importância aos votos deixando o campo livre para o ultradireitista Ian Smith, que surgiu como o grande vencedor nominal entre os eleitores brancos.

O resultado dessa eleição criou assim uma situação que pode favorecer, duplamente, o governo de Mugabe. A vitória de Smith e da sua Aliança Conservadora do Zimbábue (CAZ) entre os eleitores de origem europeia vai criar problemas imediatos para a Zanu-PF, mas, a médio prazo, significa o "canto de cisne" dos velhos racistas, muitos dos quais já vivendo no

exterior, como é o caso do ex-ministro das Relações Exteriores durante o governo de Smith, P.K. van der Byl. Velho defensor do racismo e do regime rebelde da minoria branca, Van der Byl esteve quase todo o ano passado cuidando de sua plantação de uvas na África do Sul e, ao ser questionado durante a campanha eleitoral, em que disputava uma vaga pelo distrito de Mount Pleasant, admitiu, sem maiores escrúpulos, que estava passeando e cuidando da herança de sua mãe.

O partido de Smith — que se chamava Frente Rodesiana, mudou para Frente Republicana e, após perder vários parlamentares entre 81 e 85, adotou o nome de Aliança Conservadora do Zimbábue — representa hoje o setor mais saudosista dos brancos. Entre eles, se encontram os integrantes da classe média baixa, fazendeiros médios e comerciantes. Em sua maioria, são cidadãos de origem europeia que têm medo de perder o que possuem. O grupo mais intelectualizado e os grandes empresários ou fazendeiros ligados à exportação

romperam com Smith, depois de constatarem que o velho líder da rebelião branca é reacionário demais para representar a alta burguesia de origem europeia num momento em que esta procura penetrar o mais possível no governo, em busca de vantagens.

A vitória da CAZ surpreendeu os políticos do Zimbábue. A falta de perspectivas políticas para Smith é tão evidente que muitos acreditaram que os brancos teriam visão suficiente para apostar no futuro em vez de no passado. Mas, o medo falou mais alto. Agora, a única possibilidade dos conservadores ganharem novo alento está num eventual descontrolado do governo diante das provocações que certamente virão. Smith sabe que não tem nada a perder, porque seu ocaso político vai se acentuar no momento em que o Acordo de Lancaster House se transformar em letra morta.

Só restam mais cinco anos para homens como P.K. van der Byl, que juravam que "nem em mil anos haveria um governo de maioria negra no país". A propósito, o ex-ministro das Relações Exteriores no regime racista perdeu as eleições em seu distrito, onde conseguiu a insignificante soma de pouco mais de 500 votos entre eleitores brancos.

Mudanças constitucionais

Mas a derrota dos independentes pode ser útil ao governo no futuro. Eles continuam influentes no terreno econômico e nas finanças, mas se mostraram vulneráveis no terreno político. Se tivessem vencido as eleições, provavelmente teriam condições para se transformar numa força capaz de criar sérios embaraços a Mugabe, já que tentariam impor a sua orientação liberal e capitalista a partir de uma posição privilegiada de sócio ou aliado. Seria mais difícil para a Zanu lidar com políticos e

homens de negócio cujas diferenças com o governo são mais sutis do que entre este e o conservadorismo de Ian Smith.

A primeira reação de Robert Mugabe à vitória da CAZ foi muito irritada. O primeiro-ministro encarou como ato de traição dos brancos o voto dado ao ex-líder racista, depois da moderação revelada pela Zanu-PF nos seus primeiros cinco anos de poder. Mugabe disse que, "daqui por diante, será muito difícil a vida dos racistas no Zimbábue", e garantiu, perante um público de 100 mil pessoas, logo após a divulgação dos resultados, que "vamos matar as cobras que se escondem entre nós, porque um *boer* (colonizador branco) é sempre um *boer*. E nunca deixará de sê-lo". O primeiro-ministro qualificou o Acordo de Lancaster House como "papel sujo" e prometeu que "o país não viverá mais muito tempo com esta indignidade (os acordos)".

O discurso de Mugabe, certamente muito influenciado pelo clima emocional logo após o pleito, mostrou qual será o tom dos debates quando o novo Parlamento se reunir. Além da radicalização do eleitorado branco, o que mais irritou o governo da Zanu-PF foi que Ian Smith obteve em seu distrito eleitoral mais votos que todos os candidatos de origem europeia em todo o país.

Segundo Mugabe, "Lancaster House fez com que trinta mil eleitores negros elegeassem apenas um parlamentar, enquanto a mesma quantidade de brancos foi capaz de eleger 20 deputados".

Se a radicalização política favoreceu Ian Smith no eleitorado branco, ela reforçou, por outro lado, a posição do governo na votação entre a maioria negra. A Zanu-PF obteve 76,7% dos votos dos quase 2,9 milhões de zimbabueanos que foram às urnas na primeira semana de julho. O resultado marcou um au-

mento de 13,8% em relação à maioria alcançada nas eleições de 1980, quando o partido de Mugabe conquistou 57 cadeiras no Parlamento.

As seis cadeiras adicionais agora conquistadas são fruto das derrotas eleitorais dos demais partidos negros. A Zapu, de Joshua Nkomo, perdeu quatro deputados, reduzindo de 19 para apenas 15 membros a sua representação no Parlamento. O Congresso Nacional Africano Unido (UANC), do bispo Abel Muzorewa, perdeu as três cadeiras que tinha e o partido do auto-exilado Ndabaningi Sithole conseguiu eleger um deputado, uma vitória surpreendente na região de Chipinge, no sul do país.

O resultado da votação mostrou que a Zanu-PF é hegemônica em todo o país, com exceção da província de Matabele, onde a Zapu elegeu os seus 15 deputados. Mas, mesmo nesta província, o eleitorado governista aumentou em quase cinco por cento, apesar de todos os seus candidatos terem sido derrotados. Em Matabele, está o

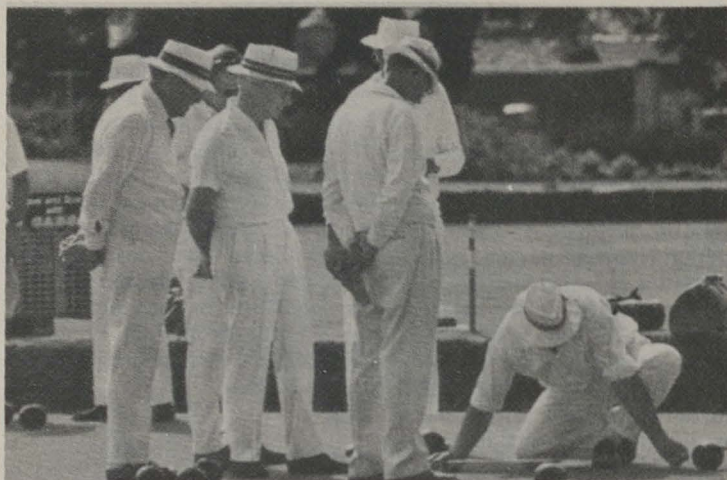
principal reduto de Joshua Nkomo, que deu à campanha eleitoral um caráter nitidamente racial, ao transformar a luta por votos numa batalha entre a etnia *shona* (majoritária no país) e a *ndabele* (maioria na região). Em Matabele se concentrou também a ação de grupos terroristas ligados à Zapu, que, nos últimos dois anos, atacaram fazendeiros brancos, funcionários do governo e militantes da Zanu-PF, com o intuito de desestabilizar o regime de Mugabe.

A aliança Nkomo-Smith

Sintomaticamente, foi em Bulawayo, capital provincial de Matabele, que Ian Smith conseguiu se reeleger. Assim, a região passou a concentrar o principal foco de oposição ao governo, criando uma situação que tanto a Zapu como a CAZ certamente procurarão intensificar e exacerbar, a partir de questões étnicas e regionalistas. Este será, seguramente, o principal desafio ao governo a curto prazo, já que Mugabe



Smith e Nkomo: apesar do antagonismo, se prevê uma possível aliança



O eleitorado negro votou maciçamente a favor do governo e a minoria branca deixou o campo livre para a ultradireita



tem a seu favor, além do aumento da votação de seu partido, uma saudável situação econômica. É muito provável uma aliança entre Nkomo e Smith, apesar do antagonismo entre os dois durante a guerra pela independência (Nkomo passou vários anos na prisão, durante o regime minoritário branco). A esta aliança devem se somar o bispo Muzorewa e Sithole.

Trata-se de uma união heterogênea e contraditória, porque, no passado, os seus protagonistas tiveram divergências radicais entre si. Mas hoje, marcados pelo estigma da derrota política ou do inexorável fim de privilégios

raciais (caso de Ian Smith), eles tentam sobreviver, juntando suas forças. O fato de estarem sem perspectivas imediatas faz com que, possivelmente, venham a tentar todo o tipo de obstrução e provocação, na esperança de que um eventual descontrole do governo ou da Zanu-PF lhes dê os pretextos e a iniciativa política que vêm perdendo ao longo dos anos. A tarefa mais delicada com que se defronta Mugabe é evitar que os regionalismos e questões étnicas entre os *shona* e os *ndabele* desvirtuem a discussão em torno do confronto político-ideológico que tende a se aguçar.

Eliminar os privilégios

A estratégia esboçada por Mugabe logo depois da eleição já permite prever que o governo vai concentrar seus esforços no sentido de eliminar os privilégios dados aos brancos, usando o argumento bastante simples de que a minoria de origem europeia, em vez de se acomodar às mudanças após a independência e de colaborar com a maioria negra, resolveu votar no saudosismo de Smith. O líder da CAZ está intimamente associado às brutalidades raciais cometidas no período colonial, que ainda estão muito presentes na memória da população negra, entre a qual não conta nem com um mínimo de simpatia, nem mesmo no seio da Zapu, UANC ou dos três outros pequenos partidos africanos de oposição. A Constituição do Zimbábue estabelece que os votos de 70 deputados negros, uma vez expirado o Acordo de Lancaster House, pode eliminar os privilégios brancos. Assim faltariam à Zanu-PF apenas mais cinco deputados.

Para conseguir este apoio adicional, Mugabe vai insistir na tese do partido único, usando como argumento o resultado da eleição de julho, que mostrou uma tendência quase irreversível do eleitorado a favor do partido do governo. O único obstáculo é a tentativa dos partidos opositoristas de associar a Zanu-PF aos *shona* e vincular a hegemonia de Mugabe a um hipotético "cerco à província de Matabele".

Se o governo manobrar com habilidade, pode atrair, facilmente, políticos que hoje se ligam à Zapu, mas que, a cada dia que passa, percebem que o futuro deles está comprometido pela associação com Nkomo. Este comprometimento será ainda mais crítico se o ex-aliado de Mugabe na Frente Patriótica se juntar a Ian Smith e Muzorewa. (C.C.)

África do Sul

O apartheid perde o controle

A maior onda de protestos populares dos últimos 40 anos mostrou que o racismo já não consegue controlar a maioria negra do país

“O portador da presente . . . está autorizado a entrar na área de . . . no dia . . . desde que aceito no local. O portador desta autorização assume total responsabilidade pelos seus atos e está ciente de que a área é perigosa. A polícia da África do Sul não pode garantir a segurança do portador, que assume todos os riscos ao entrar numa área considerada em estado de rebelião. A visita a uma região como esta não é recomendável.”

Este é o texto aproximado do documento que qualquer branco ou estrangeiro deve as-

sinar na África do Sul antes de entrar nas favelas negras das principais cidades do país, como Joanesburgo, Durban, Porto Elizabeth e Cabo. O “passe” dos brancos é na verdade um documento em que a polícia sul-africana reconhece que não tem mais o controle dos bairros africanos, onde desde setembro do ano passado a população se encontra virtualmente rebelada contra o governo racista do presidente P.W. Botha. O regime do *apartheid* foi inclusive obrigado a decretar em meados de julho o estado de emergência em 36

distritos sul-africanos na tentativa de conter uma rebelião que já causou mais de 500 mortes, 2.000 feridos e 1.400 prisões. Nunca na história do governo racista implantado em 1948, a África do Sul assistiu a um período tão longo de protestos tão amplos.

A pressão crescente sobre as leis do *apartheid* não é apenas interna. No final de julho, a França se tornou o primeiro dos chamados “grandes” do mundo ocidental a adotar sanções econômicas contra a África do Sul, num momento em que na Europa, países como Holanda, Suécia e Dinamarca começam a reduzir paulatinamente as relações comerciais com Pretória. Até nos Estados Unidos, o governo de Ronald Reagan está sujeito a pressões da opinião pública, e as empresas transnacionais instaladas na África do Sul começam a alterar o seu tradicional envolvimento com o racismo.

Apenas em junho e julho, a



Gamma

Mais de 1.500 pessoas já foram presas na África do Sul, depois de decretado o estado de emergência

questão sul-africana mereceu dois debates especiais no Conselho de Segurança, onde a Inglaterra e Estados Unidos se mostram cada vez mais constrangidos no seu apoio aberto a Botha.

Radicalização Crescente

Em Pretória, o governo em vez de recuar ou procurar uma saída conciliatória para a crise, torna evidente um radicalismo crescente, rejeitando até mesmo contatos com grupos moderados. Reagindo a represálias de governos europeus, P.W. Botha chegou inclusive a ameaçar a remoção de um milhão e meio de negros para regiões afastadas das cidades brancas, caso um boicote externo provoque um aumento do desemprego entre a população de origem africana. A agressividade do regime do *apartheid* se estende inclusive a seus vizinhos, como aconteceu nos recentes ataques a Cabinda, Botsuana e na nova invasão do sul de Angola, no final de junho. Pretória desafiou também a opinião pública mundial ao implantar uma administração provisória na Namíbia no dia 17 de junho. (ver *cadernos do terceiro mundo* Nº 80, julho/85)

Os principais componentes da crise são, portanto, de um lado, a crescente rebelião dos quase 24 milhões de negros, oficialmente considerados cidadãos de segunda classe em seu país; e de outro, a intransigência do governo, que se diz representante da minoria de quatro milhões de brancos. Surgem daí duas perguntas: a maioria negra tem condições de transformar os protestos atuais numa insurreição generalizada? E o que pretende o governo branco ao se entrincheirar politicamente?

A desestabilização pela base

Na Conferência Consultiva realizada pelo Congresso Nacional Africano (ANC) nos arredores



Oliver Tambo, presidente do ANC

res de Lusaka, capital da Zâmbia, no começo de junho, a maior organização anti-racista da África do Sul traçou como linha básica de sua ação a estratégia de tornar o *apartheid* ingovernável nas favelas negras e nos chamados bantustões. Decidiu também reafirmar os princípios da Carta da Liberdade, divulgada em 1955, e intensificar os preparativos militares para a autodefesa, anunciando pela primeira vez que alvos brancos não militares poderão ser atingidos. O resultado da reunião ultra-secreta, da qual participaram 250 delegados, indicou que o ANC pretende "esquentar" a pressão armada sobre o governo de Pretória, sem no entanto partir para a insurreição geral ou uma guerra aberta.

A organização sofreu e ainda sofre pressões de vários grupos sul-africanos mais radicais para intensificar a conflagração generalizada. Mas as decisões da Conferência Consultiva, a segunda nos 73 anos de existência do movimento, indicam no entanto que o ANC se prepara para um conflito longo. A reafirmação dos princípios da Carta da Liberdade mostram que o Congresso mantém a sua fidelidade ao obje-

tivo de englobar o maior número possível de pessoas na campanha contra o *apartheid*, sem distinção de cor, raça ou religião. Este objetivo seria alcançado através de uma ação em frente comum, visando restituir a cada sul-africano os direitos civis que foram retirados da população negra, em 1948 (data da ascensão dos ultranacionalistas de direita ao poder).

A reafirmação do espírito da Carta revela também que o ANC não rompeu com a atitude pacifista que predominou na organização até 1960, quando ela foi posta na ilegalidade. O desenvolvimento da luta armada surgiu, então, como a única alternativa viável para sobreviver ao cerco racista, mas o movimento mantém a sua decisão de abandonar a via militar caso o sistema de *um homem, um voto*, seja reintroduzido no país.

Mesmo enfrentando a mais poderosa máquina de guerra do continente africano, os nacionalistas negros registraram nos últimos anos importantes avanços em sua estrutura clandestina. Desde janeiro aconteceram 44 ataques guerrilheiros, ou seja o mesmo total de todo o ano passado. E contrariando relatórios do governo branco, a *Umkhonto we Sizwe* (Lança do Povo — nome da organização militar do ANC) já não depende mais do apoio direto de países negros vizinhos. A maioria das ações guerrilheiras registradas em 1985 teve lugar na província do Cabo, muito longe de qualquer fronteira. Isto evidenciou que já existem bases próprias situadas bem dentro da área dominada pela minoria de origem européia.

A crise econômica

O grande apoio recebido pelos membros da *Umkhonto* surgiu no momento em que a população negra foi empurrada para a rebelião em consequência da crise econômica que atingiu a África

ca do Sul desde 1983. De acordo com um relatório de 71 páginas elaborado pela firma de consultoria Frost & Sullivan, dos Estados Unidos, a inflação sul-africana, que no ano passado chegou a 13,5%, deve alcançar os 18% até dezembro e atingir 25% até o final de 1986. O desemprego, que está em 13,3%, pode chegar a 15%. Mas especialistas econômicos da Cidade do Cabo afirmam que o número de desempregados pode ser bem maior, em torno de seis milhões de negros.

O agravamento das dificuldades econômicas da população mais pobre gerou uma grande insatisfação sindical, com um aumento de quase 300% no número de greves. Em novembro do ano passado, houve até uma greve geral de dois dias no Transvaal, um fato inédito nos últimos 40 anos no país. As universidades e escolas negras secundárias estão semi-paralisadas desde o ano passado por boicotes periódicos dos alunos, e a organização de massas Frente Democrática Unida (UDF) ampliou consideravelmente o número de adeptos nos setores mais moderados, diante da violência da repressão policial aos protestos de rua.

A resistência da maioria discriminada adquiriu no entanto características mais radicais nos bairros negros, principalmente nas cidades do Cabo, Joanesburgo e Durban. O plano do governo de criar administrações regionais com negros moderados para dar uma aparência de participação no poder, é até agora um grande fracasso. Dos pouco mais de 230 conselhos planejados, apenas 40 foram realmente constituídos e menos de 10 continuam funcionando.

Os moradores dos bairros negros simplesmente deixaram de pagar aluguéis e taxas de serviços públicos como água, luz e esgotos. Na região de Lekoa, no Transvaal, nada menos de 16 mil moradores não pagam

aluguéis desde maio do ano passado. Na mesma área, dez conselheiros municipais negros renunciaram a seus cargos depois que a população matou dois deles e passou a perseguir os demais acusando-os de cooperar com o racismo. Nas eleições realizadas em maio em Lekoa, uma área que engloba bairros como Sharpeville e Sebokeng, ninguém se candidatou ao preenchimento das dez vagas.



Os bairros negros são hoje áreas onde os brancos não podem entrar

O caos no sistema de administrações regionais representa o fracasso total do chamado pacote de reformas introduzido pelo governo de Botha no ano passado, na tentativa de reduzir os protestos nos bairros mais pobres. O resultado foi que a odiada "lei do passe", que obriga os negros a ter permissão para entrar nas áreas brancas, passou agora a ter uma contrapartida. São os europeus que não podem mais entrar nos bairros negros.

Baseado na crescente militância das bases negras, o ANC lançou na sua conferência na Zâmbia um "Apelo à Nação", pedindo que a organização popular autônoma torne o *apartheid* in-

governável. Trata-se de criar uma estrutura própria que torne insustentável a posição do regime de minoria, através de uma luta que deve durar algum tempo, e que deve minar o sistema por dentro.

Segundo os estrategistas do ANC, esta alternativa de luta custará menos vidas humanas do que a deflagração de uma guerra aberta, num terreno que não é muito favorável à guerrilha clássica.

Mas a organização insiste que é essencial o aprimoramento da estrutura militar de autodefesa para fazer com que as *townships* se tornem ingovernáveis.

A intransigência branca

O estudo da Frost & Sullivan, divulgado em junho deste ano, é sombrio quanto às perspectivas futuras do governo de Botha. O relatório afirma que existe uma probabilidade de 50% de que o Partido Nacional seja derrubado do poder nos próximos cinco anos. Até o final de 1986, as chances são de 35%, ainda segundo os pesquisadores da Frost & Sullivan, que colocam a possi-



Os enterros coletivos estão proibidos e os cemitérios negros vigiados

bilidade de ascensão de um regime de ultradireita na base de 30%.

O desgaste do governo se torna particularmente crítico diante da realização em setembro de eleições suplementares em cinco importantes distritos brancos, onde os candidatos do Partido Nacional enfrentarão uma violenta oposição dos grupos de ultradireita ligados ao Partido Nacional *Herstigte* (reconstituído) e ao Partido Conservador. Ambos são contra as "reformas" promovidas por Botha no sistema do *apartheid*. Tanto os Conservadores como o *Herstigte* estão faturando politicamente o fracasso da política governamental de fazer acordos com Moçambique e outros países vizinhos na tentativa de neutralizar o ANC. Botha "vendeu" internamente acordos como o de Nkomati dizendo que eles reduziram a ação clandestina do ANC. O aumento da rebelião popular e a intensificação das ações guerrilheiras bem longe das fronteiras da África do Sul desmoralizaram as justificativas governamentais.

Os resultados das eleições suplementares realizadas em maio na província de Orange mostraram que o Partido Conservador foi derrotado por uma margem mínima de 200 votos. O comportamento do partido entre os brancos de origem *afrikaaner*, que formam 60% do eleitorado sul-africano, levou os meios políticos a acreditarem que os conservadores podem fazer entre 40 e 60 deputados, num total de 160 cadeiras, nas próximas eleições gerais. Isso significa que o Partido Nacional perderá a maioria absoluta que detém até agora e será obrigado a governar em aliança, pela primeira vez em 30 anos.

A ultradireita afirma cegamente que só com mais repressão é que a crise do racismo poderá ser resolvida. Pensando nas eleições suplementares para o Parlamento, Botha resolveu ser ainda mais duro, desafiando tudo e todos para manter no governo uma elite política que hoje está baseada no chamado grande complexo industrial-militar. E nisso, o Partido Nacional conta com o apoio de Ronald

Reagan, para quem interessa, acima de tudo, "impedir o avanço soviético na África Austral".

A Casa Branca continua obcecada pela idéia de que é preciso salvar o *apartheid* a qualquer custo, embora boa parte das empresas transnacionais norte-americanas já estejam cedendo às pressões da opinião pública internacional e norte-americana visando aumentar as distâncias em relação ao racismo. Reagan se orienta por questões de política interna imediata, onde o anticomunismo ainda dá bons dividendos na chamada "maioria silenciosa" norte-americana. Já as transnacionais estão pensando um pouco além. A mesma atitude estão tomando vários governos europeus, com exceção da Inglaterra, que junto com os Estados Unidos são os principais sócios econômicos do *apartheid*.

No quadro atual a situação de P.W. Botha é muito difícil. Ele não pode fazer concessões maiores aos negros porque corre o risco de ser derrotado pela ultradireita e enfrentar dificuldades ainda maiores entre os militares que passaram a vida toda condicionados a reprimir e agora se mostram pouco dispostos a mudar de atitude. Resta-lhe a alternativa de manter a intransigência em níveis crescentes, o que inevitavelmente o conduzirá a um beco-sem-saída. Na verdade, o presidente sul-africano é hoje um prisioneiro do sistema criado pelos próprios brancos. Analistas políticos em Pretória acham muito difícil a possibilidade de Botha partir para uma coalizão moderada, incluindo no governo membros do Partido Federal Progressista, que atualmente tem 27 deputados. Um gesto como este corre os mesmos riscos do projeto de reformas que acabou anulado pelas contradições do próprio governo e pela crescente militância dos partidos e movimentos negros. (Carlos Castilho)

Angola

Planos para uma guerra prolongada

O governo de Luanda prepara a reorganização da economia prevendo que as agressões sul-africanas vão durar até o fim da administração Reagan

Na cúpula do governo angolano existe uma quase convicção de que a situação de guerra vivida pelo país em consequência das agressões sul-africanas deve continuar pelo menos até o final da administração Reagan, salvo se acontecer algo imprevisto. Os indícios fornecidos até agora pela Casa Branca e a prática diplomática do Departamento de Estado levaram os principais dirigentes do MPLA-PT a descrever da possibilidade de uma *détente* imediata na África Austral, ou

da eventualidade de um acordo sobre a independência da Namíbia, com base na Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Assim, os responsáveis pelo planejamento econômico estão preparando os estudos para o Congresso do partido, previsto para o final deste ano, tendo como pano de fundo uma quase certeza de que a mobilização nacional contra os inimigos externos deve ser mantida, ao mesmo tempo em que internamente

devem ser reforçados os mecanismos de abastecimento e produção. A expectativa de que "os tempos difíceis" vão continuar, está no entanto sendo encarada com relativa tranquilidade pelos dirigentes angolanos, que ao contrário do que seria esperado, põem ênfase no desenvolvimento de projetos, muitos dos quais já em andamento, em vez de anteciparem medidas de austeridade e contenção.

Angola tem no momento uma situação boa do ponto de vista financeiro, pois detém reservas monetárias calculadas por fontes ocidentais em cerca de 6,5 bilhões de dólares. Para um país em guerra e com uma população de aproximadamente dez milhões de habitantes, é uma situação quase confortável, comparada com outras nações do Terceiro Mundo, como a dos grandes devedores (Brasil, México e Argentina). Além disso, os reajustes realizados nos últimos cinco anos, tanto na agricultura como



O endurecimento da posição dos EUA mostra que Angola terá um longo período de guerra pela frente

na produção mineral e industrial, permitiram encontrar soluções que ainda não são completas, mas já forneceram indícios de que alguns estrangulamentos básicos foram contornados.

A principal evidência de que a situação é quase normal dentro da "anormalidade" gerada pela guerra, está, ainda segundo dirigentes angolanos, nos resultados obtidos pelo novo plano de abastecimento. O plano está completando agora o seu primeiro ano de vigência, e faz parte de um projeto previsto para dez anos. O plano começou com a realização de um recenseamento nos locais de trabalho nos principais centros urbanos do país. Logo em seguida foram distribuídos cartões a cada chefe de família estipulando uma ração básica de alimentos a serem fornecidos por supermercados e armazéns, públicos ou privados. A data de uso dos cartões foi fixada em dias diferentes para evitar filas, enquanto que a quantidade de ali-

mentos foi calculada para atender às necessidades de uma família de cinco pessoas.

Estoques estratégicos

Para assegurar a distribuição normal de comida, o governo teve que criar um sistema de estoques reguladores para impedir a escassez e com isso desestimular a especulação ou o mercado negro. Em Luanda, os estoques são mantidos graças à importação dos gêneros mais essenciais, enquanto que no interior, a produção local de alimentos garante que as "prateleiras" continuem cheias. No balanço das autoridades angolanas, o sistema tem funcionado bem, havendo no entanto problemas ocasionais em consequência de atos de sabotagem ou ataques contra estradas, ferrovias ou instalações do governo. Mas fontes oficiais afirmam que a descentralização na distribuição de alimentos contribui

muito para que as interrupções sejam de curta duração.

Com as experiências colhidas até agora, já está em cogitação uma mudança capaz de resolver alguns problemas surgidos com a fixação em cinco pessoas da unidade familiar básica para efeitos de abastecimento. O próximo passo deverá ser um estudo para fixar o número de agregados de cada família, permitindo que um solteiro receba uma quota menor, enquanto famílias maiores terão maior quantidade de alimentos. O importante no sistema é que os preços são fixados pelo governo, sejam os comerciantes varejistas privados ou não.

Para que o novo sistema de abastecimento pudesse funcionar foi necessário reorganizar todo o mecanismo de comercialização de produtos alimentares. Na época da independência, cerca de 98% do comércio estava nas mãos de portugueses. Como grande parte destes comerciantes deixou o país depois de 1975, a rede foi desarticulada. A solução de emergência adotada foi a concentração do comércio em grandes unidades estatais, que acabaram não dando os resultados desejados, seja por excesso de burocracia, planejamento equivocado ou pela inexistência de quadros. Hoje o setor de comercialização voltou a contar com a participação de um considerável número de empresários privados. A reorganização já atinge hoje 12 das 16 províncias angolanas.

A estrutura agrária

Mas a distribuição e comercialização de alimentos não teria sido possível sem uma reorganização do setor agrícola e a fixação de uma política de preços compatível com as necessidades do camponês. Hoje existem em Angola, além das fazendas estatais, das cooperativas e da pequena propriedade, também as glebas individuais com extensão máxima de um hectare e destina-



O abastecimento urbano melhorou com a criação de reservas estratégicas



A agricultura familiar e comunitária foi fortalecida para garantir o auto-abastecimento no campo

das exclusivamente ao autoconsumo.

No caso do setor cafeeiro esta estruturação já adquiriu um considerável grau de implantação, tendo como núcleo central as fazendas estatais ou as cooperativas, em torno das quais se agregam as pequenas propriedades e as glebas individuais. Estas últimas têm um papel chave no abastecimento, notadamente no interior, onde as mulheres conseguem preencher parte das necessidades familiares graças aos pequenos cultivos e criações, sem ter portanto que recorrer aos supermercados e armazéns. Com isso, o fluxo de alimentos dos grandes centros para o interior ficou reduzido a produtos não existentes no local.

O café, terceiro produto em importância na pauta de exportações depois do petróleo e diamantes, ainda está com uma produção baixa. A última safra ficou apenas em 29 mil toneladas, mas existem planos para que a colheita suba a curto prazo para

60 mil toneladas e depois para 80 mil até o começo da década de 90. Só agora o setor cafeeiro começa a se recuperar das perdas sofridas pela desorganização da produção após a independência e dos danos provocados pela ação de grupos terroristas da Unita contra instalações agrícolas do governo. Mesmo assim, Angola está podendo cumprir com as quotas da Organização Internacional do Café, graças a estoques acumulados.

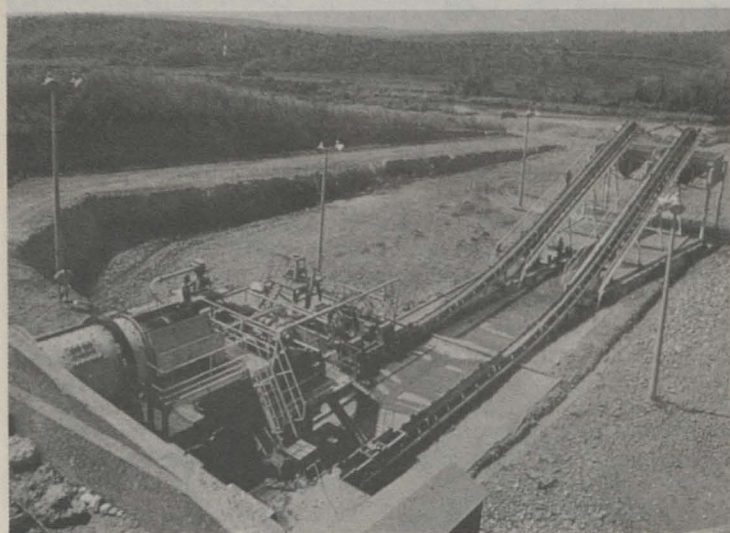
No setor de petróleo, responsável hoje em dia por 90% das divisas angolanas, a expectativa dos responsáveis do governo é de que as receitas líquidas caiam um pouco em função da baixa dos preços internacionais dos combustíveis. Mas esta redução poderá ser compensada com a descoberta de novos campos petrolíferos como os que estão sendo pesquisados por várias companhias ocidentais, entre elas a Petrobrás brasileira, em associação com a estatal angolana Sonangol.

Recentemente os grupos sabotadores enviados pela África do Sul fracassaram na tentativa de destruir instalações petrolíferas na província de Cabinda¹. O ataque já era esperado pelo governo, uma vez que tanto a Unita como os sul-africanos deram indícios de que seus alvos principais são os setores econômicos básicos para Angola. Primeiro foi o setor do café, depois foram os campos de diamantes e agora o ataque a Cabinda: tudo isso indica que o alvo passou a ser as instalações de petróleo. A seleção destes objetivos, segundo as autoridades de Luanda, mostra que os sul-africanos na verdade buscam desestabilizar a economia angolana, usando como pretexto a desculpa de atacar bases da Swapo, o movimento de libertação nacional que luta pela independência da Namíbia.

¹ Ver cadernos do terceiro mundo Nº 80, "Cabinda: o crime sul-africano".



A economia angolana ainda depende das exportações de petróleo



O governo procura diversificar as vendas no setor dos diamantes

Diamantes e Lomé-3

Na área dos diamantes, depois da ofensiva terrorista contra a região de Kafufo, a produção está voltando ao normal. A grande preocupação dos angolanos no momento é renegociar o acordo firmado anteriormente com a CSO, uma empresa ligada ao conglomerado mineiro do milionário sul-africano Harry Oppenheimer, e que detém o virtual

controle das exportações de diamantes.

O que o governo vai tentar agora é a diversificação dos compradores, numa negociação que se antecipa dura e prolongada, onde Angola tentará também usar os diamantes como uma espécie de reserva financeira. Os diamantes angolanos são muito valorizados no mercado mundial porque mais de 80% da produção destina-se à joalheria, que re-

quer pedras de alta qualidade.

Tanto o petróleo como os diamantes não estão entre os produtos incluídos no acordo de Lomé, cujo terceiro tratado acaba de ser subscrito também por Angola. A adesão ao grupo de países ACP (África, Caribe e Pacífico), que tem ligações preferenciais com o Mercado Comum Europeu, foi justificada por Angola como resultante da necessidade de diversificar seus contatos comerciais no exterior. Mesmo reconhecendo que Lomé ainda preserva certas cláusulas influenciadas pelo neocolonialismo europeu, os angolanos acham que têm pouca coisa a perder, porque sua pauta de exportações está concentrada em minerais não contemplados pelo acordo. Ainda segundo as mesmas fontes, a diversificação não impede certos acordos de *barter* (troca direta) estabelecidos recentemente com o Brasil e anteriormente com a Alemanha Democrática.

Essas mudanças verificadas recentemente na estratégia econômica de Angola são explicadas em função da necessidade de enfrentar uma guerra prolongada com a África do Sul e a hostilidade norte-americana. Ministros do governo angolano afirmam que as alterações de rumo não implicam nenhuma mudança de princípios e muito menos obedecem a certas idéias veiculadas na imprensa ocidental sobre uma "liberalização" da economia. Um ministro afirmou que "jornais europeus e norte-americanos desconhecem os detalhes do funcionamento da economia angolana e preferem considerá-la como 100% estatizada, ignorando que o setor privado nunca foi excluído. Assim, quando o setor particular volta a ter um lugar na economia, afirmam que houve liberalização, quando nada disso aconteceu. Eles substituem um clichê por outro, quando o modelo que construíram fica desmentido pelos fatos". (C.C.) ●

Saara Ocidental

“O tempo corre contra o Marrocos”

A estratégia de construção de muros de areia para impedir o avanço da Frente Polisário demonstra o fracasso do rei Hassan 2º em controlar militarmente o território

Na frente diplomática, o Marrocos está sendo derrotado pela República Árabe Saaraui Democrática (Rasd), que já é reconhecida por 61 países, entre os quais 10 da América Latina. Para impedir uma derrota também no plano militar, os marroquinos intensificam agora a construção de muros defensivos no Saara Ocidental.

Quem informa é o responsável pelas relações internacionais da Frente Polisário, Mohamed Salem Uld-Salek.

As Forças Armadas Marroquinas (FAR) estão construindo um quinto “muro” defensivo entre Amgala e Zemmour, junto à fronteira com a Mauritânia, e, possivelmente, irão prolongá-lo até Dakhla, porto do Atlântico. Com a estratégia dos “muros”, iniciada em 1980, as FAR têm forçado os confrontos com o Exército de Libertação Saaraui (ELPS) a se travarem cada vez mais longe das vilas e cidades do Saara Ocidental ou das áreas economicamente importantes do território. Como a Frente Polisário encara a situação no campo militar?

— A estratégia dos “muros”¹ surge depois do fracasso das FAR em controlar o Saara Ocidental. Com o Marrocos isolado diplomaticamente, a estratégia dos “muros” visa a demonstrar

o seu controle sobre o território, onde a força das armas passa a constituir a única legitimidade.

Em consequência das vitórias diplomáticas da Rasd, o rei do Marrocos optou pela escalada militar, procurando levar os confrontos para perto das fronteiras com os países limítrofes, de forma a internacionalizar o conflito. Ele começa a não poder suportar nem o desgaste nem o custo da guerra; o tempo joga contra ele. E as dificuldades econômicas e sociais começam a

aparecer, gerando violentas manifestações em todo o país.

Quanto mais os “muros” se estendem, mais as perdas e os recursos militares se multiplicam. Um velho provérbio popular saaraui nos dá a imagem de uma situação como essa: quando um camelo tem um espinho numa pata, quanto mais ele raspa no chão, mais o espinho o espeta. Assim está o rei Hassan 2º com a guerra do Saara.

¹ Os “muros”, que as FAR vêm construindo desde 1980, são elevações de areia de 2 a 4 metros de altura. A frente dos muros propriamente ditos, estende-se um vasto perímetro defensivo, composto por barreiras de arame farpado e campos minados. Distanciados poucos quilômetros entre si, existem postos de observação dotados de radares e outros meios sofisticados de detecção eletrônica. Na retaguarda do “muro”, concentram-se vários pontos de apoio com forças de intervenção móveis, canhões de longo alcance, blindados e morteiros. A proteção aérea dos *Mirage* e *F5* completa o esquema.



A Frente Polisário: negociar com base nas resoluções internacionais

Marrocos-Polisário: encontros secretos

Enquanto prosseguiram os combates, dirigentes da Frente Polisário e enviados do rei Hassan 2º encontravam-se secretamente. O encontro de Lisboa, em 27 de janeiro passado, foi, pelo que se sabe, o terceiro. O que o Marrocos pretende, afinal?

— Os marroquinos não se mostraram dispostos a encontrar uma solução real. Eles alimentam a esperança de que a interrupção da ajuda líbia possa vir a influenciar a posição da Frente Polisário. E vêm com uma proposta de “autonomia interna”. A Frente Polisário, por sua vez, reivindica negociações oficiais, com base nas resoluções internacionais.

As relações com a Líbia esfriaram desde que, em agosto do ano passado, o coronel Kadhafi e o rei Hassan 2º assinaram um tratado de “união” entre seus

países. Passado quase um ano da assinatura desse tratado, qual o balanço que a Frente Polisário faz dos seus resultados concretos?

— O acordo líbio-marroquino fez cessar toda a ajuda líbia à Frente Polisário. E não dá para entender o que a Líbia ganhou em contrapartida...

Se o rei Hassan 2º persistir na negativa em solucionar o conflito por via pacífica, a Frente Polisário pensa em levar a guerra ao interior das cidades marroquinas?

— Desde 1976, temos atacado o interior do Marrocos, particularmente o sul do país.

Como avalia a política do Marrocos nas áreas ocupadas?

— Só na cidade de El-Aiun, a capital do Saara, se encontram 60 mil marroquinos. O governo de Rabat procura implantar uma política de povoamento. Todas as realizações marro-

quinas no Saara, tão propagandeadas, não representam um décimo do necessário a uma população de 120 mil pessoas e um exército de 120 mil homens. As pequenas habitações que o Marrocos constrói são dadas às famílias dos soldados mortos.

A comunidade marroquina no Saara só se mantém às custas de preços privilegiados, um salário duplo para os funcionários, assim como um comércio livre com as ilhas Canárias. De outro modo, ninguém passaria uma só noite no Saara.

Muitos são os oficiais e os administradores que enriqueceram com esse comércio e construíram muitas casas em Agadir². Esse dinheiro provém dos impostos do Saara sobre os salários. A maioria das construções pertence a comerciantes saarauís que já eram muito ricos desde a colonização espanhola e enrique-

² Cidade marroquina do sul do país.

UM JOVEM NACIONALISTA

□ Apesar de ter apenas 35 anos, Mohamed Salem Uld-Salek tem um longo passado em defesa dos direitos do seu povo e da independência do seu país. Ao longo desses dez anos de conflito, ele tem desempenhado um importante papel diplomático.

Filho de família nômade, oriunda da antiga província de Tarfaya, cedida pela Espanha ao Marrocos em 1958, ele fez os seus primeiros estudos no Marrocos, no Liceu “Ben Youssef”, em Marrakesh. Um seu colega de estudos exerceu sobre ele uma influência determinante: El Uali Mustafá Sayed, o primeiro secretário-geral da Frente Polisário, morto em combate em 9 de junho de 1976.

As reuniões nacionalistas misturam-se à sua vida acadêmica, que continuou no Departamento de Ciências Políticas da Universidade Mohamed 5º, de Rabat. Logo após a constituição da Frente Polisário, a 10 de maio de 1973, mudou-se para a França, com o objetivo de trabalhar politicamente em prol da causa



Mohamed Uld Salek: uma longa experiência na defesa dos direitos do seu povo, apesar dos seus 35 anos de idade

saarauí. Depois da proclamação da Rasd, é nomeado secretário-geral do Ministério da Informação, passando, a 9 de outubro de 1978, a desempenhar as funções de ministro da Informação. Depois do último congresso da Frente Polisário, foi destacado para a chefia das relações internacionais do movimento.

ceram ainda mais através do comércio com os países limítrofes. As autoridades marroquinas os obrigaram a investir na construção de escolas, mesquitas e outros edifícios no Saara. A televisão comunica à opinião pública marroquina que foi o Estado que os construiu, para justificar a miséria no interior do Marrocos...

Basta uma só olhada sobre o enriquecimento dos conselheiros do rei para os assuntos do Saara e das autoridades que se ocupam da questão, e logo se desvendarão os escândalos e se encontrarão respostas para o fato de alguns defenderem com tanta veemência a persistência do conflito.

A população marroquina em El-Aiun é constituída por policiais, desempregados e prostitutas, que competem em número com o exército estacionado no Saara Ocidental.

França: o "lobby" pró-marroquino

Segundo a Frente Polisário, a França é responsável pelo fornecimento de cerca de 80% do material bélico ofensivo utilizado pelas forças armadas marroquinas no Saara. A Frente Polisário afirma ainda que a França mantém cerca de 250 conselheiros militares junto às FAR, alguns estacionados em pleno teatro de guerra. Como interpretar essa política seguida pelo governo socialista francês, quando, há muitos anos, o PSF vem defendendo o direito de autodeterminação do povo saaraui?

— O governo francês está sob pressão do lobby pró-marroquino, constituído por um grande número de conselheiros que cercam o presidente Mitterrand. O papel e a influência exercidos pelos judeus do Marrocos em torno dos conselheiros de Mitterrand é conhecido. Por outro lado, os interesses econômicos a curto prazo de algumas perso-



"O governo francês (ao lado, o presidente Mitterrand) sofre a pressão do lobby formado por seus conselheiros pró-marroquinos, enquanto a burguesia continua a enriquecer às custas da miséria do povo"

nalidades e a hospitalidade secular manifestada pelos reis do Marrocos também contribuem para explicá-lo.

Os profundos interesses da França, em termos não-conjunturais, acabam não sendo levados em consideração.

Após a entrada na Organização de Unidade Africana (OUA), os dirigentes da Rasd e da Frente Polisário priorizaram o trabalho diplomático no continente europeu. Na Europa, estão alguns dos principais aliados de Marrocos. Julga ser possível dissuadir alguns dos partidos políticos e governos europeus? Acha que o exemplo da Iugoslávia³ poderá vir a ser seguido por outros países europeus?

— Pensamos que os países europeus não vêem qualquer inconveniente no surgimento de um Estado saaraui já reconhecido pela Organização de Unidade Africana. Uma cooperação proveitosa e com benefícios para todas as partes poderá vir a ser estabelecida com esse Estado emergente. O bom senso exige que se estabeleçam relações equilibradas com o Marrocos e com a Rasd, um não podendo excluir o outro.

A diplomacia para o Mundo Árabe

Recentemente, uma delegação de alto nível da Frente Po-

³ Dos 61 países que já reconheceram a Rasd, a Iugoslávia foi o único país europeu a fazê-lo. Trinta são africanos, oito asiáticos e seis da Oceania. Os países latino-americanos e do Caribe que já reconheceram a Rasd são: Bolívia, Costa Rica, Colômbia, Cuba, Dominica, Equador, Granada, Guiana, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Santa Lúcia, Venezuela e Suriname.

lisário visitou vários países do Golfo. Um dos visitados foi a própria Arábia Saudita, um dos principais financiadores do esforço de guerra do Marrocos. Pode-se afirmar que, logo depois da Europa, os países árabes conservadores constituem a segunda das prioridades diplomáticas da Polisário?

— Os países árabes começam a nos ouvir. Pois, se o próprio Marrocos mantém encontros conosco, por que razão não o fariam os países do Golfo...?

As autoridades de Rabat anunciaram, recentemente, a sua intenção de abrir novas embaixadas na América Latina, inclusive em alguns países que já reconheceram a Rasd. Como encara essa súbita ofensiva marroquina na América Latina?

— O Marrocos não dá nenhuma importância à África, nem à América Latina, só lhe interessa a Europa. É graças à Frente Polisário que o Marrocos parece se dar conta de que esses continentes existem. Mas é tarde demais.

Tanto o presidente Chadli Bendjedid, da Argélia, como o presidente Habib Burguiba, da



Rasd: reconhecida por 61 países

Tunísia, abordaram longamente a questão do Saara Ocidental com o presidente Reagan, durante as suas recentes visitas aos EUA. Acha que, apesar do apoio econômico e militar da administração norte-americana ao regime de Hassan 2º, os Estados Unidos poderiam contribuir para que seja encontrada uma solução



A ajuda militar norte-americana ao exército do rei Hassan 2º fortalece a intransigência e a continuidade da guerra contra o povo saaraui

negociada para o conflito?

— A ajuda militar norte-americana, depois de 1980, desequilibrou totalmente os pratos da balança, favorecendo o Marrocos. Ela veio fortalecer a intransigência e fomentar a continuidade da guerra. Hoje, parece ser tarde demais para encontrar uma solução pacífica, que era possível antes dessa ajuda se ter concretizado.

A Frente Polisário afirma que a guerra que os saaraus travam contra o Marrocos é "de desgaste". Que avaliação faz da evolução econômica e social do Marrocos? Não o preocupa o fato de, ao fim de todos esses anos de conflito, não ter surgido no Marrocos um movimento de massas contra a guerra, e que as grandes forças políticas em geral continuem a apoiá-la?

— Duas revoltas populares (1981 e 1984) e uma tentativa de golpe de estado: isso traduz a situação dramática em que vive o Marrocos. Se não fossem o sucessivo reescalonamento das dívidas pelo Ocidente e a ajuda incondicional da Arábia Saudita, há muito que não haveria farinha de trigo no Marrocos para abastecer a população. É um país endividado, onde nenhum investimento produtivo se realiza. A atual elite política marroquina é uma criação de Hassan 2º. Ela teme a revolta do povo e do exército tanto quanto o próprio rei.

O Marrocos descobrirá a sua situação de país dependente da Europa, e sem alternativas. As suas exportações deixarão de competir no Mundo Árabe e na África. Sua mão-de-obra deixará de injetar as divisas necessárias do exterior, o turismo não poderá continuar servindo de disfarce para um país onde há fome.

O Marrocos tem a sua revolução pela frente, como De Gaulle afirmou muito bem. (Baptista da Silva/Carolina Quina)

Revistas do 3.º Mundo

CIÊNCIA HOJE — Vol. 3, nº 18 (maio/junho 85) — Este número da revista bimestral de divulgação científica da Sociedade Bra-



sileira para o Progresso da Ciência tem como matéria de capa um balanço da situação do Nordeste brasileiro, a região mais pobre do hemisfério ocidental. Como atração especial, a presença de dois expoentes intelectuais de posições antagônicas, ambos nordestinos: o economista Celso Furtado e o sociólogo Gilberto Freyre. Outros especialistas enfocam problemas sociais, econômicos e ecológicos da região, sobretudo a situação dos camponeses e a questão das secas. SBPC — Av. Wenceslau Braz, 71, fundos, casa 27 — CEP 22290 — Rio de Janeiro — RJ.

CEREP CUADERNOS — nº 4/84 — Publicada pelo Centro de Estudos da Realidade Portorriqueña e pelo Projeto Caribenho de Justiça e Paz, apresenta dois estudos: sobre a expansão do modelo econômico de Porto Rico para o resto do Caribe, através da iniciativa de criação de uma zona econômica para a região, proposta pelos Estados Unidos; e sobre a militarização do Caribe a partir das bases norte-americanas em Porto Rico. *Cerep* — Apartado 2220 — Estación de Correos UPR — Río Piedras — Porto Rico — 00931.

1985 — Agosto — nº 81

TRICONTINENTAL — nº 99 (maio/junho 85) — Órgão teórico da Organização de Solidariedade aos Povos da América Latina, Ásia e África (OSPAAAL). Contém um artigo sobre as consequências econômicas das agressões norte-americanas à Nicarágua; um documento sobre o 30º aniversário da Carta da Liberdade do Congresso Nacional Africano, na África do Sul; um texto de Abdul Karmal sobre o Afeganistão e um estudo sobre a crise social e econômica no Caribe. *Tricontinental* — Apartado Postal 4224 e 6130 — Havana — Cuba.

RIXAKA — nº 1/85 — Editada pelo Departamento de Arte e Cultura do Congresso Nacional Africano (ANC). A revista, cujo título significa nação, em língua shangana, pretende promover o



debate cultural e a troca de experiências artísticas entre os militantes anti-racistas da África do Sul. Em seu primeiro número, a publicação trimestral inclui uma entrevista com Oliver Tambo, presidente do ANC; poesias de intelectuais e militantes negros sul-africanos; uma reportagem sobre documentários em vídeo feitos na África do Sul sobre o racismo e um artigo mostrando como trabalhadores e artistas podem agir em conjunto, tanto no que se refere às lutas políticas, como no lazer e no au-

tofinanciamento de suas iniciativas culturais. *Rixaka Editorial Board* — P. O. Box 31791 — Lusaka — Zâmbia.

KO'EYU LATINOAMERICANO — nº 36 (maio/junho 85) — Revista de estudos políticos e sociais especializada em questões latino-americanas. Contém uma



entrevista com o dirigente tupamaro uruguaio Raul Sendic; uma análise da campanha de alfabetização na Nicarágua; um estudo da situação da mulher no Paraguai; textos sobre teatro latino-americano e um documento sobre a militarização na Guatemala. Endereço: Apartado de Correos 18.164 — Caracas 1012/A — Venezuela.

PUEBLA — nº 31 (março 85) — Publicada pela Editora Vozes e voltada para a análise dos problemas da igreja na América Latina. Neste número, todos os artigos principais têm como tema a realidade chilena, com trabalhos de Manuel Garretón, Jorge Osorio Vargas, Pablo Fontaine, Blas Tomic, Jaime Ruíz-Tagle e José Joaquim Brunner. Inclui ainda uma série de documentos sobre a participação do movimento ecumênico na luta contra a ditadura de Pinochet. *Puebla* — Editora Vozes — Caixa Postal 90023 — Petrópolis — Rio de Janeiro-RJ — CEP 25600 — Brasil.

terceiro mundo - 81

“Concerto carioca”

A consagração de Antônio Callado com um romance de amor ao Rio

“Concerto Carioca” é o mais novo romance de Antonio Callado, um dos principais jornalistas e escritores do Brasil. Nesta entrevista a Artur José Poerner, ele fala de seus temas e experiências, inclusive na guerra do Vietnã.

Citando você, o russo Ilya Ehrenburg e o norte-americano Ernest Hemingway, o também jornalista e ficcionista Joel Silveira disse uma vez que “todo verdadeiro escritor é sempre um bom repórter, embora nem sempre a recíproca seja válida”. Você concorda?

— Tenho a impressão de que o Joel devia estar igualmente pensando nele próprio, ficcionista e jornalista. A verdade é que o repórter, ao contrário do noticiário, não é um mero “gravador” de fatos e ocorrências, e sim um narrador e intérprete. O Brasil nasceu à sombra e sob a inspiração de um jornalista-repórter de altíssima qualidade, chamado Pero de Vaz Caminha. Nossa história começa com ele e a história do jornalismo brasileiro também, ainda que o Pero fosse luso de nascimento. Joel deve sofrer, como eu, da suspeita de que o romancista que é também jornalista é mais jornalista do que ficcionista. Por isso, sublinha que quem escreve bem escreve igualmente bem quando retrata a vida, no jornal, ou quando a inventa, na ficção. Estou com ele e não abro. O grande romancista popular inglês do nosso tempo, Graham Greene, é um dos maiores repórteres contem-



Um jovem índio é a personagem principal do novo romance de Callado

porâneos: três dos seus grandes romances se apoiam, respectivamente, no que ele observou como repórter em Cuba (“Nosso homem em Havana”), no Vietnã (“O americano tranquilo”) e no México (“O poder e a glória”), para não falar no delicioso “Comediantes”, fruto da sua visita ao Haiti, e sem esquecer “O consul honorário”.

Mas, para liquidar de vez o assunto, lembremos que o autor da mais monumental obra literária do Brasil, Euclides da Cunha, fez, por assim dizer, o rascunho de “Os Sertões” trabalhando como repórter para “O Estado de São Paulo”.

Na guerra do Vietnã

Você foi o primeiro jornalista da América Latina que conseguiu chegar ao Vietnã do Norte e o primeiro brasileiro a trazer

de lá um relato sobre a guerra que foi talvez a mais cruel e desigual deste século. Como você vê essa experiência quase 20 anos depois? Ela influenciou a sua obra literária?

— Que eu saiba, fui eu — sem contar os cubanos da Agência Prensa Latina, instalados em Hanói — o único jornalista da América Latina a lá chegar durante a guerra. A experiência de ver os vietnamitas lutando, na base de um grande heroísmo, contra a maior potência militar de todos os tempos, ficou, na minha lembrança, como uma espécie de sinônimo ou de representação concreta da minha fé no espírito humano. Quando me inclino ao pessimismo, à descrença, trato de lembrar aquele povo de homens pequenos, ágeis, sorridentes, lutando e lutando até literalmente expulsarem mar afora os invasores norte-americanos.

Assim, posso dizer que minha viagem de repórter ao Vietnã do Norte influiu, enriqueceu minha própria vida, meu modo de ser. Existe vida espiritual no ser humano, digo a mim mesmo, lembrando Hanói. O homem é capaz de se ultrapassar, como pregava Nietzsche. Diretamente, não usei o Vietnã em minha obra literária. Mas o que há de esperança e de alegria nos meus livros deve-se em boa parte à experiência de ter vivido umas três semanas entre homens tão pobres, tão simples e tão heróicos.

Você voltou ou tem vontade de voltar aos cenários das suas maiores reportagens internacionais e nacionais: Vietnã e Zona da Mata de Pernambuco?

— Quando transcorreu, em abril passado, o décimo aniversário da derrota final dos norte-americanos no Vietnã, escrevi um artigo de memórias que me foi encomendado pelo caderno especial do “Jornal do Brasil”,

pois foi a serviço do JB que estive em Hanói. Nesse artigo eu declarei, com franqueza e com pena, que não pretendia voltar ao Vietnã. Hostilizados pela China, aliados da União Soviética, presos no labirinto dos-entrelaços militares da Indochina, os vietnamitas ainda não conseguiram voltar suas fantásticas energias espirituais para as artes da paz. O Brasil, com uma população de 130 milhões, aguenta um exército de 300 mil homens e todos sabemos o trabalho que dá esse exército. Pois o Vietnã, com uma população de 55 milhões, aguenta um exército de 1 milhão e 200 mil homens!

Eu me comovi com a bravura dos vietnamitas e me alegrei com

a sobre-humana valentia com que enfrentavam o Golias nunca antes derrotado. Não quero vê-los agora imersos numa luta insana, miúda, estéril.

A Pernambuco volto, voltarei a qualquer momento, depois de haver estado lá como repórter, primeiro nos tempos das Ligas Camponesas e, depois, durante o governo de Miguel Arraes, o melhor momento de governo que o Brasil já viu. Espero que Arraes seja de novo eleito e continue a obra que o exército brasileiro interrompeu em 1964. O Vietnã dos campos pernambucanos ainda vai dar ao Brasil grandes alegrias.

O maior problema moral

Em pelo menos dois dos seus romances — “Quarup” e, agora, “Concerto Carioca” —, o problema do índio brasileiro é um dos temas principais. Foi como repórter que você se aproximou desse problema?

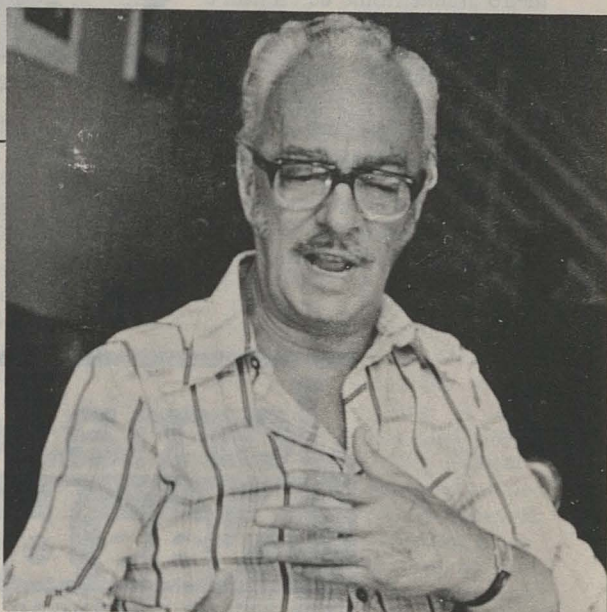
— O índio é o maior problema moral com que se defronta o povo brasileiro. Ou demarcamos as terras indígenas e passamos a respeitar a cultura dos índios, ou teremos provado a nós mesmos

UM DOS POUCOS ESCRITORES QUE VIVEM DE LITERATURA NO BRASIL

☐ Antonio Callado, 68 anos, é um niteroiense que mora no Rio desde a juventude, excetuados os seis anos (1942/48) que viveu em Londres e Paris, onde chegou em 1945, assim que as tropas de Hitler deixaram a cidade. Trata-se, portanto, de um carioca adotivo ou — visto do outro lado da baía de Guanabara — de um niteroiense quase tão “aculturado” quanto o jovem índio Jaci, principal personagem de “Concerto Carioca”, o romance que ele acaba de lançar.

Jaci veio das densas matas do Brasil Central para o Jardim Botânico, um dos mais aprazíveis bairros cariocas, e para a galeria das personagens inesquecíveis da literatura brasileira. Callado só atravessou a baía, mas, como tantos outros escritores do Terceiro Mundo, teve que efetuar um longo percurso para chegar ao ponto de poder dedicar-se com exclusividade à literatura e viver de direitos autorais.

Só com a aposentadoria, em 1975, ele pôde cruzar em definitivo a ponte que sempre separou o seu trabalho literário do jornalismo diário, em que brilhou como redator-chefe do famoso “Correio da Manhã”, repórter e editorialista do “Jornal do Brasil”, e até como correspondente de guerra no Vietnã. Tanto as reportagens que enviou deste país quanto as que escreveu sobre as Ligas Camponesas e o governo de Miguel Arraes em Pernambuco viraram livros.



Callado: “Todo o tempo do mundo para a ficção”

Que se entenda bem: Callado já tinha construído um nome na literatura brasileira antes mesmo de atravessar aquela ponte, com obras como “Madona de Cedro”, “Assunção de Salvianno” e “Quarup”, mas foi a partir de “Reflexos do Baile”, romance que ele considera como “o da aposentadoria”, que passou a ter “todo o tempo do mundo” para escrever ficção. “Concerto Carioca”, o mais novo produto dessa etapa, é uma prova de que Callado aproveitou esse tempo para crescer como escritor. O romance, que é uma declaração de amor à cidade que escolheu para viver, tem tudo para ser o da consagração de Callado como um dos melhores romancistas da América Latina. (A. J. P.)

que ainda nos falta envergadura ética para constituirmos um povo forte e digno. A secular tapeação que usamos em nossas relações com os índios é o pior indício que temos de nosso próprio caráter. Tornamos os índios tutelados nossos, pupilos do Estado (como o índio Jaci, no "Concerto Carioca"), só para mais facilmente os ludibriarmos, só para lhes roubar com mais tranquilidade a terra, as mulheres, as riquezas florestais e mineiras.

Volto, para terminar, ao primeiro grande nome de escritor e repórter que invoquei no início: releia, Poerner, a carta de Pero de Vaz Caminha; retome, ali, o retrato tão doce e tão amigo dos primeiros índios que os portugueses encontraram; retenha, na imaginação, o quadro de esperança na nova terra e na nova raça que o repórter de El-Rei fixou, no *lead* da sua carta, e que



Tutelados nossos, pupilos do Estado

desenvolveu na matéria inteira. E me diga depois o que pensa da escravização dos índios e da prostituição das índias, o que acha da feroz ocupação da terra e da espoliação das gentes que

aqui estavam. Em 1967, as brutalidades e imoralidades do antigo Serviço de Proteção aos Índios levaram à sua extinção, ou melhor, à sua substituição pela Fundação do Índio, a Funai. E o que é que melhorou? Que nova era se iniciou, que pudesse colocar um *post-scriptum* decente à linda carta de Pero de Vaz?

Sem um exame de consciência nacional (o qual nos levaria logo ao adiado problema dos índios), não chegaremos a nos transformar numa nação capaz de, pelo menos, retomar a própria soberania, administrada neste momento por um consórcio de bancos estrangeiros. Monteiro Lobato (outro grande ficcionista e jornalista) escreveu um dia que o Brasil era um charco em que coxavam 30 milhões de rês. As rês são muito mais numerosas hoje. Mas o velho charco continua aí mesmo. (Artur José Poerner).

Jornal do País

Nas bancas

SEM MEIAS PALAVRAS, SEM MEIAS VERDADES.

Em cada edição, um Suplemento Especial de 8 páginas sobre a realidade brasileira.

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

☐ Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.

Desejo fazer uma assinatura semestral ☐ (Cr\$ 30.000,00); trimestral ☐ (Cr\$ 15.000,00).

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Estado: _____

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Século Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

AS FORÇAS ARMADAS E A DEMOCRACIA



É o tema do 19 Concurso Latino-Americano de Ensaio e Fotografia da revista venezuelana *Nueva Sociedad*, que vai publicar os 10 melhores ensaios e as 10 melhores fotos que receber. Os trabalhos terão que ser inéditos, mas poderão abordar o tema de um ponto de vista nacional ou geral, empírico ou teórico. O que a revista pretende com o concurso é provocar a reflexão criativa e o debate crítico sobre aspectos tais como o papel do militar numa democracia; o constitucionalismo e o caráter profissional das forças armadas, assim como a intervenção delas na vida política; os movimentos militares reformistas e nacionalistas; os exércitos como repressores ou libertadores dos seus respectivos povos; as causas dos golpes militares; as relações políticas entre civis e militares; as forças armadas e as reformas sociais; as forças armadas e os seus elementos estruturais (ideologia e valores, organização, poder material e nível profissional, e democracia interna); a Doutrina da Segurança Nacional; e a necessidade ou não da existência de forças armadas.

Os ensaios e fotografias devem ser enviados em três cópias e sob pseudônimo, acompanhadas de um envelope fechado. Na parte externa do envelope, o pseudônimo do autor; na interna, o título da obra e os dados pessoais do autor, inclusive o seu

endereço. Os ensaios devem ser enviados em espanhol e ter uma extensão mínima de 15 laudas (datilografadas em espaço duplo, em papel de carta) e máxima de 20. Nenhum autor poderá enviar mais de um ensaio ou participar do concurso com um trabalho já premiado.

As fotografias, que também não podem ter sido premiadas anteriormente, devem ser em branco e preto, e ter 20 por 25cm. Cada fotógrafo pode participar com até 5 fotos.

Os ensaístas e fotógrafos premiados no concurso receberão uma assinatura anual da revista e 50 exemplares da edição que publicar os seus trabalhos, que não serão devolvidos. O júri escolhido por *Nueva Sociedad*, integrado por personalidades da política, da literatura e do jornalismo latino-americanos, anunciará os resultados do concurso em 30 de outubro próximo.

Os trabalhos devem ser remetidos até 31 de agosto a: *Nueva Sociedad* - Edf. Iasa, Piso 6, Of. 606 - Plaza La Castellana - Caracas - Venezuela.

"DIAS DE LUTO"

É o título do primeiro romance do jornalista e escritor sergipano Joel Silveira, 67 anos. Considerado por muitos - entre eles, o poeta Manuel Bandeira e o sociólogo Gilberto Freyre - o maior repórter brasileiro, Joel Silveira se tornou nacionalmente conhecido como correspondente de guerra junto à FEB (Força Expedicionária Brasileira), durante a Campanha da Itália. Na literatura, ele já havia feito quase tudo: contos, poemas, crônicas e uma novela. O romance, que acaba de ser lançado no Rio, foi considerado "um livro de grande dignidade humana e literária" por Aníbal Machado.

Para novembro, está sendo aguardada a publicação das memórias de Joel Silveira, sob o título "Tempo de Contar".

"APARTHEID IS WRONG"



É o nome da canção que Stevie Wonder prometeu compor para o seu próximo disco. O que não se sabe ainda é se ela também será dedicada a Nelson Mandela, (foto), o líder preso do ANC (Congresso Nacional Africano), como foi "I just called to say I love you", do filme "A dama de vermelho", pela qual Stevie Wonder recebeu um "Oscar" em março deste ano. Por ter dedicado essa canção ao líder da maioria negra sul-africana, o cantor e compositor teve as suas músicas banidas da programação de todas as emissoras de rádio e televisão da África do Sul. Em compensação, ele foi alvo de uma homenagem especial da Comissão Especial da ONU Contra o *Apartheid*.

ENCICLOPÉDIA DE TEATRO

Vai ser em 1989 o lançamento da enciclopédia mundial de teatro da Unesco, que será publicada, simultaneamente, em espanhol, francês e inglês. O dramaturgo mexicano Carlos Solózar no é o coordenador-geral da obra, que vai abranger as atividades teatrais de mais de cem países.

Mais que um disco, a realização
de um desejo



"Há 40 anos queria fazer um disco como este, tocado só ao piano. Mas com uma música popular mais apurada, mais para concerto. Só agora consegui colocar isto em prática."

Radamés Gnattali

No disco: *Carinhoso* — Pixinguinha/João de Barro, *Ponteio* — Edu Lobo/Capinam, *Corcovado* — Tom Jobim, *Cochicho* — Pixinguinha, *Preciso Aprender a Ser Só* — Marcos/Paulo Sergio Valle, *Manhã de Carnaval* — Luiz Bonfá/Antonio Maria, *Chovendo na Roseira* — Tom Jobim, *Do Lago à Cachoeira* — Sergio Ricardo e *Nova Ilusão* — José Menezes/Luiz Bittencourt.

Realização: Discos Terceiro Mundo — Libertas — F. Mario Produções Artísticas

Pedidos: Editora Terceiro Mundo Ltda. — Rua da Glória, 122 — grupos 105/106
Rio de Janeiro — RJ — Cep 20241 — Tel.: 242-1957

ENTREGA IMEDIATA

Desejo receber..... (disco(s) de Radamés Gnattali. (Cr\$ 35.000, cada). Estou efetuando meu pedido por:

- () Cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) à Editora Terceiro Mundo Ltda., remetidos juntamente com este cupom;
() Reembolso Postal (neste caso o porte será pago pelo destinatário).

Data: / /

comprador

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: Cep.: Profissão:

“Se corres atiro, se ficas te mato”

O vice-presidente Sergio Ramírez Mercado analisa as alternativas da guerra e da paz na América Central depois de sua recente viagem latino-americana

“Argentina, Brasil, Peru e Uruguai poderão integrar uma força de paz, de neutralização, na zona fronteira com a Costa Rica”, afirmou o vice-presidente da Nicarágua, Sergio Ramírez Mercado, ao voltar de uma viagem a esses países e aos que integram o Grupo de Contadora (México, Venezuela, Colômbia e Panamá).

A ofensiva diplomática nicaraguense parece começar a dar frutos. Preocupados com o estado de tensão na região centro-americana, principalmente em torno da Nicarágua, os dirigentes da Frente Sandinista investiram todas as suas forças não só no fortalecimento das fronteiras com Honduras e Costa Rica, como também na consolidação e ampliação de uma frente continental que evite um conflito maior e uma intervenção militar norte-americana.

A viagem de Daniel Ortega à América Latina e Europa em março foi repetida, quatro meses depois, pelo vice-presidente. Em uma longa entrevista com a equipe de redação de **cadernos do terceiro mundo**, Sergio Ramírez expôs a visão do governo sandinista sobre essa “frente” externa, suas perspectivas e a situação interna na Nicarágua, seis anos depois da vitória revolucionária.

“O esforço diplomático iniciado pelo Grupo de Contadora tem que ser apoiado pelos países latino-americanos democráticos”, afirmou o vice-presidente da Nicarágua. “A possibilidade de Contadora resolver o problema da paz na América Central depende em grande parte das novas iniciativas que possa tomar para desarticular o estado de tensão na região, ligado fundamentalmente ao confronto dos Estados Unidos com a Nicarágua”.

Roberto Remo

O povo da Nicarágua aspira a conquistar a paz para a América Central no contexto da proposta de Contadora





A volta dos voluntários que defenderam as fronteiras

“Esse aumento da tensão demonstra que Reagan obteve avanços dentro de seu país na consolidação de sua posição agressiva. A Câmara Baixa do Congresso, dominada por uma maioria democrata, tem recuado diante da obstinada pressão de Reagan. Pondo em prática uma espécie de política de terror, deixou para o Congresso duas opções: ou apoiar a contra-revolução ou decidir-se por uma invasão direta. Quando Reagan perdeu, em março, a primeira votação sobre fundos para os contra-revolucionários, estava jogando só um *round* de uma luta, disposto a ganhar o seguinte. E ganhou agora, com a decisão do Congresso de permitir a intervenção de tropas norte-americanas na Nicarágua sob determinadas circunstâncias”.

Para Sergio Ramírez, as portas estão abertas para uma intervenção na Nicarágua. “Agora Reagan tem legitimidade política. Daí a fabricar um pretexto, não é nada difícil”.

Costa Rica, um pretexto à mão

País de certa forma atípico em relação ao resto das nações centro-americanas, a Costa Rica foi go-

¹Essa tradição pacífica só foi quebrada em duas ocasiões: em 1848 quando o norte-americano William Walker, que tinha invadido a Nicarágua, tentou estender o seu domínio a todo o istmo centro-americano e 100 anos depois, quando em 1948 uma fraude nas eleições desencadeou uma guerra civil, ganha pelas forças oposicionistas comandadas por José Figueres.

vernada por instituições democráticas ao longo de sua história¹. Mas, segundo Sergio Ramírez, “a Costa Rica é o mais perigoso para nós, porque até agora teve o prestígio de ser um país sem exército, um país democrático e, portanto, um alvo político que pode ser facilmente apresentado como vítima. A realidade é muito diferente: a Costa Rica possui 12 mil homens armados. Se não fosse assim, não necessitaria dos 38 assessores militares norte-americanos que estão lá. Declarações de mercenários franceses, britânicos e norte-americanos confirmam como as autoridades costarriquenhas são cúmplices das atividades contra-revolucionárias. Isso todo mundo sabe, mas ninguém reconhece. Estamos, de alguma forma, enfrentando um inimigo imaginário; não há ‘contras’ em Honduras, seu chanceler repete que não cede seu território

Sergio Ramírez: 27 anos de luta

☐ Dirigente estudantil, advogado, escritor, mas sobretudo revolucionário, Sergio Ramírez (42 anos) proclamou, no território libertado de León, a 17 de julho de 1979, a instalação da primeira Junta de Governo representando a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Dois dias depois, entrava em Manágua junto com Daniel Ortega para serem recebidos pelo povo na Praça da Revolução.

Aos 16 anos, já estava lutando nas ruas de León e recebia o batismo da repressão da guarda nacional somozista. Participou também ativamente na tomada do edifício central da Universidade para exigir a expulsão de oficiais do regime matriculados ali e, aos 20 anos, foi membro fundador da Frente Estudantil Revolucionária, organização cujas células clandestinas foram o embrião para a criação do que seria mais tarde a FSLN. Um ano depois, foi eleito representante estudantil diante da Junta Universitária e publica seu primeiro livro, *Cuentos*, com o qual iniciaria sua carreira de escritor com 13 obras editadas.

Casado com Gertrudis Guerrero (com quem tem três filhos, um miliciano combatente e duas mulheres militantes da Juventude Sandinista), no mesmo ano em que se graduou como advogado, Sergio Ramírez viajou para o exterior para encontrar-se com o dirigente revolucionário Carlos Fonseca, com quem colaborou na preparação de documentos sobre a situação dos camponeses na Nicarágua. Em 1974, publicou *El pensamiento vivo de Sandino*, livro que serviu de ferramenta

para bases da contra-revolução; tampouco há 'contras' na Costa Rica, porque se trata de um país neutro. Então, de acordo com essa tese, os contra-revolucionários brotam do ar".

"Essa tese se contradiz facilmente, porque a Nicarágua está travando a guerra nas fronteiras. Se ambos os países vizinhos não funcionassem como retaguarda da contra-revolução, a guerra estaria acontecendo no interior de nosso território, porque ninguém derruba um governo na fronteira".

A derrota militar da contra-revolução

Nos últimos meses, uma ofensiva geral das milícias e do Exército Popular Sandinista expulsou alguns grupos da chamada Frente Democrática Nacional (FDN) de bases fixas em zonas pouco po-

voadas da margem sul do rio Grande de Matagalpa, em Zelaya, onde o governo nicaraguense construiu as grandes represas hidrelétricas de San Pedro del Norte. "Empurrados para o interior do território, recuaram para concentrar-se na fronteira hondurenha onde, no departamento de El Paraíso, têm as bases fortificadas de Arena e Las Vegas, com instalações militares permanentes, escolas de treinamento, estado-maior, centro de comunicações, de armazenamento de víveres e munições e com estradas militares construídas pelo exército

Hélio Santos

política para a militância sandinista e, até hoje, foi traduzido para mais de dez idiomas.

Em 1975, fez parte da Comissão Exterior da FSLN, e preparou o documento sobre os crimes da ditadura apresentado ao Congresso norte-americano pelo padre Fernando Cardenal e que constituiu-se em um dos golpes políticos internacionais decisivos contra Somoza.

Um ano depois, recebeu da Direção Nacional da FSLN a missão de organizar o "Grupo dos Doze", em apoio às ações insurrecionais que começariam em outubro. Encabeçando esse grupo, entrou na Nicarágua a 5 de julho de 1978, desafiando a ordem de prisão decretada contra ele pela ditadura, para desenvolver uma campanha de mobilização nacional em apoio à ofensiva político-militar iniciada um ano antes.

Passou para a clandestinidade um mês depois, quando a guarda o procurava para assassiná-lo em consequência da tomada do Palácio Nacional. Em dezembro desse mesmo ano, assumiu tarefas na frente internacional e ocupou cargos de responsabilidade no exterior e na área da propaganda através da direção da clandestina Rádio Sandino. Em maio de 1979, a Direção Nacional da FSLN o elege, junto com Daniel Ortega e Moisés Hassan, para integrar em nome dessa organização a Junta de Governo de Reconstrução Nacional, que foi proclamada em plena insurreição.

Nesse cargo, participa das conversações com o governo dos Estados Unidos, realizadas no Panamá e Costa Rica e que resultaram no reconhecimento por parte de Washington do novo governo nicaraguense, uma vitória diplomática decisiva para a consolidação do poder revolucionário.

Seu trabalho na Junta de Governo, na Assembléia Nacional e posteriormente como vice-presidente da República estendeu-se a vários cam-



Ramírez: "Ninguém derruba um governo nas fronteiras"

pos, cumprindo tanto tarefas na direção do Estado e na administração pública, como outras relacionadas com a gestão econômica, a educação, a cultura e as relações internacionais.

de Honduras", afirmou Ramírez.

Para ele, "a contra-revolução não representa hoje nenhuma ameaça militar. Pretende-se apresentar a Nicarágua como um país agressor, que apenas enfrenta um conflito interno. Mas a verdade é que a contra-revolução, depois de mais de três anos de operações militares, foi incapaz de obter qualquer apoio social. A Nicarágua tem 137 municípios e a contra-revolução nunca conseguiu tomar uma só capital de município, nem nas áreas mais longínquas nem nas zonas fronteiriças".

"Este é para nós o melhor momento militar depois de três anos de combate. Trouxeram privações para a população, escassez, problemas de abastecimento, mas não conseguiram colocar o povo contra o governo revolucionário. Este também é o momento de maior apoio político do povo, em meio a todas essas limitações (altas de preços, cortes nos gastos sociais, supressão de subsídios, dificuldade de assistência médica nos hospitais, problemas de



"Vivemos nosso melhor momento militar"

abastecimento nos mercados). Não creio que pudesse ter havido uma situação pior e no entanto a atitude do povo diante da revolução não mudou".

Estados Unidos: descartando alternativas

Para o vice-presidente da Nicarágua, "o que sempre esteve em jogo é o povo, que o imperialismo pretendeu disputar conosco porque é o único elemento que pode provocar a derrubada de um governo revolucionário. Mas isso não ocorreu. É como os nicaraguenses costumam dizer: 'se corres, atiro, se ficas, te mato'. A derrota da contra-revolução deveria ter afastado o perigo da invasão mas, pelo contrário, o aproximou, porque nesse caso não lhes restaria outra alternativa senão a agressão militar direta".

90 - terceiro mundo

Apoio financeiro e militar à contra-revolução, bloqueio econômico e cerco diplomático foram até agora as cartas jogadas na Nicarágua pelos setores belicistas que determinam a linha política da administração Reagan. "O esquema ideal da agressão funcionava através da ajuda às forças contra-revolucionárias, de sua penetração no território nicaraguense e a conquista de aldeias, povoados e até cidades para estabelecer, a partir dali, um governo paralelo que pudesse ser legitimado, como aconteceu em 1912 e 1933", afirmou Sergio Ramírez. "O cenário era o clássico: dividir a população como decorrência das dificuldades econômicas, levar a guerra e os atos de terror às cidades do Pacífico e provocar a derrubada da Frente Sandinista. Os Estados Unidos investiram centenas de dólares nesse projeto e agora começam a se dar conta de seu fracasso".

Sergio Ramírez analisa a viabilidade e as possibilidades de invasão, a partir do "ensaio" de Granada. "Para nos derrotar, não creio que lhes seja muito útil a experiência de Granada", enfatizou o líder sandinista. "Quando Reagan decide intervir militarmente na ilha, Maurice Bishop já havia sido assassinado, o comando político do país estava sem liderança e o povo desarmado. Puderam então fazer uma fácil operação cirúrgica, embora a heróica resistência de uns poucos tenha lhes criado problemas e várias baixas".

"O custo de uma invasão à Nicarágua sem dúvida será maior. O ex-chefe da força aérea e ex-chefe do estado-maior conjunto norte-americano, o general Nutting, se opôs a uma intervenção militar antes de passar para a reserva. Ele calculava que se na Nicarágua havia 115 mil homens armados, os Estados Unidos deveriam colocar em posição de combate pelo menos 400 mil soldados, uma quantidade semelhante à que utilizaram no Vietnã ao longo de toda a sua participação nesse país do sudeste asiático. Pessoalmente creio que precisariam de muito mais que isso, o que é uma verdadeira loucura".

Ramírez explica o que seria a concepção norte-americana de uma guerra na Nicarágua: "Eles planejam bombardear maciçamente os pontos estratégicos, cortar a capacidade de abastecimento de combustível e de eletricidade do país, desembarcar tropas aerotransportadas da 82ª Divisão nas planícies próximas a Manágua e colocar a contra-revolução na retaguarda para ocupar os povoados do norte e isolar o país enquanto efetuam a operação. Calculam que vamos abandonar as cidades e recuar para as zonas montanhosas e fazer uma guerra de guerrilhas contra o invasor. Mas nós não vamos deixar nenhuma cidade, o que muda qualitativamente o caráter da guerra porque teriam que destruir o país, bombardear tudo, assassinar milhares e milhares de nicaraguenses. Vamos dis-

Carlos Pinto Santos

Todas las armas al pueblo, para defender la Revolución!



Barricada

“O povo está defendendo este projeto e está disposto a morrer por ele”, afirma o vice-presidente nicaraguense

putar as cidades, quartelão por quartelão, e já temos experiência disso: foi assim que tiramos o poder de Somoza nas cidades”.

“A guerra que o ditador desencadeou contra o povo foi feita baseada nesses procedimentos. A aviação somozista, quando as bombas acabavam, jogava tonéis de óleo cheios de dinamite sobre os bairros. Mas o povo não os abandonava, improvisou formas de manter-se neles para resistir. Essa é a característica que terá a guerra popular no caso da Nicarágua ser invadida. Vão ter que desembarcar e vir nos conquistar com a infantaria. Mas creio que temos soldados melhores do que os ianques, apesar dos instrumentos sofisticados que levam nas mochilas.”

Radicalizar a revolução sandinista?

O vice-presidente da Nicarágua não acredita que a tensa situação que o seu país vive possa levar a uma radicalização forçada do processo revolucionário. “Não se pode reduzir a esquemas o problema do aprofundamento de uma revolução em função de situações adversas. É necessário analisá-lo com cuidado, porque em nosso caso já teríamos a essa altura todos os pretextos para radicalizar o processo revolucionário”.

“É impossível que possa ocorrer uma situação de agressão mais flagrante por parte do imperialismo, de cumplicidade da burguesia nicaraguense com a contra-revolução e de identidade ideológica com os propósitos intervencionistas de Reagan. Chegam ao ponto de ficarem perguntando aos funcionários da embaixada norte-americana quando as tropas virão salvá-los. Esse tipo de condição está dado, mas é preciso pensar o que signifi-

ca realmente radicalizar a revolução: proscrever os partidos políticos, fechar a Assembléia Nacional, proclamar a Frente Sandinista como partido único, abolir as empresas privadas que funcionam no país. A pergunta é: para quê? Qual seria a utilidade? Para nós isso não serve. Acreditamos que um processo revolucionário como o que estamos encaminhando é possível e isso ficou provado. Em todos esses anos de adversidade, levamos adiante uma revolução com economia mista, pluralismo político e somos um país não-alinhado. Não queremos mudar esses princípios. O povo está defendendo esse projeto e está disposto a morrer por ele”.

A decisiva participação de Contadora

Para o vice-presidente da Nicarágua, existe uma nova sensibilidade política na América Latina. As mudanças democráticas e a derrota dos regimes militares deram lugar a uma nova situação no que se refere à ação conjunta frente aos Estados Unidos. “O fato de não apoiar as posições radicais dos Estados Unidos contra a Nicarágua é um avanço — refletiu Ramírez — sobretudo se levarmos em conta o que era a América Latina em 1960 quando se declarou o boicote contra Cuba, isolando-a do continente, com ruptura de relações diplomáticas e comerciais”.

“Agora nenhum país, exceto Honduras, apóia o bloqueio econômico à Nicarágua. Países como Argentina, Brasil, Uruguai e Peru estão definindo as linhas de sua política para a América Central. Acontece que todos estão conscientes de que é necessário procurar mecanismos novos que neutralizem o velho espantalho da OEA, que é o organis-



Assessores norte-americanos em território hondurenho

mo que sempre legitimou a política dos Estados Unidos no continente. Se a situação fosse a mesma de 20 anos atrás, seria lógico que o assunto fosse tratado na OEA através da qual os Estados Unidos aplicariam a sua mão-de-ferro invocando o Tiar. Mas ninguém mais fala dele, revivê-lo seria extremamente difícil. Ao contrário, tudo leva a favorecer Contadora e não uma alternativa em que os Estados Unidos estejam envolvidos como parte interessada.”

Sergio Ramírez encara com otimismo as perspectivas que se abrem para uma ação efetiva do Grupo de Contadora. “Nas minhas reuniões com presidentes latino-americanos — e o mesmo aconteceu ao longo da viagem de Daniel Ortega — pude sentir que existe empenho em dar uma nova dinâmica a Contadora, para que possa resolver os problemas colocados. Sobretudo, algo que para nós é fundamental: dar ênfase ao problema fronteiriço com a Costa Rica. Reivindicamos a criação de um mecanismo de vigilância internacional que garanta uma zona neutra na fronteira comum”.

A necessidade de fronteiras seguras

De El Castillo até a sua desembocadura no Caribe, o rio San Juan é a fronteira. “Apenas 60 me-
92 - terceiro mundo

tros separam o Exército Popular Sandinista das posições contra-revolucionárias estabelecidas na margem costarriquenha. Estamos frente a frente com os ‘contras’ e com a guarda civil da Costa Rica, do outro lado do rio”, diz Ramírez.

Um recente relatório da OEA afirma que dois guardas civis costarriquenhos morreram em consequência do fogo disparado supostamente de posições nicaraguenses do outro lado do rio San Juan. A Costa Rica anunciou que pedirá ao conselho da OEA uma condenação à Nicarágua. “Não vamos aceitar isso”, acrescentou Ramírez. “Seria imoral que a morte de dois guardas-civis constitua um fato de maior importância que a morte de mais de 4 mil nicaraguenses em todos esses anos de guerra. Não é que não nos importemos com esses dois homens, que não matamos. A única coisa que reconhecemos é que toda a vez que nos bombardeiam da outra margem com morteiros respondemos com fogo”.

“Esta discussão vai ser também um teste para a OEA: veremos se considera esse episódio tão importante a ponto de condenar a Nicarágua e se encontra uma saída melhor do que a nossa proposta de controle internacional da fronteira. Creio que ela deve interessar à Costa Rica também, mas se não a aceitar, saberemos como agir. Vamos continuar com as nossas tropas ao longo da fronteira e dispararemos contra aqueles que se aproximarem.”

Ramírez está convencido de que sem o apoio das autoridades costarriquenhas é impossível erradicar a atividade contra-revolucionária. “Bastaria colocar um pelotão da guarda civil na estrada que vai de Quesada até a fronteira com a Nicarágua, para terminar com o problema. Quesada é o grande centro da contra-revolução na Costa Rica para a distribuição de víveres, remédios, armas e munições. Na base de La Penca (na Nicarágua) há uma pista de 1.500 metros construída com maquinaria pesada, em que aterrissam aviões piratas DC-6. Levaram *bulldozers*, empilhadeiras e rolos compressores, que não vieram da Nicarágua porque ali não temos estradas, nem íamos emprestar à Arde a maquinaria do Ministério de Construção para fazer a pista. Tudo isso passou pela Costa Rica e é absurdo pensar que as autoridades costarriquenhas não tenham se inteirado. Cada vez que o governo da Costa Rica nega que há ‘contras’ em seu território, lhe apresentamos listas completas com endereços, telefones, locais de reunião, a que horas entram e saem, em San José, Heredia, Cartago ou Quesada”.

A dívida externa (de Somoza)

A Nicarágua está sob um bloqueio comercial decretado pelos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, deve negociar com os bancos internacionais

uma pesada dívida herdada da ditadura, que consome mais de 20% de suas exportações. "Com o Fundo Monetário Internacional — explicou Ramírez — não fizemos nenhum acordo. Depois da vitória revolucionária, retiramos 18 milhões de dólares em direitos de saque que o FMI nos deu por consciência pesada, sem nenhum trâmite, porque dois meses antes da queda da ditadura havia entregue a Somoza 17 milhões de dólares que nunca foram depositados no Banco Central".

"Com o FMI, tudo corre normal: nos limitamos a pagar os juros da dívida. Quando lhe pedimos que fornecesse fundos adicionais, respondeu que devíamos entrar em um desses programas típicos do Fundo. Recusamos. Com os bancos privados internacionais concluímos uma nova rodada de negociações em torno da dívida de Somoza. Não nos deram um centavo. A Nicarágua começou devendo 600 milhões de dólares (dívida deixada por Somoza) e agora, com os juros, a cifra está em um bilhão de dólares. Chegamos a um acordo de que em setembro de 1986 vamos pagar 24 milhões de dólares e com isso ficamos em paz".

A igreja e a revolução

Para Sergio Ramírez, o cerne dos problemas que foram suscitados com a igreja católica está "no desacordo político entre a hierarquia eclesiástica e a revolução, baseado no terror de um setor dos bispos diante da mudança social. Existe uma resistência ideológica à revolução baseada em posições anticomunistas, estimuladas pela atual política do Vaticano".

A igreja expressa, de alguma forma, na sua polarização, a luta de classes: "A nova igreja da Nicarágua é uma consequência da participação dos cris-



Monsenhor Obando y Bravo, cardeal da Nicarágua

tãos na luta armada e clandestina contra Somoza, na qual ingressaram com uma idéia de socialismo e de mudança radical da sociedade estimulados por Medellín e pelo Concílio Vaticano 2º, por aquela opção preferencial que a igreja latino-americana definiu como política oficial. Sacerdotes e leigos passaram a apoiar a Frente Sandinista e a participar ativamente com posições, em alguns casos, muito mais radicais que as nossas. E muitas vezes continuam sendo, dentro do conjunto das forças que apóiam a revolução, mais intransigentes do que nós".

Contadora: a hora da verdade

Uma mobilização política internacional pode levar ao êxito das gestões do Grupo de Contadora, que continuam esbarrando nos erros e contradições da atual política dos Estados Unidos na América Central.

Esta é a conclusão de uma análise de Nils Castro, assessor de política externa do presidente do Panamá. Abaixo, uma versão sintetizada da análise do político panamenho.

Depois de um ano e nove meses de consultas e negociações com cinco governos da América Central, os chanceleres do Grupo de Contadora (Colômbia, México, Panamá e Venezuela) apresentaram, oficialmente, em 7 de setembro de 1984, o projeto de tratado intitulado Ata de Contadora para a Paz e Cooperação na América Central, também conhecido como Ata Revisada de Contadora.

O documento demonstrava a viabilidade da paz na região, desde que desejada pelos governos centro-americanos e pelas potências a que estão ligados. Compreendendo a importância de uma solução política para os conflitos na América Central, a Comunidade Econômica Européia vinculou seus projetos de cooperação regional à pronta assinatura da ata, que receberia, logo a seguir, o apoio da Assembleia Geral das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Líderes cristãos brasileiros solidários com a Nicarágua

□ Esta mensagem de solidariedade de líderes cristãos brasileiros de diversas confissões ao povo e ao governo da Nicarágua foi entregue ao vice-presidente Sergio Ramírez, durante sua visita ao Rio de Janeiro. Bispos católicos e pastores evangélicos de várias Igrejas estão entre os signatários do documento, que condena "a escalada de agressões que a administração Reagan tem desenvolvido contra a Nicarágua". Eles constatarem, "com alegria, a notória participação dos cristãos, com ampla liberdade e mantendo a sua identidade, nos anos revolucionários e nos seis anos de reconstrução nacional" naquele país centro-americano.



"As conquistas da revolução são irrefutáveis"

"Temos acompanhado, muito de perto, a heróica e intensa luta do povo nicaraguense na construção de uma sociedade em que os ideais da justiça, da paz e da democracia possam se transformar em realidades concretas, que beneficiem, especialmente, os pobres e os trabalhadores. Apreciamos, sobretudo, a flexibilidade e o pluralismo com que esse processo vem sendo conduzido pela Junta Sandinista e pelo governo do presidente Daniel Ortega, legítima e democraticamente constituído. Somos testemunhas, também, dos logros alcançados, principalmente nos setores da educação, saúde e agricultura. São irrefutáveis essas conquistas no benefício da maioria do povo nicaraguense. Constatamos, com alegria, a notória participação dos cristãos, com ampla liberdade e mantendo a sua identidade, nos anos revolucionários e nos seis anos de reconstrução nacional.

Ao mesmo tempo, verificamos a escalada de agressões que a administração Reagan tem desenvolvido contra a Nicarágua. As acusações infun-

dadas contra o seu país, a busca de pretextos para justificar medidas que ferem todas as normas do Direito Internacional, o boicote econômico são atitudes que afrontam a dignidade de todos aqueles que lutam pelos princípios da democracia e da paz.

Como cristãos, pertencentes a diversas confissões, aproveitamos a feliz oportunidade de sua visita ao Brasil para, mais uma vez, renovar a nossa solidariedade ao povo nicaraguense e ao seu governo, na luta que vem desenvolvendo para reafirmar a sua dignidade nacional e o indiscutível direito de construir, em liberdade e paz, o projeto de sociedade que melhor atenda aos interesses e necessidades do seu povo. Também expressamos nossa esperança, de que os ideais de paz e de justiça, irão prevalecer contra aqueles que, usando do poder material e da violência, querem impor o seu domínio e manter as antigas estruturas de opressão.

Queira, portanto, transmitir ao seu povo e a seu governo nossos votos de solidariedade e a certeza de que, no final, a Justiça prevalecerá contra a prepotência e o autoritarismo."

Atenciosamente,

D. Mauro Morelli (Bispo da Diocese de Caxias - Rio de Janeiro).

D. Valdir Calheiros (Bispo da Diocese de Volta Redonda - RJ).

D. Erwin Krautler (Bispo do Xingu e Presidente do Conselho Indigenista Missionário).

Bispo Paulo Ayres Mattos (Igreja Metodista do Brasil).

Rev. Jaime Wright (Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América).

Jether Ramalho (Igreja Evangélica Congregacional).

Rev. José Bittencourt (Igreja Presbiteriana Unida).

Rev. Mozart João de Noronha Melo (Igreja Cristã de Confissão Reformada).

Rev. Zwinglio Mota Dias (Centro Ecumênico de Documentação e Informação).

Rev. Sérgio Marcus Pinto Lopes (Sec. Geral do Clai - Conselho Latino-Americano de Igrejas).

Rev. Jaci Maraschin (Membro da Comissão Internacional de Teologia da Comunhão Anglicana).

Rev. Rubem Alves (teólogo - Igreja Presbiteriana Unida).

Waldo Cesar (Igreja Cristã de Confissão Reformada).

Rev. Jonas Rezende (Igreja Cristã de Confissão Reformada).

Rev. Carlos Cunha (Igreja Presbiteriana Unida).

Rev. Domicio Pereira de Mattos (Igreja Presbiteriana Unida).

Mudanças de atitude

Tudo parecia bem encaminhado quando, passados apenas 22 dias da apresentação do documento, representantes de países centro-americanos que o haviam aprovado começaram a mudar de atitude, na reunião que ministros do Exterior da Comunidade Européia, Espanha e Portugal mantiveram com seus colegas da América Central e do Grupo de Contadora, na capital da Costa Rica. Ao mesmo tempo, circulava cópia de um memorando em que o Departamento de Estado norte-americano contestava o caráter da iniciativa.

Pouco depois, já em outubro, três governos centro-americanos transmitiam ao Grupo de Contadora uma série de observações que implicavam alterações substanciais no projeto que haviam aprovado. Isso seria negado em mensagem encaminhada ao secretário-geral da ONU pelos ministros das Relações Exteriores da Costa Rica, El Salvador e Honduras, que informaram contestar somente aspectos operacionais do documento. No entanto, em 20 de outubro, eles divulgaram o chamado Documento de Tegucigalpa, proposta alternativa que o ex-presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez qualificou, acertadamente, de "Antiata de Contadora".

Em 6 de novembro do ano passado, o diário *The Washington Post* divulgou o texto de um memorando secreto do Conselho de Segurança dos Estados Unidos, preparado, segundo o jornal, para uma reunião presidida pelo presidente Ronald Reagan. Os autores do documento informavam que, depois de intensas consultas dos Estados Unidos com El Salvador, Honduras e Costa Rica, conseguiram bloquear com eficácia os esforços do Grupo de Contadora em prol da plena aceitação da Ata. Isso foi possível, conforme eles acrescentavam, através de um contraprojeto compatível com os interesses dos Estados Unidos.

Não há dúvida de que a Ata Revisada poderia ser melhorada com a incorporação de algumas das sugestões daqueles três países centro-americanos, o que os chanceleres de Contadora, inclusive, admitiram num informe ao secretário-geral das Nações Unidas. O que não tinha cabimento — do ponto de vista jurídico, morale e político — era reabrir negociações sobre aspectos fundamentais do documento, o que poria em risco o equilíbrio alcançado. Mas as contrapropostas de Tegucigalpa faziam exatamente isso, ao propor a *regulamentação* das manobras militares internacionais e das bases estrangeiras nos países da América Central depois que se havia decidido eliminá-las, como constava da Ata. E também ao limitar a países do continente americano a subscrição do Protocolo Adicional, através do qual outros países poderiam acatar os princípios da Ata. Além disso, as contrapropostas

excluíam o Grupo de Contadora do processo de seleção dos países neutros convidados a integrar o órgão de controle em matéria de segurança e substituíam as decisões consensuais pelo voto majoritário dos países centro-americanos.

Apesar de tudo, o Grupo de Contadora analisou as contrapropostas e procurou incorporar à Ata o que lhe pareceu sensato e viável. Sucediase, entretanto, os pretextos para retardar o processo de consultas e decisões, assim como as ações políticas prejudiciais às negociações. Assim, por exemplo, os Estados Unidos suspenderam as conversações com a Nicarágua em Manzanillo dez dias depois de os chanceleres de Contadora haverem reiterado, em comunicado conjunto, a importância do prosseguimento desse diálogo.



Contra-revolucionários na fronteira com a Costa Rica

No momento, o processo de Contadora precisa da solidariedade latino-americana e do apoio político de todas as forças mundiais favoráveis à paz. Na verdade, pouco faltaria para a solução das questões pendentes e para a consequente elaboração de uma nova versão da Ata, cuja assinatura, ratificação e cumprimento poderiam trazer a paz à América Central. Mas o esforço decisivo tem que vir acompanhado de ações paralelas com vistas à retomada do diálogo de Manzanillo e das conversações iniciadas em La Palma (El Salvador); ao esclarecimento das forças democráticas nos Estados Unidos quanto aos problemas da América Central; à moderação das reações radicais que essa situação gera entre certos revolucionários centro-americanos e à mobilização geral contra o intervencionismo, o belicismo e o extremismo.

A Ata e os protocolos adicionais têm que ser assinados antes que a situação se deteriore e os conflitos naquela região se tornem irremediáveis. Mas o Grupo de Contadora não pode ser responsabilizado pelas demoras, cuja causa principal é o conjunto de erros e contradições da política de Reagan na América Central. Daí a necessidade de uma mobilização política internacional a favor do coroamento das gestões.



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

**Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.**



**BANERJ
NA CABEÇA**

BANERJ

As coisas estão mudando.